



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE TEOLOGIA

CURSO DE DOUTORAMENTO EM TEOLOGIA (2.º grau canónico)
Especialização: Teologia Sistemática

CRESPIM CABRAL DE BENFICA BARAJA

O papel da Doutrina Social da Igreja na formação do discipulado
na Diocese de Nacala, Moçambique

Dissertação

Sob orientação de:

Prof. Doutor Luís Miguel Figueiredo Rodrigues

Braga

Ano 2024

AGRADECIMENTO

Ao Deus Pai, Criador do Universo e do Ser Humano, por guiar-me com seu abundante amor e ajudar-me a viver o meu discipulado, abrindo-me ao crescimento na vivência da minha fé no serviço aos irmãos e irmãs. Expresso minha gratidão à minha família pelo incansável apoio, mesmo à distância, e ao Instituto dos Missionários Combonianos do Coração de Jesus, em especial, a Província Portuguesa por conceder-me esta oportunidade de atualização na minha caminhada formativa.

Aos meus confrades da comunidade de Famalicão, agradeço pelo acolhimento, motivação, presença e apoio oportunos desde o início ao final deste trabalho. Aos meus amigos, agradeço pelo encorajamento e ajuda.

Manifesto minha gratidão aos meus confrades, Ir. Bernardino Frutuoso e P. José Tavares pela amizade, paciência e cuidado na leitura atenta do texto. À Universidade Católica Portuguesa, aos professores e secretarias, expresso minha gratidão pelo ambiente de acolhimento, diálogo e incentivo na conclusão desta etapa do doutoramento.

Finalmente, ao Professor Doutor Padre Luís Miguel Figueiredo Rodrigues, agradeço pela orientação, apoio e valorosa contribuição em minha formação.

RESUMO

Esta dissertação estuda o papel da Doutrina Social da Igreja (DSI) na formação do discipulado na Diocese de Nacala, Moçambique, destacando a relação entre a dimensão social da evangelização, a DSI e o discipulado maduro. A fé cristã é vista como inseparável das questões sociais, tendo Jesus Cristo como modelo central de amor, compaixão e transformação. A responsabilidade da Igreja é transmitir diligentemente a mensagem do Evangelho e promover a justiça social.

A DSI é apresentada como um conjunto de princípios éticos que orientam os cristãos para a construção de uma sociedade mais justa, destacando o bem comum, a solidariedade e a dignidade da pessoa humana. A família é considerada fundamental para a formação moral da sociedade, enquanto a poligamia e a feitiçaria são identificadas como desafios para o discipulado cristão.

O texto enfatiza a importância da formação contínua dos cristãos, incorporando os valores da DSI e enfrentando os desafios culturais. Destaca-se a necessidade de atualização do processo de formação, especialmente para abordar novos desafios como a ecologia integral. Por fim, questiona-se se a DSI é amplamente conhecida e aplicada na Diocese de Nacala.

Palavras-chave: Doutrina Social da Igreja, Discipulado, Evangelização, Diocese de Nacala, formação contínua

ABSTRACT

This dissertation examines the role of the Social teaching of the Church (STC) in shaping discipleship in the Nacala's Diocese, Mozambique, highlighting the relationship between the social dimension of evangelization, the STC, and mature discipleship. The Christian faith is seen as inseparable from social issues, with Jesus Christ serving as the central model of love, compassion, and transformation. The Church's responsibility lies in diligently conveying the message of the Gospel and promoting social justice.

The STC is presented as a set of ethical principles guiding Christians towards the construction of a more just society, emphasizing the common good, solidarity, and the dignity of the human person. The family is considered fundamental for the moral formation of society, while polygamy and witchcraft are identified as challenges to Christian discipleship.

The text underscores the importance of ongoing formation for Christians, incorporating the values of the STC and addressing cultural challenges. There is a highlighted need for updating the formation process, especially to address new challenges such as integral ecology. Lastly, the inquiry is made whether the STC is widely known and applied in the Nacala's Diocese.

Keywords: Social teaching of the Church, Discipleship, Evangelization, Nacala's Diocese, ongoing formation

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 DIMENSÃO SOCIAL DA EVANGELIZAÇÃO	14
1.1. Jesus Cristo, Evangelho de Deus para a humanidade	15
1.1.2. A Igreja evangelizada e evangelizadora.....	16
1.1.3. A Evangelização e seu caráter prático e social.....	16
1.2. O Reino de Deus e seus princípios.....	17
1.2.1. Motivações bíblicas do compromisso social na evangelização.....	19
1.2.1.1. Compromisso social.....	19
1.2.1.2. Motivações para a ação social na evangelização.....	19
1.2.1.3. A Glória de Deus.	20
1.3. A dimensão social da Evangelização na Evangelii Gaudium	21
1.3.1. Confissão da fé e compromisso social	22
1.3.1.1. A doutrina da Igreja e as questões sociais	23
1.3.2. A inclusão social dos pobres e o seu lugar no povo de Deus	24
1.3.3. O bem comum e a Paz social.	25
1.3.4. O diálogo social como contribuição para a paz	27
1.3.4.1. O diálogo entre o Estado e a sociedade... ..	27
1.3.4.2. O diálogo com as culturas e as ciências	28
1.3.4.3. O diálogo com os crentes que não fazem parte da Igreja Católica	29
CAPÍTULO 2 O DISCIPULADO NA DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA	31
2.1. Discípulos de Jesus Cristo e suas características	31
2.2. Origens e proposições fundamentais da Doutrina Social da Igreja	32
2.2.1. Os princípios permanentes da DSI.	34
2.2.1.1. O princípio da Dignidade da pessoa humana	35

2.2.1.2. O princípio do bem comum.....	36
2.2.1.3. O princípio da Subsidiariedade	37
2.2.1.4. O Princípio da solidariedade	38
2.2.2. Valores da Doutrina Social da Igreja	39
2.2.2.1. A verdade.	40
2.2.2.2. A liberdade	40
2.2.2.3. A justiça.	41
2.2.2.4. A caridade	42
2.3. Vida e Amor: o Evangelho da Família	43
2.3.1. A família “célula” e fundamento da sociedade civil	43
2.3.2. Evangelizar a família/ Fortalecer a fé em Família	44
2.3.3. A Família aberta à sociedade	46
2.4. O trabalho humano: chamado à santidade e à evangelização	47
2.5. Compromisso dos cristãos leigos na Doutrina Social da Igreja	49
2.5.1.O serviço do fiel leigo em várias esferas da vida social	50
2.5.1.1. Serviço à pessoa humana	50
2.5.1.2. Serviço à cultura.	51
2.5.1.3. Serviço à economia e à política	52
2.5.1.4. Discipulado e Serviço: compromisso com a ecologia integral	53
Capítulo 3 O PAPEL DA DOUTRINA SOCIAL DA IGREJA NA FORMAÇÃO DO DISCIPULADO NA DIOCESE DE NACALA, MOÇAMBIQUE	57
3.1. Diocese de Nacala e sua contextualização	57
3.1.1. A situação sociopolítica e religiosa	57
3.2. O caminho de formação do discipulado na diocese de Nacala	58
3.2.1. Desafios pastorais na formação do discipulado	59
3.2.2. Elementos culturais relevantes que dificultam o caminho do discipulado maduro	60

3.2.2.1. Ritos de Iniciação Tradicional	61
3.2.2.2. À luz dos ensinamentos da Igreja	62
3.2.2.3. A poligamia	63
3.2.2.4. A feitiçaria	65
3.2.2.4.1. A vida após morte	65
3.2.2.4.2. Os feiticeiros	66
3.3. O medo	66
3.4. A ação eclesial e a Doutrina Social: uma abordagem paralela	68
3.4.1. A Doutrina Social e Formação: Fortalecendo a Consciência Social	69
3.4.2. Os sujeitos da ação eclesial	70
3.5. Dilema: sincretismo religioso e viver o discipulado de forma madura	70
3.5.1. Sincretismo Religioso e Dilema Cultural	71
3.5.2. Ritos de iniciação e Discipulado cristão	71
3.5.3. Vivendo o Discipulado de forma madura e testemunhando a fé cristã	71
3.6. Evangelização da cultura	73
3.7. Importância da formação	74
3.8. A família, lugar privilegiado de formação	75
3.9. A Sagrada Família como modelo de vida cristã	77
CONCLUSÃO	82
BIBLIOGRAFIA	90

SIGLAS

AA – *Apostolicam Actuositatem*

AG – *Ad Gentes*

AL - *Amoris Laetitia*

CA - *Centesimus Annus*

CIC – *Código de Direito Canónico*

CDSI – *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*

CFL – *Christifidelis Laici*

CCE – *Catecismo da Igreja Católica*

CIV – *Caritas In Veritate*

DGC – *Diretório Geral para a Catequese*

DH – *Dignitatis Humanae*

DPDN – *Diretório Pastoral da Diocese de Nacala*

DSI – *Doutrina Social Da Igreja*

EG – *Evangelli Gaudium*

EIA – *Ecclesia In África*

FC – *Familiaris Consortio*

FR – *Fides et Ratio*

GS – *Gaudium et Spes*

IM – *Inter Mirifica*

LE – *Laborem Exercem*

LG – *Lumen Gentium*

LS – *Laudato Si*

MM – *Mater et Magistra*

NA – *Nostra Aetate*

OA – *Octogesima Adveniens*

PC – *Patris Corde*

PIT – *Pacem in Terris*

QA – *Quadragesimo Anno*

RM – *Redemptoris Missio*

RMSP – *Radiomensagem na Solenidade de Pentecostes*

SCH – *Sapientiae Christiane ou Christianae*

SP – *Summi Pontificatus*

INTRODUÇÃO

Nesta dissertação, elaborada no contexto do Curso de Doutorado em Teologia (2º grau canónico), refletiremos sobre o papel da Doutrina Social da Igreja na formação do discipulado na diocese de Nacala, Moçambique.

A diocese de Nacala está integrada numa sociedade em mudança, principalmente por influência económica e externa transformando o ritmo de vida do povo, dos cristãos, das famílias e das comunidades (cf. DPDN, 2).

Encontramos na diocese de Nacala elementos presentes na cultura e no seio das comunidades, que podem facilitar ou dificultar o trabalho da Evangelização nomeadamente:

- a) fácil congregação e articulação entre o indivíduo e o coletivo, resultante do facto de as famílias serem alargadas e não celulares. A sociedade é permeada por um relacionamento familiar: o desconhecido é tratado por “irmão”, “tio”, “mamã”, “papá” conforme a idade. Contudo, este valor corre também o risco de ignorar o indivíduo em benefício do coletivo;
- b) Ritos de Iniciação Tradicional. Um elemento cultural que é veículo de transmissão dos valores tradicionais aos jovens; porém, alguns conteúdos veiculados não são compatíveis com os valores cristãos;
- c) Comunhão e veneração aos antepassados. Há uma profunda convicção de que a vida não termina com a morte, por isso, é preciso manter o relacionamento com aqueles que estão no outro mundo;
- d) A poligamia. Embora seja uma fonte reconhecida de conflitos inter-familiares, é um elemento que a tradição tolera, sendo uma grande tentação para os cristãos.
- e) A feitiçaria. Continua forte, até entre os cristãos, a crença de que as doenças e outras desgraças, incluindo a morte, é provocada por alguém. Isto resulta no medo ou dificuldade para exercer serviços públicos, receando ser enfeitado.
- f) elevado índice de analfabetismo dificulta a caminhada das comunidades, a formação dos ministérios laicais e aumenta a ignorância religiosa;
- g) uma fé em função da morte. Em muitos casos, os sacramentos e a própria fé são vividos como meios de acesso ao outro mundo, ou como caminho para conseguir um bom funeral religioso que facilitaria a entrada no outro mundo;

- h) Consolidação da Igreja e inculturação da fé. A busca duma fé insculturada e de caminhos para a autonomia económica e agentes pastorais locais qualificados;
- i) Juventude. Sendo a maior fatia dos membros das comunidades (mais de dois terços da população tem menos de 18 anos), os jovens são um desafio quanto à sua correta formação humana e religiosa, e ao seu acompanhamento;
- J) Abertura e diálogo, num ambiente com várias sensibilidades religiosas, políticas e étnicas (cf. DPDN, 5-6).

Esses desafios socio-religiosos exigem uma leitura atenta dos sinais dos tempos e necessidade de uma proposta mais eficaz. Assim, surge na diocese a necessidade de educar e de formar o povo, os cristãos, as famílias e as comunidades, à luz da Doutrina Social da Igreja (DSI), na vivência madura e responsável da fé que se traduzem em gestos concretos de vida, sem se deixar corromper com as propostas do mundo pois os cristãos estando no mundo sem a ele pertencerem (Cf. Jo 15, 15-20), devem manter as lâmpadas acesas e os rins cingidos (Cf. Lc12, 35-36).

Portanto, a partir do ensinamento da Doutrina Social da Igreja, da Sagrada Escritura e dos desafios apresentados no *Diretório Pastoral da Diocese de Nacala*, olhando a realidade dos nossos cristãos e de cada comunidade, atendendo também à dinamização da vida pastoral, a nossa dissertação tem como objetivo conhecer o processo de formação dos discípulos de Jesus Cristo na diocese e a relevância que é dada à DSI nas diferentes etapas formativas, pois os batizados são chamados à ouvirem a Palavra (catequese); a converterem-se (mudança de vida); a receberem Sacramentos (compromisso com Cristo e com a Igreja) e a integrarem-se numa nova família (vida comunitária) (Cf. Act 2, 37-41).

Procuraremos, igualmente, compreender como se contribui na diocese de Nacala para a formação dos discípulos de Cristo, chamados a viver os valores evangélicos nomeadamente a fraternidade pois

«ela nasce da aceitação do anúncio de Jesus Cristo, morto e ressuscitado. A comunidade cristã é um grupo de pessoas e famílias congregadas pelo Espírito Santo no seguimento de Jesus Cristo, em comunhão com as outras comunidades, com a paróquia, com a diocese e com a Igreja Universal. O anúncio da boa notícia de Jesus Cristo morto e ressuscitado é o primeiro e mais fundamental ministério que o Espírito Santo suscita na comunidade. Pela fé no Filho de Deus, que nos amou e se entregou por nós (cf. Gal 2,20), todos aqueles que recebem o Batismo tornam-se uma família – comunidade de irmãs e irmãos, que se acolhem mutuamente no amor. A própria fidelidade dos batizados a Jesus Cristo é o primeiro e mais credível testemunho da comunidade. São as pessoas que ouviram a Palavra e a acolheram, decidiram seguir Jesus, e, nos Sacramentos, tomaram o compromisso de viver a vida cristã, são essas pessoas e famílias que se constituem em comunidade cristã. O Espírito Santo é para elas elo de união com a primeira comunidade cristã, da qual recebem o testemunho e cuja fé professam. O Espírito Santo e a Palavra de Deus levam os cristãos a anunciar, com a vida e com as palavras, o Reino de Deus, como fez Jesus Cristo» (DPDN, 18-9).

Portanto, no cenário atual sobre o não crescimento do cristão, e de falta de vivência madura da sua fé, o ensino permanente da DSI, pretende contribuir positivamente para uma chamada à consciência de que o Criador convidou a criatura à colaboração no seu projeto e salvação da Humanidade e que Jesus convidou aos discípulos a se converter e acreditar no Evangelho e ao mesmo tempo se empenhar na construção de um Reino de paz e de amor onde reina a Justiça.

Na nossa investigação recorreremos a um método histórico e analítico. Histórico, pois realizaremos uma análise documental da Doutrina Social da Igreja sobre o discipulado. Analítico, pois realizaremos um processo de análise hermenêutica de diferentes documentos (do Magistério e da Diocese de Nacala) sobre o tema do discipulado.

Nesse sentido, examinaremos os elementos e opiniões em vista de uma hermenêutica pragmática. Uma análise e uma verificação permitir-nos-á a clarificar as posições, de avaliar os pontos de vistas a fim de se chegar a uma síntese compreensiva.

A nossa dissertação se elaborará em três capítulos.

No primeiro, apresentaremos a dimensão social da evangelização. A dimensão social da evangelização é um aspeto crucial da atividade missionária e da disseminação do evangelho. Ela aborda a forma como o amor cristão e a mensagem do evangelho podem ser compartilhados e vividos em comunidade, a fim de transformar vidas e sociedades. Ela, segundo o Papa Francisco, é fundamental para o desenvolvimento integral da pessoa e da sociedade (cf. EG 187), uma vez que o discipulado não se limita aos aspetos espirituais, mas se estende à aplicação prática dos ensinamentos da Igreja na vida diária.

No segundo capítulo, apresentaremos os ensinamentos da DSI sobre a vivência do discipulado maduro dos cristãos. Com efeito, a DSI desempenha um papel fundamental na formação do discipulado nas comunidades cristãs, proporcionando um delineamento ético e moral que orienta a vida dos cristãos e a maneira como eles se envolvem na sociedade. Trata-se de uma doutrina que oferece princípios e diretrizes que pretendem promover a justiça social, a solidariedade e o bem comum. Ao promover a justiça social, a Doutrina Social da Igreja incentiva os discípulos a se envolverem ativamente na busca de soluções para questões sociais e na construção de uma comunidade baseada nos valores evangélicos, visto que a evangelização deve ter uma “face social” de forma a promover a dignidade da pessoa, do trabalho e da sociedade (cf. EG 186).

E, finalmente, no terceiro capítulo, faremos a análise dos desafios apontados pelo diretório pastoral da diocese de Nacala à luz da cultura Macua. De seguida relacionaremos os ensinamentos da DSI aos desafios descritos pelo DPDN impostos pela cultura macua e algumas conclusões.

CAPÍTULO 1. DIMENSÃO SOCIAL DA EVANGELIZAÇÃO

«*Evangelizar é tornar o Reino de Deus presente no mundo*»
(Papa Francisco, EG 176)

A citação em epígrafe da *Evangelii Gaudium*, a primeira Exortação Apostólica escrita pelo Papa Francisco (2013), realça que a evangelização visa transmitir a fé cristã por meio do testemunho de vida, catequese e caridade, fortalecendo a comunidade cristã nas celebrações e sacramentos. Efetivamente, é essencial renovar o entusiasmo e encontrar novas maneiras de compartilhar a mensagem de Cristo com a sociedade contemporânea, mantendo a solidez da fé cristã para responder às necessidades e expectativas da sociedade¹.

O Papa Francisco inicia o quarto capítulo da *Evangelii Gaudium*, com o título: “A dimensão social da evangelização”, dizendo que: «evangelizar é tornar o Reino de Deus presente no mundo» (EG 176). Enfatiza a necessidade de esclarecer a dimensão social da evangelização para compreender plenamente a missão evangelizadora. Essa dimensão é vital para compartilhar o Evangelho, transformar vidas e sociedades e ainda promover a dignidade das pessoas na sociedade, contribuindo assim para o desenvolvimento integral (cf. EG 186-7). Para tal, exige-se que a fé seja traduzida em ações concretas de caridade e justiça, a fim de que a Evangelização tenha um impacto real e duradouro na sociedade.

Ao longo deste capítulo, refletiremos como a fé em Jesus Cristo, Evangelho de Deus para a humanidade, vivida pelos cristãos de maneira responsável, pode ser vista como uma força motivadora para o bem-estar social e para a luta contra a injustiça e a opressão. Também discutiremos como a Igreja, vivendo o seu discipulado responsabilmente, motivadas pelo desejo de anunciar o Reino de Deus no mundo, pode servir como agente de mudança social e como a evangelização pode ser integrada com a ação social e política.

¹Cf. Sínodo dos Bispos, *A Nova Evangelização para a Transmissão da fé cristã. Instrumenti Laboris. XIII Assembleia Geral ordinária* (cidade de vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2012), IV-V, acessada à 10 de junho de 2023, https://www.vatican.va/roman_curia/synod/documents/rc_synod_doc_20120619_instrumentum-xiii_po.html.

1.1. Jesus Cristo, Evangelho de Deus para a humanidade

Jesus Cristo, filho de Deus, veio ao mundo para ensinar o amor, a compaixão, o perdão e a salvação. O seu Evangelho inspira uma transformação pessoal e o testemunho de vida, moldando a relação íntima com Deus e capacitando o cristão a amar e servir os outros.

Jesus Cristo, o primeiro e maior evangelizador, foi enviado por seu Pai para proclamar o cumprimento das Escrituras que anunciavam a sua vinda, ensinava com simplicidade e misericórdia (cf. Jo 5,39), inspirando assim a conversão e a busca pelo Reino de Deus aos seus discípulos².

A pregação de Jesus não era somente para difundir a Boa Nova, como também visava persuadir as pessoas a acolher a mensagem do Evangelho, levando em consideração as suas respostas. Neste caso, aliaríamos a conclusão de Pedro Rubens e Anne Genolini, relativamente à leitura de Christoph Theobald, assumida por João Duque:

Jesus, o Santo de Deus, é sempre em relação com o Pai e com os homens que se encontra. Ele tem palavras e atitudes “hospitaleiras” capaz de despertar a fé elementar da vida, a coragem de ser em “qualquer” ser humano. É essa fé que o salva, como afirma Jesus, sem impor a essa pessoa tornar-se discípulo³.

É o Seu exemplo de amor e compaixão que inspirou muitos a segui-lo e a compartilhar sua mensagem com os outros.

Esta capacidade de despertar a fé no ser humano é comum na Igreja primitiva e não incompatível com a confiança no Espírito Santo, feita de maneira honesta e aberta, evidenciando o preço do discipulado. O próprio Jesus encorajou os seus seguidores a calcular o custo antes de o seguir e a renunciar a si próprios, identificando-se com sua nova comunidade (cf. Lc 14, 26-28.31.33)⁴.

Portanto, é através da busca constante pela vontade e comunicação com Jesus, o Evangelizador, que cada cristão é capaz de crescer e evoluir espiritualmente, e contribuir para o crescimento do Reino de Deus no mundo. A oração e a busca pela vontade divina, são fundamentais para a construção de uma vida plena e significativa, e para a realização do designo que Deus tem para cada um dos cristãos e para a sociedade.

² Cf. Sínodo dos Bispos, *A Nova Evangelização para a Transmissão da fé cristã. Instrumenti Laboris. XIII Assembleia Geral ordinária*, nº 18-24.

³ João Manuel Duque, «Formar para o estilo cristão, como forma de habitar o mundo», em *A edificação do tecido eclesial. Formação de Agentes*, Luís M. Figueiredo Rodrigues (Cord.), (Lisboa: Universidade Católica Editora, 2021), 169.

⁴ Cf. John Stott, *The Lausanne Covenant, the Lausanne movement. Complete text with study guide*, (Hendrickson: Peabody Mass, 2009), 43.

1.1.2. A Igreja evangelizada e evangelizadora

A mensagem do Evangelho transmitida por Jesus, o Evangelizador, responsabiliza a Igreja, cada discípulo de Cristo, a transmiti-la diligentemente (cf. Mt 28,20; Mc16,15; Lc 9,1.6) como poder de Deus para a salvação da humanidade. Jesus Cristo anunciou o Evangelho da vida de Deus através d'Ele, exortando à conversão de todos, em vista do Reino de Deus; uma conversão que impele o discípulo à obediência a Cristo, pertença a uma igreja (At 2,40-47) e exerça um serviço responsável ao mundo, fruto de uma mudança do estilo de vida centrado no eu para o serviço sacrificial (Mc 10,43-45)⁵.

O Reino de Deus traz libertação e salvação por meio de Evangelho e do Batismo (cf. Ef 2,18). A Igreja busca transmitir a fé, levando as pessoas a Deus por Cristo e pelo Espírito Santo. A História da Igreja é marcada pela missão corajosa, dedicada e santa, dos cristãos, que deixam um legado para as futuras gerações⁶.

Portanto, o relacionamento da evangelização com a sociedade não se deve limitar somente à vivência individual da fé, mas também à vivência comunitária e prática da mesma, pois a fé estende-se à sua dimensão social.

1.1.3. A Evangelização e seu caráter prático e social

A mensagem que encontramos na Sagrada Escritura é fundamentalmente uma mensagem de amor de Deus para com a sua criatura; ela é «uma mensagem de Vida, de Esperança, de Justiça e de Paz»⁷. Pois ela promove a Vida, transmite Esperança, defende a Justiça e promove a Paz. Nesta mensagem, Deus ininterruptamente, de iniciativa própria, manifesta-se bondoso e cheio de compaixão (cf. Ex 34,5-7), transmitindo o seu anseio em criar relações profundas entre Ele e a humanidade, entre os povos, e entre o povo e o resto da criação⁸; Deus ama incondicionalmente e deseja conectar-se e ter relações profundas com todas as Suas criaturas.

⁵ Cf. John Stott, *The Lausanne Covenant, the Lausanne movement. Complete text with study guide*, 44.

⁶ Cf. Sínodo dos Bispos, nº25- 31.

⁷ Comissão de Justiça e paz e Integridade da criação, *Justiça e Paz- Manual para Animadores da Justiça, da Paz e da Integridade da Criação* (Portugal: Editorial Missões, 2001), 65.

⁸ Cf. Comissão de Justiça e paz e Integridade da criação, *Justiça e Paz- Manual para Animadores da Justiça, da Paz e da Integridade da Criação*, 65.

Nas reflexões teológicas sempre houve o cuidado de se evitar a espiritualização do serviço prestado pela Igreja na sociedade. Rodolfo Gaede enfatiza isso dizendo: «Ora, frequentemente se pensa e se diz que a missão da igreja é espiritual. A tentação que a igreja tem de enfrentar constantemente é a de sentir-se e pensar-se mera encarnação da busca religiosa humana»⁹. José Sebastião acrescenta que: o mundo precisa de uma Igreja que fale contra as injustiças, defenda os oprimidos e promova a paz na sociedade; para tal, não basta discursos, pois vivemos num mundo repleto de palavras vazias. Muitas igrejas tornam-se apenas “agências de palavras” priorizando o espiritual em detrimento dos humanos¹⁰.

O Magistério da Igreja, desde o Papa Leão XIII, o autor da encíclica social *Rerum Novarum* (1891), e a *Providentissimus Deus* (1893), sobre a Sagrada Escritura, realça e confirma a existência de uma relação profunda entre a palavra de Deus na Sagrada Escritura e a justiça social, fazendo compreender que a Evangelização inclui a dimensão social.

1.2. O Reino de Deus e seus princípios

O Reino de Deus é um tema de grande relevância na Bíblia, especialmente nos Evangelhos sinópticos, e na mensagem de Jesus. A sua interpretação varia ao longo da história devido às diferenças entre conceitos monárquicos e democracias modernas. Historicamente, foi associado as várias ideias, como o estado futuro dos abençoados ressuscitados, a igreja, a contemplação monástica, o êxtase místico, a transformação futura do mundo, a esperança apocalíptica e muitas outras interpretações¹¹.

A centralidade da pregação de Jesus situa-se no Reino de Deus¹². Jesus anunciou a sua chegada (Lc11,20), a presença do mesmo no meio dos seus discípulos (Lc17,21); o cumprimento do tempo de espera e proximidade do Reino de Deus (Mc1,15; Mt 4,17). Os discípulos de Jesus, os filhos de Deus, recitando o Pai-Nosso, dizem «Venha a nós o vosso Reino» (Mt 6,10), pois toda a humanidade é chamada a entrar no Reino acolhendo a pessoa humana de todas as nações através do acolhimento da Palavra de Jesus, pois «a palavra do Senhor compara-se à semente lançada ao campo: aqueles que a ouvem com fé e entram a fazer

⁹ Rodolfo Neto Gaede, *A diaconia de Jesus: contribuição para a fundamentação teológica da diaconia na América Latina* (São Leopoldo: Sinodal, 2011), 17.

¹⁰ Cf. José Afonso Sebastião, Nelson Kilpp, «O papel de transformação social da igreja angolana pós-guerra civil», *Protestantismo em Revista* 43, n. 1, (2017): 130, <http://dx.doi.org/10.22351/nepp.v43i01.2862>.

¹¹ Cf. David Noel Freedman, «Kingdom of God», em *The Anchor Bible Dictionary*, vol.3 (H-J), (New York: Doubleday, 1998).

¹² Cf. Comissão de Justiça e paz e Integridade da criação, 85.

parte do pequeno rebanho de Cristo, já receberam o Reino; depois, por força própria, a semente germina e cresce até ao tempo da messe» (LG 5; cf. CCE 543).

Jesus proclamava o Reino de Deus, anunciando primeiro o juízo divino sobre a ordem social, depois a possibilidade de mudanças e por fim que a mudança já havia começado¹³. Ele cumpria o oráculo ao anunciar a boa nova aos pobres, sarar os contritos de coração, anunciar a redenção aos cativos e a restauração da vista aos cegos, e pôr em liberdade os oprimidos (cf. Lc 4,18-19). O Reino de Deus pertence aos pobres e pequenos, Jesus viveu uma vida simples e humilde compartilhando as experiências dos mais necessitados (cf. Mc 2, 23-26; Mt 21, 18; Jo 4,6-7; 19,28; Lc 9,58). Ele se identifica com os pobres e todas as raças e faz do amor a eles a base para construir seu Reino (cf. CCE 544).

A vivência dos valores do Reino exige conversão (cf. Mc 2, 17). Jesus chama os pecadores para se unirem a Ele no Reino, enfatizando a necessidade de conversão. Ele mostra a abundante misericórdia do Pai através de suas palavras e ações, deixando claro que o Reino não é herdado, mas alcançado pela transformação do coração (cf. Lc 15, 11-32). Jesus também ressalta a alegria no céu por um único pecador que se arrepende (cf. Lc 15, 7) e oferece sua vida na cruz pela remissão dos pecados (cf. Mt 26, 28) (Cf. CCE 545).

Nós encontramos uma compreensão mais clara dos princípios do Reino nas Bem-aventuranças (cf. Mt 5, 3-12). À luz delas, a vivência dos valores do Reino, exige uma conversão a três níveis, a saber: a) *religiosa*, ela requer despreendimento dos bens materiais (cf. Mt 19,21), humildade de coração (cf. Mt 5,5; 11,29), e reconhecimento da fragilidade humana diante de Deus (cf. Lc 18,13); b) *moral*, exige compartilhar haveres, dependência da hospitalidade dos outros (cf. Mt 8, 20), serviço ao próximo (cf. Mt 20, 25-28; Jo 13,15) e não almeja lugares de privilégio (cf. Mt 20,21-23); c) *política*, requer uma organização econômica, política, cultural e religiosa diferentes (cf. Mt 20,1-15; 25-26; Jo 4, 9-27), onde a salvação é oferecida a todos. A verdadeira grandeza vem do serviço aos necessitados, todos têm a oportunidade de ter vida eterna e os verdadeiros adoradores, adoram a Deus em espírito e verdade¹⁴.

Portanto, nos Evangelhos, Jesus não separa a salvação espiritual da saúde física e justiça social. Ao responder ao chamado de Cristo, espera-se do discípulo a promoção dos valores

¹³ Cf. Comissão de Justiça e paz e Integridade da criação, 85.

¹⁴ Cf. Comissão de Justiça e paz e Integridade da criação, 86.

relacionados com o Reino, como paz, verdade, santidade, união, justiça, relacionamentos saudáveis, compaixão, harmonia, esperança, solidariedade e inclusão¹⁵.

1.2.1. Motivações bíblicas do compromisso social na evangelização

Consideramos pertinente abordar algumas motivações provenientes da Sagrada Escritura a seguir da reflexão previamente feita sobre o Reino de Deus que é o tema central do discurso de Jesus.

1.2.1.1. Compromisso social

Começamos por definir o termo “social” contido no título do ponto em estudo. A palavra “social” vem do latim *sociare*. Ela se refere a tudo relacionado à interação humana, convivência especialmente em grupos e sociedades. É usada como adjetivo para descrever algo que é compartilhado, pertencente ou respeitante à sociedade como “problemas sociais” ou “normas sociais”¹⁶.

Segundo Blandenier, a base bíblica para o “envolvimento social” é clara limitando-nos à compreensão do significado do termo às ações caritativas de ajuda aos pobres em situações difíceis, mas a questão da motivação para essas ações ainda é debatida entre os cristãos e levanta mais perguntas do que respostas¹⁷.

1.2.1.2. Motivações para a ação social na evangelização

Blandenier, apresenta duas visões distintas em relação à ação social: uma que defende a ajuda aos necessitados como uma ação desinteressada, sem qualquer tentativa de converter as pessoas; e outra que argumenta que a verdadeira razão para a ação social é anunciar a salvação em Jesus Cristo e convidar as pessoas a conversão. Enquanto alguns condenam o envolvimento verbal como forma de propaganda, outros acreditam que a ação social e a evangelização devem estar intimamente ligadas.¹⁸

¹⁵ Cf. Comissão de Justiça e paz e Integridade da criação,87-9.

¹⁶ Cf. Dicionário da língua Portuguesa, Porto editora, 5ª ed., Porto, 1982.

¹⁷ Cf. Georges Pirwoth Atido, « le mandat de l’Eglise à l’engagement social et ses implications pour le contexte de la Republique Democratique du Congo », 17-22, acedido a 10 de outubro de 2023, http://www.globalmissiology.org/francais/docs_pdf/atido_mandat_eglise_engagement_social_2_2009.pdf.

¹⁸ Cf. Atido, «le mandat de l’Eglise à l’engagement social et ses implications pour le contexte de la Republique Democratique du Congo»,17-22.

Portanto, as duas perspectivas têm as suas vantagens e desvantagens, mas o importante para a nossa reflexão é lembrar que a ação social-cristã tem como objetivo ajudar e promover a pessoa humana e demonstrar o amor de Deus por ela. Sendo ela um serviço de caridade na Igreja, torna-se uma das funções eclesiais essenciais como a celebração dos sacramentos e o anúncio da Palavra, onde a prática do amor para com as viúvas, e os órfãos, os presos, os doentes e necessitados de qualquer ordem, pertence quer à sua essência, quer ao serviço dos sacramentos e o anúncio do Evangelho (cf. AL 22).

1.2.1.3. A Glória de Deus

Enquanto o mundo nos influencia a buscar a concorrência, o sucesso e o lucro, as Escrituras propõem uma outra verdade, onde a glória de Deus é o critério mais importante em qualquer trabalho que realizamos. A Igreja de Cristo enfatiza a semelhança com Jesus e a importância de fazer brilhar a luz diante dos homens, para glorificar o Pai nos céus (cf. Mt 5, 16)¹⁹.

Portanto, quando a presença de Deus é percebida, a pessoa humana sente-se pequena e reconhece a santidade divina, como aconteceu com Moisés e Pedro. No entanto, Deus tem o poder de perdoar o homem que reconhece sua própria pecaminosidade diante d'Ele (cf. Os 11, 9). O apóstolo João afirma que, se nosso coração nos acusar, podemos nos tranquilizar diante de Deus, que é maior do que nosso coração e conhece todas as coisas (1 Jo 3, 19-20) (Cf. CCE 208).

Segundo o *Catecismo da Igreja Católica*, a Glória de Deus é revelada através da manifestação de Sua bondade e comunicação com a humanidade. Deus adota os seres humanos como filhos por meio de Jesus Cristo, a fim de mostrar a Sua graça e ser glorificado (cf. Ef 1, 5-6). A vida humana é a expressão da glória de Deus e o propósito final da criação é que Ele se torne “tudo em todos” (cf. 1 Cor 15, 28), garantindo Sua glória e nossa felicidade. A revelação

¹⁹ Cf. Atido, 17-22.

de Deus através da criação já forneceu vida a todas as criaturas na Terra, mas a revelação do Pai pelo Verbo oferece vida Eterna para aqueles que o veem (cf. AG 2; cf. CCE 294).

José Policarpo a respeito da Glória de Deus considera-a como a finalidade do anúncio do Evangelho:

Anunciar o Evangelho é glorificar o Senhor e convidar os homens a associarem-se a essa glória [...]. Fazer da Glória de Deus a finalidade da Evangelização, não a descentra do homem e da história. Deus será plenamente glorificado pela criação, quando o seu desígnio acerca do homem tiver atingido a plenitude. Do ponto de vista da criação, a Glória de Deus é o homem salvo e plenamente liberto²⁰.

Contudo, São Paulo exorta os cristãos a não se orgulharem de sua sabedoria, estatuto social ou ações de caridade, mas a se humilharem diante de Deus (cf. 1Cor 3, 21), lembrando que, em última análise, todas as coisas pertencem a Cristo e a Deus (cf. 1cor 3, 16-23). Jesus também evita glórias humanas e reconhece que tudo o que faz é pela Glória de Deus, nosso Pai do céu, pedindo anonimado e silêncio (cf. Mc1, 44; 9, 30).

1.3. A dimensão social da Evangelização na *Evangelii Gaudium*

O quarto capítulo da *Evangelii Gaudium* é um “pequeno” Compêndio da Doutrina Social da Igreja do Papa Francisco²¹. Nele, o Sumo Pontífice exorta a Igreja para que seja promotora da aplicação prática dos princípios cristãos para resolver problemas complexos, e incentiva os seus líderes a expressarem as suas opiniões sobre questões que afetam a vida das pessoas, para promover o bem-estar integral da humanidade (cf. EG 182).

O Papa inicia a sua reflexão precisando que evangelizar é trazer a presença do Reino de Deus ao mundo. E é importante lembrar que a evangelização é uma realidade rica, complexa e dinâmica que pode ser definida de forma parcial ou fragmentada. Isso pode empobrecê-la ou

²⁰ José da Cruz Policarpo, *Evangelização, anúncio de liberdade (O futuro do Evangelho em Portugal à luz do sínodo)* (Lisboa: Multinova, 1975), 139-40.

²¹ Cf. Mgr George Bou Jaoudé, «La dimension sociale de l'Évangélisation», *Vincentiana* (2014): 285, acessado a 25 de setembro de 2023, <https://cmglobal.org/fr/files/2019/08/VT-2014-03-09-FRA-MGR-GEORGES-BOU-JAUDE.pdf>.

matá-la. Por isso, é essencial destacar a importância da dimensão social da evangelização, pois sem ela, corre-se o risco de distorcer o significado autêntico e completo da missão evangelizadora (cf. EG 176). Acrescentaríamos também, a pertinência do conhecimento da importância da dimensão social da fé nos cristãos a fim de capacitá-los na vivência adulta e responsável da sua fé, no seio das suas comunidades cristãs e na sociedade em geral.

O Papa Francisco apresenta a sua reflexão sobre a dimensão social da Evangelização, baseada nas ideias antropológicas e teológicas,²² em duas questões cruciais que acredita serem vitais nesse momento da história: a inclusão social dos menos favorecidos, e a questão da paz e do diálogo social (cf. EG 185).

1.3.1. Confissão da fé e compromisso social

O núcleo do Evangelho contém uma dimensão social fundamental, destacando a importância da vida em comunidade e do compromisso com os outros. O conteúdo principal da mensagem cristã tem uma implicação moral imediata, centrada na prática da caridade (cf. EG 177).

O objetivo do evangelho é alcançar a união entre a humanidade e Deus; consigo mesmo e com os seus semelhantes. Assim, a dimensão social torna-se um elemento central da mensagem do Evangelho²³. Por isso, o Evangelho, não busca apenas redimir o indivíduo, mas também as relações sociais entre as pessoas e a conexão entre a humanidade e Deus; e sua mensagem inclui a restauração das relações e a reconciliação com Deus (cf. EG 178).

Portanto, existe uma conexão entre a mensagem salvífica e a prática do amor fraterno expressa na Bíblia (cf. Mt 25, 40 e Mt 7, 2), alertando sobre o perigo de nos acostumarmos com

²² Óscar Andrés Cardeal Rodríguez Maradiaga, «A Dimensão Social da Evangelização», Conferência em Braga, (2015): 1, acedido a 10 de fevereiro de 2023, https://www.diocese-braga.pt/media/contents/contents_oeF__7/Maradiaga_Braga.pdf.

²³ Cf. Maradiaga, «A Dimensão Social da Evangelização», 1.

essa mensagem. A misericórdia divina é demonstrada através do ensinamento de Jesus, que nos incentiva a sermos misericordiosos, não julgar, perdoar e ser generosos para com os outros. Essa prática implica um sair de si mesmo em direção ao irmão e é um sinal claro de crescimento espiritual. O serviço da caridade é uma dimensão constitutiva da missão da Igreja e uma expressão inegociável de sua essência (cf. EG 179).

1.3.1.1. A doutrina da Igreja e as questões sociais

O desejo de Deus é que seus filhos sejam felizes durante sua vida terrena e que beneficiem duma vida plena, pois Ele criou todas as coisas para o nosso benefício, a fim de que toda a humanidade possa desfrutar delas (cf. 1 Tm 6, 17). Portanto, a conversão ao cristianismo implica uma cuidadosa revisão de todos os aspetos incluindo a ordem social e a promoção do bem-estar. Daí que é equivocado pretender separar a religião da esfera pública, desconsiderando sua influência na sociedade e sua preocupação com a saúde das instituições civis. A fé genuína busca sempre transformar o mundo e transmitir valores à humanidade. Como cristãos, incluindo os líderes religiosos, somos chamados a colaborar na construção de um mundo melhor, unindo esforços com outras comunidade e igrejas para promover a justiça e a transformação social. O pensamento social da Igreja, nascido do amor de Jesus Cristo, é construtivo e cheio de esperança (cf. EG 182-3). Porém, esse pensamento social não pretende monopolizar a interpretação da realidade social:

Perante situações, assim tão diversificadas, torna-se-nos difícil tanto o pronunciar uma palavra única, como o propor uma solução que tenha um valor universal. Mas, isso não é ambição nossa, nem mesmo a nossa missão. É às comunidades cristãs que cabe analisarem, com objetividade, a situação própria do seu país (EG 184).

Portanto, as comunidades cristãs devem ter consciência da sua responsabilidade na análise objetiva das situações específicas de seus países, sem buscar uma abordagem única.

1.3.2. A inclusão social dos pobres e o seu lugar no povo de Deus

O Papa Francisco manifesta uma preocupação especial pelo cuidado pastoral e a conscientização dos fiéis sobre alguns temas, neste caso, sobre a inclusão social dos desfavorecidos, realçando que a necessidade da Igreja de sair em busca das feridas de seus fiéis, evitando julgamentos e integrando todas as pessoas (AL 297), fazendo-os sentir a misericórdia, e o amor incondicional de Deus em suas vidas (cf. AL 311)²⁴.

A inspiração para o cuidado com os mais negligenciados na sociedade vem da fé em Jesus Cristo, que sempre esteve próximo dos pobres. A Igreja reconhece a sua responsabilidade de ouvir o clamor pela justiça e de solidarizar-se com necessitados dando-os aquilo que lhes é devido, promovendo mudanças estruturais, respeitando a independência das nações e cuidando o planeta. Portanto, além de garantir comida e sustento, o objetivo mais amplo é alcançar prosperidade em todas as formas, incluindo acesso à educação, saúde e trabalho digno, enriquecendo a dignidade humana, na pessoa humana (cf. EG 186-192).

Os pobres têm um lugar especial no coração de Deus, como evidenciado por Ele mesmo que «Se fez pobre» (2 Cor 8, 9). O caminho da nossa salvação é marcado pela presença dos pobres, desde o nascimento de Jesus (cf. Lc 2, 24; Lev 5, 7) até o seu ministério entre os marginalizados e desfavorecidos. Jesus proclamou a Boa Nova aos pobres e identificou-se com eles, ensinando que o amor misericordioso para com os pobres é a chave para o Reino dos Céus (cf. Lc 6, 20; cf. EG 197). É em nome desse amor, segundo Maria Cristina Furtado, que é fundamental reconhecer que no coração de Deus há espaço para todos, independentemente de quem sejam. Deus nos conhece, nos ama como somos. Daí que todos somos exortados a

²⁴ Cf. Maria Cristina Silva Furtado, «Papa Francisco e as pessoas LGBTQI: mudanças e Perspectivas», *Horizonte* 19, n. 59, (2021): 694.

materializar esse amor de Cristo através pela “ética da inclusão”, onde todos têm direitos e responsabilidade iguais, independentemente de gênero, orientação sexual, etnia ou religião²⁵.

Portanto, é fundamental realçar que a opção fundamental pelos pobres, por parte da Igreja, não se trata de uma categoria cultural, sociológica, política ou filosófica, mas sim de uma categoria teológica. A nova evangelização consiste na centralidade dos outros na Igreja, reconhecendo a presença de Cristo em cada indivíduo, estabelecendo amizade com os desfavorecidos. Portanto, a Igreja é chamada a cuidar dos pobres com amor, valorizar a sua bondade, a sua cultura e a sua fé, desprovida de motivações ideológica ou política. Isso torna a divulgação do Evangelho mais eficaz, pois sem essa atenção, o Evangelho corre o risco de não ser acolhido pelo povo Deus. No exercício dessa missão, a Igreja, não deve negligenciar o cuidado espiritual dos pobres, pois eles muitas vezes carecem de atenção religiosa que certas vezes são negligenciadas por outras responsabilidades (cf. EG 198- 201).

1.3.3. O bem comum e a Paz social

A paz é um dos frutos do Espírito que mais falamos, além de alegria e o amor (cf. Gal 5, 22). A paz não é meramente a ausência de guerra baseada no equilíbrio instável de forças, mas sim, ela deve ser construída diariamente através da busca de uma ordem que seja desejada por Deus, resultante do desenvolvimento integral, evitando assim novos conflitos e diferentes formas de violência (cf. EG 217-9). Esta Paz «deve ser colocada em relação com o conceito “povo”, que supõe um constante processo no qual cada nova geração se vê envolvida»²⁶.

No entanto, criar e manter uma cultura de paz é um processo longo e laborioso que exige vontade de «querer integrar-se e aprender a fazê-lo até se desenvolver uma cultura do encontro

²⁵ Cf. Furtado, «Papa Francisco e as pessoas LGBTQI: mudanças e Perspectivas», 697-8.

²⁶ Maradiaga, «A Dimensão Social da Evangelização», 4.

numa harmonia pluriforme» (EG 220). Este processo de edificação duma sociedade pacífica, justa e fraterna só será possível tendo presente quatro princípios:

a) *o tempo é superior ao espaço* (EG 222). Destaca que o tempo é uma dimensão que envolve desafios e limitações no presente, mas também representa a plenitude do horizonte futuro, que implica uma sucessão de momentos em que o Espírito amplia nossa compreensão das mudanças e da autenticidade. O novo no Evangelho é mais do que apenas diferença, mas também uma oportunidade que engloba essa diferença;

b) *unidade prevalece sobre o conflito* (EG 226). O conflito na vida é inevitável. No entanto, o que fazemos com ele é o que nos define como indivíduos. Aceitá-lo significa suportá-lo, resolvê-lo e transformá-lo em uma oportunidade de paz e crescimento;

c) *a realidade é mais importante que a ideia* (EG 231). A distância pode levar a mentiras e à criação de abstrações convenientes para nós mesmos, permitindo que evitemos a realidade e justifiquemos a preguiça. O Evangelho nos desafia e a fé surge da realidade e não das abstrações criadas. Portanto, é importante pensar a partir de onde estamos e do que vivemos;

d) *o todo é superior à parte* (EG 234). O discernimento inaciano busca o bem maior e mais universal, reconhecendo que o todo é superior à parte. Para compreendermos a complexidade da realidade, usamos o modelo do “poliedro” que integra diversas perspectivas. Isso inclui mesmo aqueles que são criticados por seus erros, pois todos têm algo a contribuir. O discernimento ocorre em comunidade, e a dimensão social desempenha um papel essencial nesse processo, à medida que caminhamos juntos em direção a uma compreensão mais profunda, da diversidade à unidade, de Babel à Pentecostes²⁷.

²⁷ Cf. Alex Villas Boas, «A dimensão social da evangelização na Evangelii Gaudium e o discernimento da caridade», *Revista de Cultura Teológica* 22 n° 84 (2014): 22-3.

1.3.4. O diálogo social como contribuição para a paz

O diálogo é visto como uma graça que amplia a compreensão da realidade e fortalece a comunidade cristã. Vilas Boas realça que o diálogo, que é de referência especial, no documento em estudo, é «graça, que supõe, portanto, o desejo “de”, o esforço cooperativo de insistência, e a cultura do encontro que permite o alargamento da realidade e uma honestidade intelectual, desprovida de subterfúgios»²⁸. Segundo o Papa, esta reflexão na comunidade cristã é feita em três campos: diálogo entre os Estados e a sociedade, diálogo entre as culturas e as ciências e diálogo com os outros crentes que não fazem parte da Igreja Católica (cf. EG 238).

1.3.4.1. O diálogo entre o Estado e a sociedade

A Igreja anuncia a mensagem de paz contida no Evangelho e está disposta a trabalhar junto com todas as autoridades nacionais e internacionais para a proteção deste bem universal tão valioso (cf. EG 239), pois Jesus Cristo, que é o Evangelho, é «a paz em pessoa (cf. Ef 2, 14)» (EG 239). O Papa vê urgência em criar projetos, numa cultura que valorize o diálogo, como meio de alcançar consenso e acordos na construção de uma sociedade justa, sem excluir ninguém. O protagonista principal desse processo é a população e a sua cultura (cf. EG 239).

No entanto, tendo presente que compete ao Estado a promoção do bem comum da sociedade (cf. CDSI 168), e para se cumprir esse papel, é necessário que se sigam os

princípios de subsidiariedade e solidariedade com um grande esforço de diálogo político e criação de consensos, que desempenham um papel fundamental – que não pode ser delegado – na busca do desenvolvimento integral de todos. Este papel exige, nas circunstâncias atuais, uma profunda humildade social (CDSI 168).

Neste diálogo, a Igreja reconhece que não tem todas as respostas, mas colabora com outras entidades sociais para apoiar propostas alinhadas com a dignidade humana e o bem-estar.

²⁸ Villas Boas, «A dimensão social da evangelização na Evangelii Gaudium e o discernimento da caridade», 23.

Ao dialogar com a sociedade, a Igreja enfatiza os valores fundamentais da existência humana, buscando transmitir convicções que possam se refletir em ações políticas (cf. EG 241).

Contudo, a Igreja é convidada a ser uma voz ativa na promoção da paz e do bem comum, trabalhando em conjunto com todas as autoridades e entidades sociais, para construir uma sociedade justa e inclusiva. E para tal, requer-se, do discípulo de Cristo, responsabilidade e desejo de comprometer-se mais com gestos concretos de paz, no meio em que se encontrar.

1.3.4.2. O diálogo com as culturas e as ciências

A ação evangelizadora da Igreja estende-se também ao diálogo com a ciência e a fé (cf. EG 242) pois «a evangelização está atenta aos progressos científicos para os iluminar com a luz da fé e da lei natural, tendo em vista procurar que sempre respeitem a centralidade e o valor supremo da pessoa humana em todas as fases da sua existência» (EG 242).

A Igreja ao propor o diálogo entre a fé e as ciências «não pretende deter o progresso admirável das ciências. Pelo contrário, alegra-se e inclusivamente desfruta reconhecendo o enorme potencial que Deus deu à mente humana» (EG 243). E quando a ciência chega a uma conclusão clara e inquestionável dentro de sua área de estudo, a fé não deve contradizê-la. No entanto, os cristãos não podem usar opiniões científicas não comprovadas como dogmas de fé. Pois, por vezes, alguns cientistas extrapolam suas afirmações para além do escopo de suas disciplinas, defendendo uma ideologia específica em vez da razão, o que dificulta um diálogo genuíno, pacífico e produtivo (cf. EG 243).

Contudo, a Igreja está aberta ao diálogo com as ciências, mas também fiel aos seus valores fundamentais e à centralidade da pessoa humana. Este é um exercício quotidiano que consideramos necessário ser feito pelos seguidores de Cristo, no seu discipulado, concretizado assim, esse desejo ardente da Igreja de dialogar com as culturas e as ciências.

1.3.4.3. O diálogo com os crentes que não fazem parte da Igreja Católica

O diálogo ecuménico é um caminho que corresponde à vontade de Jesus Cristo de «que todos sejam um só» (Jo 17, 21). Por essa razão, é necessário que os cristãos, discípulos de Cristo, devem buscar a união para fortalecer a credibilidade do cristianismo e realizar a plenitude da catolicidade. É importante lembrar que somos peregrinos juntos, abertos ao próximo, buscando a paz em Deus (cf. EG 244).

O Sumo Pontífice considera o ecumenismo como «uma contribuição para a unidade da família humana» (EG 245). Dada a falta de bom testemunho na família cristã, especialmente na Ásia e na África, é urgente buscar a unidade. O Papa exorta os cristãos a focarem-se nas crenças compartilhadas e a lembrarem-se da hierarquia das verdades. Isso permitirá que caminhemos juntos no anúncio, serviço e testemunho comuns, confiando que o Espírito pode nos guiar para a verdade e o bem, por meio da troca de dons e acolhimento do que semeou em toda a humanidade (EG 246).

De igual modo, importa reconhecer que a Igreja Católica tem uma relação especial com o povo Judeu, cuja Aliança com Deus, bem como os dons e o chamamento de Deus são irrevogáveis (cf. Rm 11, 29). A Igreja partilha com o Judaísmo uma parte importante das Escrituras Sagradas, considera o povo da Aliança e a sua fé, como uma raiz sagrada da própria identidade cristã (cf. Rm 11, 16-18). Como cristãos, é importante reconhecer que cremos no único Deus que atua na história e partilhamos a mesma Palavra revelada (cf. EG 247).

A respeito do Judaísmo, a *Nostra Aetate* afirma que eles receberam como filhos, a glória, a lei, o culto e as promessas. Os patriarcas fazem parte deles; deles segundo a carne, nasceu Cristo, filho da Virgem Maria (cf. 4). A Igreja reconhece os valores do judaísmo e torna-se rica com os mesmos. Embora haja convicções cristãs que não sejam aceitáveis para o judaísmo, há uma complementaridade rica que permite ler juntos os textos da Bíblia hebraica e compartilhar

convicções éticas e a preocupação pela justiça e desenvolvimento dos povos (cf. EG, 249). O Papa acredita ser necessário um diálogo amigável e cordial entre a Igreja e os não-cristãos para promover a paz no mundo. Ele insta os cristãos a manterem e fortalecerem relações com aqueles de diferentes crenças, mantendo suas próprias convicções, mas também abertos a compreender as convicções dos outros, reconhecendo que o diálogo pode enriquecer ambas as partes (cf. EG 249-251).

O Papa Francisco destaca a importância do diálogo entre o Cristianismo e o Islão. Enfatiza a necessidade de os cristãos engajarem-se nesse diálogo, compreendendo e valorizando as crenças e práticas dos muçulmanos. Reconhece também que as práticas religiosas islâmicas, embora diferentes, podem ser meios de busca espiritual. Daí que é importante que haja nos cristãos uma abertura a liberdade religiosa evitando a generalização grosseira na discussão com mesmos (cf. EG 252-6).

Concluindo, como Igreja, cada cristão é chamado a ser membro ativo de uma comunidade promotora da identidade integral da humanidade, pautando pela proximidade dos não-crentes, e sendo aliados no compromisso pela defesa da dignidade humana, na construção duma convivência pacífica entre os povos e na guarda da criação. Como observamos no capítulo seguinte, cada discípulo de Jesus Cristo é ainda chamado a expressar a dimensão social do anúncio do Evangelho por meio de palavras, atitudes e ações (cf. EG, 258) que inclui trabalhar para a justiça social e a paz e engajar-se com a cultura e as questões sociais através da inculturação, para que a mensagem do Evangelho seja presente e operante no meio dos povos.

CAPÍTULO 2. O DISCIPULADO NA DOUTRINA SOCIAL DA IGREJA

«O cristão sabe poder encontrar na doutrina social da Igreja os princípios de reflexão, os critérios de julgamento e as diretrizes de ação donde partir para promover esse humanismo integral e solidário.»
(Compêndio da Doutrina Social da Igreja, 7)

Neste capítulo, como refere a frase em epígrafe do Compêndio da Doutrina Social da Igreja, analisamos os princípios fundamentais do magistério social da Igreja e como este conjunto de princípios e valores éticos orientam a ação e a vida social dos discípulos-missionários de Jesus Cristo.

2.1. Discípulos de Jesus Cristo e suas características

O termo “discípulo”, embora fosse pouco usado na época bíblica, adquiriu significado e relevância dentro do judaísmo tardio, especialmente no contexto do seguimento de um mestre. Essa ideia foi incorporada na tradição bíblica, onde encontramos o termo grego (*mathetes*), usado no Novo Testamento para descrever aqueles que seguiam Jesus Cristo e aprendiam com seus ensinamentos de maneira ativa, dedicada e disciplinada²⁹. Portanto, discípulo refere-se a um seguidor comprometido e disciplinado que busca aprender e seguir os ensinamentos de um mestre, como manifestado por Jesus Cristo.

O Evangelho de São João faz-se alusão aos discípulos de Moisés: «...tu sim és seu discípulo; nós somos discípulos de Moisés» (Jo 9,28); em Mc 2,18; Jo 1,35; At 19,1-7, faz-se alusão aos discípulos de Batista, e Mt 22,16 fala dos discípulos dos fariseus³⁰.

O nome de discípulos no Novo Testamento é atribuído exclusivamente àqueles que reconhecem Jesus Cristo como Mestre e Salvador: em primeiro lugar foi atribuído aos Doze (cf. Mt 10,1; 12,1), pertencentes ao seu núcleo mais íntimo; de seguida o grupo dos setenta e dois, que Jesus enviara dois a dois em missão (cf. Lc 10,1). O grupo de discípulos que seguia Jesus era numeroso (cf. Lc 6,17; 19,37; Jo 6,60). Desses tantos que seguiam Cristo, muitos não foram perseverantes aos ensinamentos e seguimento do Mestre (Jo 6,66). Com o passar do tempo, todos os que acreditavam em Cristo e batizados, tendo ou não conhecido Jesus Cristo durante a

²⁹ Cf. Xavier Leon-Dufourl, *Vocabulário de Teologia Bíblica*, (Brasil: Editora vozes, 1972), 240-1.

³⁰ Cf. Xavier Leon-Dufourl, *Vocabulário de Teologia Bíblica*, 241.

peregrinação terrestre são chamados “discípulos”, portanto, são fiéis, igualados aos próprios Doze apóstolos (Jo 2,11; 8,31; 20,29)³¹.

No tempo de Jesus, havia grupos de seguidores que aderiam aos ensinamentos dos doutores judeus e compartilhavam características aparentemente semelhantes às de Jesus. No entanto, Jesus se destacava ao impor exigências únicas aos seus próprios discípulos³², tais como: a) Vocação- para Jesus, acima das capacidades intelectuais e morais, contava mais o chamamento, que é de sua iniciativa (Mc 1,17-20; Jo 1,8-50), e protagonizada pela vontade do Pai, a quem todos os discípulos pertencem e os deu a Jesus (Jo 6,39; 10,29; 17,6.12); b) Vinculação pessoal ao Mestre - o seguimento de Cristo exige do discípulo, um relacionamento que supera a esfera intelectual. Jesus convida o discípulo com a expressão-convite: “segue-me!”. Os Evangelhos apresentam sempre o verbo seguir expressando a vinculação com a pessoa de Cristo (Mt 8,22; 9,9; Lc 9,57-62); seguir Jesus requer rompimento com o passado; exige escuta atenta das suas lições e conformidade de vida com a do Mestre e Salvador (Mc 8,34-38; 10,21.42-45; Jo 12); c) Testemunho de vida - o discipulado cristão exige do discípulo a imitação e a partilha do destino do Mestre e Salvador: tomar a sua cruz (Mc 10,34), beber seu cálice (Mc 10,38s) e receber dele o Reino como recompensa (Mt 19,28; Lc 22,28-34; Jo 14,3)³³. Portanto, de acordo com Jesus, um discipulado verdadeiramente pleno requer vocação, compromisso e testemunho de vida consciente³⁴.

2.2. Origens e proposições fundamentais da Doutrina Social da Igreja

O pensamento social, “ensino social”³⁵ ou “discurso social da Igreja”³⁶, mais conhecido por Doutrina Social da Igreja, é um conjunto de princípios e valores éticos fundamentados em filosofia e teologia, desenvolvidos pela Igreja Católica, com objetivo de orientar e promover uma organização económica e política mais justa e adequada para as sociedades humanas³⁷. A evolução deste ensinamento social da igreja foi um processo gradual que enfrentou muitos desafios e instabilidades políticas ao longo dos séculos. E sua formalização ocorreu com a carta

³¹ Cf. Leon-Dufourl, 241-2.

³² Cf. Waldecir Gonzaga, Crespim C. B. Baraja, «O discipulado maduro na Epístola de Judas 20-23», *Pesquisas em Humanismo Solidário* 3, n. 3 (2023), 85,

³³ Cf. Leon-Dufourl, 242.

³⁴ Cf. Gonzaga, «O discipulado maduro na Epístola de Judas 20-23», 85-6.

³⁵ Paulo Fontes, *Questões Sociais, desenvolvimento e Política. Curso de Doutrina Social da Igreja- Doutrina Social da Igreja Numa Perspectiva Histórica* (Lisboa: Universidade Católica Editora, 1994), 80.

³⁶ Fontes, *Questões Sociais, desenvolvimento e Política. Curso de Doutrina Social da Igreja- Doutrina Social da Igreja Numa Perspectiva Histórica*, 79.

³⁷ Cf. Artur Rizzi Ribeiro, Ricardo da Silva Carvalho, «e» José Luis Oreiro, «A Doutrina Social da Igreja Católica, o novo desenvolvimentismo e a economia social de mercado: diálogos possíveis?», *Revista de Economia Política*, 39, n° 4 (2019), 715.

encíclica *Rerum Novarum* do Papa Leão XIII, que abordou a difícil condição dos trabalhadores industriais e instou os Estados a agirem para controlar o excesso do capitalismo liberal da época e aliviar os efeitos da pobreza e instabilidade social³⁸.

Portanto, com o passar do tempo, as reflexões e «as discussões da DSI avançam, sempre acompanhando o contexto histórico, refletindo e intervindo nas discussões políticas e econômicas das diferentes épocas»³⁹. Essas discussões da Doutrina Social da Igreja constituem um património da Igreja universal, embora nem todos os pronunciamentos em matéria social das comunidades e Igrejas locais a constituam, pois só fazem parte dela: o magistério pontifício e magistério episcopal, seja a nível de conferências episcopais nacionais, seja a nível de conferências episcopais regionais⁴⁰.

No despontar do terceiro milénio da era cristã, a Igreja, povo peregrino, é orientada por Jesus Cristo, o “Grande Pastor” (Hb 13, 20); que é o Caminho, a Verdade e a Vida (cf. Jo 14, 6; cf. CDSI 1). Ela cumprindo fielmente a sua missão, não deixa de «interpelar todos os povos e todas as nações, porque somente no nome de Cristo a salvação é dada ao homem» (CDSI 1) pois a Igreja continua a proclamar o Evangelho que traz salvação e liberdade, mesmo nas questões temporais; São Paulo recomenda a Timóteo para pregar a palavra com paciência, alertando sobre o tempo em que as pessoas rejeitarão a sã doutrina em busca de novidades. Portanto, o discípulo de Cristo é convidado a ser prudente, paciente e fiel ao ministério de pregar o Evangelho (cf. 2Tm 4, 2-5; cf. CDSI 2).

O Compêndio da Doutrina Social da Igreja é um documento preciosíssimo cujo conteúdo requer empenho no seu ensino e na sua difusão (cf. CDSI 7) no seio dos cristãos, visto que

o cristão sabe poder encontrar na doutrina social da Igreja os princípios de reflexão, os critérios de julgamento e as diretrizes de ação donde partir para promover esse humanismo integral e solidário. Difundir tal doutrina constitui, portanto, uma autêntica prioridade pastoral, de modo que as pessoas, por ela iluminadas, se tornem capazes de interpretar a realidade de hoje e de procurar caminhos apropriados para a ação (CDSI 7).

Este documento resume os ensinamentos sociais da Igreja, que surgiram de reflexões abrangentes sobre questões teológicas, filosóficas, morais, culturais e pastorais. O mais importante é que esses ensinamentos refletem o compromisso da Igreja com a salvação de Jesus

³⁸ Cf. Ribeiro «A Doutrina Social da Igreja Católica, o novo desenvolvimentismo e a economia social de mercado: diálogos possíveis?», 715.

³⁹ Ribeiro, 715.

⁴⁰ Cf. Fontes, 75.

Cristo e sua preocupação com o destino da humanidade, mostrando como o encontro entre o Evangelho e os desafios humanos é frutífero (cf. CDSI 8).

Portanto, a Doutrina Social da Igreja é destinada em primeiro lugar aos bispos e, em seguida, a sacerdotes, religiosos, leigos e todos que buscam o bem do ser humano. Ela serve como guia ético para enfrentar desafios contemporâneos, influenciar comportamentos individuais e coletivos que promovam confiança, e ajuda os fiéis a entenderem o ensinamento da moral social (cf. CDSI 10-11). Ela é uma autoridade firme em seus princípios, capaz de adaptar-se às mudanças nas condições históricas e eventos que afetam a vida da pessoa humana e da sociedade, permanecendo sempre relevante e atualizada (cf. CDSI 85).

Daí que, a difusão, o conhecimento e o estudo da mesma, contribuirá eficazmente na resposta positiva do chamamento de Cristo e na vivência da fé adulta dos cristãos enfim, no discipulado maduro.

2.2.1. Os princípios permanentes da DSI

O Capítulo IV do CDSI apresenta uma série de princípios e valores que orientam a ação e a vida social. Esses princípios incluem o bem comum, o destino universal dos bens, a subsidiariedade, a participação, a solidariedade, a caridade e os valores fundamentais da vida social, como verdade, liberdade e justiça. Esses princípios e valores são os fundamentos da doutrina católica e estão interligados, tendo como base a dignidade da pessoa humana (cf. CDSI 160-208).

Portanto, limitando-nos aos princípios permanentes da Doutrina Social da Igreja, o *Compêndio* menciona, os que «constituem os verdadeiros e próprios gonzos do ensinamento social católico» (CDSI 160): o princípio da dignidade da pessoa humana, do bem comum, de subsidiariedade e de solidariedade (cf. CDSI 160).

Para alargar a nossa compreensão, importa-nos frisar, o que diz Manuel Clemente: «que estes princípios dimanam da racionalidade humana no seu encontro com a mensagem evangélica»⁴¹. Trata-se de uma prática ou vivência que já existia antes de ser estabelecida como doutrina oficial, resultante da “convivência” de Jesus e dos seus contemporâneos com gestos concretos como: «a sua aproximação dos outros, reabilitando-os de corpo e espírito (dignidade da pessoa humana); a oferta global, para que cada um se realize (bem comum); a indispensável

⁴¹ Manuel Clemente, *O tempo pede uma Nova Evangelização*, (Águeda: Paulinas, 2013), 74-5.

contribuição particular, para atingir o universal (subsidiariedade); a vinculação do bem próprio ao bem alheio (solidariedade)»⁴².

2.2.1.1. O princípio da dignidade da pessoa humana

A maior revelação sobre a dignidade humana vem do filho de Deus, Jesus Cristo, “Menino Deus”, que se encarnou e veio ao mundo para que os seres humanos pudessem tornar-se filhos de Deus (cf. Lc 1, 30-35). A compreensão plena da pessoa humana só é revelada através do mistério da encarnação do Verbo. Jesus Cristo, como novo Adão, ao revelar o mistério do amor do Pai, revela a verdadeira natureza humana e a sua vocação. Em Cristo, a natureza humana foi assumida e elevada à mais alta dignidade, sem destruí-la, e isso se aplica também a todo ser humano (cf. GS 22).

A dignidade da pessoa que é conferida, não pelo “ter” ou pelo “operar”, mas pelo “ser”; proveniente da perfeição constituída por Deus; a pessoa humana mesmo socialmente pequena, frágil e desprezável, é sempre imensamente digna⁴³.

Cada pessoa é única e por isso merece o respeito devido. Cada um possui o seu próprio nome, vem ao mundo com uma personalidade própria conferida por Deus⁴⁴. Na *Cristo Fidelis Laici*, João Paulo II menciona que a dignidade pessoal é inalienável para todos os seres humanos, baseada em sua singularidade, isto é, ninguém pode ser reduzido pela coletividade, instituições, estruturas ou sistemas. Cada indivíduo não é apenas um número ou peça de uma máquina. O Natal cristão relembra a expressão máxima desse valor quando o Filho de Deus nasceu de uma mulher (cf. CFL 37).

Portanto, a ênfase na dignidade da pessoa humana não faz a Igreja cair no individualismo, pois ela reafirma a dimensão social do ser humano: «O homem, por sua própria natureza, é um ser social, que não pode viver nem desenvolver as suas qualidades sem entrar em relação com os outros» (GS 12).

Tudo que é prejudicial à vida, como homicídio, genocídio, aborto, eutanásia e suicídio; tudo o que viola a integridade humana, como as mutilações e torturas; tudo o que desrespeita a dignidade humana, como condições de vida precárias, prisões arbitrárias, escravidão, explorações de mulheres e jovens, bem como condições de trabalho degradantes, onde os

⁴² Clemente, *O tempo pede uma Nova Evangelização*, 75.

⁴³ Cf. António dos Reis Rodrigues, *Doutrina Social da Igreja. Pessoa, Sociedade e Estado*, (Lisboa: Rei dos Livros, 1991), 25.

⁴⁴ Cf. Rodrigues, *Doutrina Social da Igreja. Pessoa, Sociedade e Estado*, 32-3.

trabalhadores são tratados como meios de lucros, é vergonhoso; pois esses comportamentos corrompem a civilização e desonram mais aqueles que a praticam tais ações do que aqueles que as sofrem e desrespeita gravemente a honra devida ao Criador (cf. GS 27).

Tendo presente que é da dignidade humana que emanam todos os princípios da DSI, ela não ignora a sua dimensão transcendental, como expressa:

uma sociedade justa pode ser realizada somente no respeito pela dignidade transcendente da pessoa humana. Esta representa o fim último da sociedade, que a ela é ordenada. [...] É necessário, portanto, que todos os programas sociais, científicos e culturais sejam orientados pela consciência do primado de cada ser humano (CDSI 132).

Segundo a visão da igreja, o homem como “indivíduo” é governado pelo Estado e considerado inferior a ele. Porém, como “pessoa”, o homem possui uma alma imortal e uma personalidade única, que o torna superior ao Estado. No entanto, no exercício dos seus poderes administrativos, o Estado como também as outras instituições, devem concorrer para o respeito do corpo, da família e do estilo de vida da pessoa humana⁴⁵. A pessoa humana nunca deve ser usada como um meio para atingir objetivos que não contribuam para seu próprio desenvolvimento (cf. CDSI 133).

Contudo, a Igreja, os cristãos, devem engajar-se mais no anúncio desta boa notícia da dignidade de todo ser humano e no cuidado que têm de ter uns dos outros, por meio da sua doutrina social, que ensina a tratar cada pessoa com dignidade e a proteger os direitos humanos de todas as pessoas.

2.2.1.2. O princípio do bem comum

O princípio do bem comum deriva da dignidade, da unidade e da igualdade de todas as pessoas. Este não se resume apenas à soma dos interesses individuais ou materiais, mas se concentra principalmente em aspetos morais⁴⁶. O bem comum refere-se «aquelas propriedades da sociedade que permitem ao ser humano, tomado como indivíduo e como pessoa, a progredir em qualidade de vida material, social e espiritual»⁴⁷.

Uma pessoa não pode alcançar a realização completa apenas por conta própria, sem a interação com os outros. É necessário relacionar-se com os outros a fim de alcançar a plena realização (cf. CDSI 164).

⁴⁵ Cf. Ribeiro, 717.

⁴⁶ Cf. Ribeiro, 717.

⁴⁷ Ribeiro, 717.

O bem comum é um bem rigorosamente próprio da sociedade impensável fora da referência ao bem da pessoa humana, pois o bem comum e a pessoa são noções correlativas e a sociedade nunca será corretamente onde a humanidade não encontre espaço para a sua autorrealização⁴⁸.

Jacques. Maritain diz que «o bem comum é coisa eticamente boa. E no próprio bem comum está incluído como elemento possível *hic et nunc* das pessoas humanas, daquelas pessoas que constituem a multidão unida, para construir um povo, segundo relações não somente de forças, mas de justiça»⁴⁹.

O bem comum constitui uma tarefa do Estado, pois é a razão de ser da autoridade política. Para garantir o bem comum o governo de cada país tem o dever específico de harmonizar com justiça os vários interesses sectoriais⁵⁰

Todos os membros da sociedade e de maneira singular, os cristãos, são responsáveis pelo empenho na busca do bem comum, que inclui o respeito da pessoa (exercício das liberdades naturais), o bem-estar social e o desenvolvimento da própria sociedade, (desenvolvimento como resumo de todos os deveres sociais, acesso a aquilo que cada pessoa precisa para ter uma vida verdadeiramente humana: alimento, vestuário, saúde, trabalho, educação, e cultura, informação conveniente, direito de construir família,...) e implica a paz (segurança da sociedade e dos seus membros garantida pelas autoridades por meios honestos) (cf. CCE 1906-9).

2.2.1.3. O princípio da subsidiariedade

A subsidiariedade, um princípio presente desde a primeira grande encíclica de cariz social, faz parte de uma das diretrizes mais constantes e características da Doutrina Social da Igreja (cf. CDSI 185). Torna-se difícil ou melhor impossível promover a dignidade da pessoa sem cuidar da família, grupos e associações locais que contribuem para o crescimento social em várias áreas da vida (cf. CDSI 185).

Para Oswald Nell-Breuning, o princípio de subsidiariedade, ao atender às necessidades da sociedade, deve estabelecer leis que assegurem a segurança e a paz na vida social, delineando os direitos e deveres dos cidadãos e aplicando penas para aqueles que violam essas leis. A

⁴⁸ Cf. Rodrigues, 84.

⁴⁹ Jacques. Maritain, *La personne et le bien commun*, (Paris: Desclée, 1947), 47.

⁵⁰ Cf. Edmundo Alarcón Caro e Bruno Van der Maat, *Introducción a la Doutrina Social de la Iglesia*, (Espanha: Arequipa, 2011), 30.

autoridade pública também tem o dever de tomar medidas contra problemas sociais e doenças significativas⁵¹.

O princípio da subsidiariedade fundamenta-se na autonomia quer da pessoa humana, quer das sociedades menores. No referente a sociedade menor, encontra sua raiz em: a) a pessoa humana como ente individual autónoma. Ponto de inserção deste princípio de subsidiariedade é a prevalência e autonomia da pessoa humana; b) a comunidade menor como autónoma – o princípio não se refere as meras relações da comunidade em relação a pessoa, mas a reação duma sociedade superior em relação a outras sociedades menores⁵².

É injusto subtrair das pessoas o que podem fazer individualmente e dar à comunidade, assim como é injusto transferir para uma sociedade maior o que comunidades menores podem fazer. O propósito da sociedade é apoiar seus membros, não os destruir ou os absorver (cf. CDSI 186).

Portanto, esse princípio estabelece que o Estado não restrinja, não interfira, nem limite a capacidade das pequenas e essenciais células da sociedade em suas diversas aplicações. Isso significa que a iniciativa, a liberdade e a responsabilidade dessas células não devem ser suprimidas ou substituídas pelo Estado.

2.2.1.4. O princípio da solidariedade

A solidariedade é um dos princípios básicos da concepção cristã da organização social e política, que constitui o fim e a primeira razão do valor da organização social; tem uma importância tão grande para o bom desempenho da doutrina saudável e de singular interesse para o estudo da humanidade na sociedade⁵³.

A solidariedade confere um destaque especial a natureza social à pessoa humana, a igualdade em dignidade e direitos, e a busca comum de unidade entre indivíduos e povos. Ela desempenha dois papéis complementares: primeiro, como princípio orientador das instituições para superar estruturas de pecado e promover a solidariedade por meio de leis, regras de mercado e instituições adequadas; segundo, como virtude moral que não se limita à compaixão superficial, mas envolve o compromisso persistente com o bem comum, reconhecendo que

⁵¹ Cf. Oswald Nell-Breuning, *Baugesetz der Gesellschaft: Solidarität und subsidiarität*, (Freiburg im Breisgau: Herder, 1990), 94-5.

⁵² Cf. Caro, 27-8.

⁵³ Cf. Caro, 25.

somos todos responsáveis uns pelos outros. A solidariedade é fundamental, conectando-se à justiça e ao serviço ao próximo em vez de exploração ou opressão (cf. CDSI 192-3).

Portanto, a solidariedade é claramente expressa na vida de Jesus Cristo, que de modo solidário com a humanidade deu a sua vida até à morte e «morte de cruz» (Fl 2,8). Ele mostra a toda a humanidade a conexão existente entre a solidariedade e o amor oblato, um gesto que à luz da fé, transcende a si mesmo e adquire as dimensões cristãs da gratuidade completa, do perdão e da reconciliação. Assim, o próximo torna-se a imagem viva de Deus, nosso Pai do Céu, redimido pelo sangue de Cristo e objeto da ação contínua do Espírito Santo (cf. CDSI 196); ele necessita de ser amado com o mesmo amor com que de Cristo nos ama, mesmo que nos faça mal ou não nos seja simpático, até mesmo oferecido o sacrifício supremo «dar a vida pelos próprios irmãos» (1Jo 3, 16).

Consideramos pertinente frisar o pensamento de Clemente em relação aos últimos dois princípios permanentes da Doutrina Social da Igreja, «sempre conexos com os dois primeiros e em função deles»⁵⁴, citando a última encíclica do Papa Bento XVI diz que: «o princípio de subsidiariedade há de ser mantido estritamente ligado com o princípio de solidariedade e vice-versa. Porque, se a subsidiariedade sem a solidariedade decai no particularismo social, a solidariedade sem a subsidiariedade no associativismo que humilha o sujeito necessitado» (CIV 58).

2.2.2. Valores da Doutrina Social da Igreja

A Doutrina Social da Igreja não estabelece apenas os princípios que guiam a construção duma sociedade digna para a humanidade, mas também identifica valores fundamentais como: a verdade, a liberdade, a justiça e o amor. Existe uma relação de interdependência entre os princípios e os valores, uma vez que os valores sociais expressam a importância dos aspetos morais positivos que os princípios buscam alcançar, servindo como referências para a estruturação e condução ordenada da vida social. Estes valores exigem tanto a prática dos princípios fundamentais da vida em sociedade quanto o exercício pessoal das virtudes morais correspondentes aos valores em si mesmos (cf. CDSI 197).

⁵⁴ Clemente, 79.

2.2.2.1. A verdade

O *Catecismo da Igreja Católica* define a verdade ou veracidade como uma «virtude que consiste em mostrar-se verdadeiro nos seus atos e dizer a verdade em suas palavras, fugindo da duplicidade, da simulação e da hipocrisia» (2505). A verdade traduzida em vida própria, torna-se veracidade e honestidade. A vivência honesta dos seres humanos entre si edifica toda a sociedade⁵⁵.

A vivência da verdade, favorece uma boa convivência, entre os membros de uma comunidade organizada, fecunda e respeitosa da sua dignidade. Sendo assim, afasta-se do arbítrio e se conforma mais às exigências objetivas do ato moral. No entanto, a atualidade demanda uma forte educação e empenho por parte de toda a sociedade para promover a busca da verdade em todos os âmbitos e assim superar a relativização da verdade. Isso é especialmente importante no seio da comunicação pública e da economia, onde a transparência e a honestidade são cada vez mais necessárias (cf. CSDI 198).

Portanto, todos membros da sociedade, da qual fazem parte os cristãos, e sobretudo esses últimos, são convidados, no seu discipulado, a pautar por uma vida orientada pelos valores da verdade, a fim de construirmos um mundo onde o agir pessoal e social baseie-se no respeito, transparência e honestidade.

2.2.2.2. A liberdade

Liberdade significa ter a capacidade de tomar decisões conscientes e agir de acordo com a própria vontade, faculdades reservadas a pessoa humana, faz-lhe estar acima dos animais⁵⁶. A verdadeira perfeição da liberdade ocorre quando a usamos para nos orientar a Deus, o Bem Supremo. A liberdade é fundamental na ação humana, pois confere responsabilidade e capacita para o agir consciente da pessoa humana (cf. CCE 1744-5).

A Igreja reconhece que «o direito ao exercício da liberdade é inseparável da dignidade humana» (CCE 1738), uma vez que «foi para a liberdade que Cristo nos libertou» (Gal 5,1). Deus concedeu à humanidade a liberdade de escolher, daí que constitui responsabilidade do homem fazer escolhas justas e virtuosas, pois as escolhas erradas do homem são de sua responsabilidade. O homem deve buscar a sabedoria e a orientação divina para tomar decisões corretas e agir de acordo com a vontade de Deus no exercício da sua liberdade: «Deus quis

⁵⁵ Cf. Bernhard Meuser (cord.), *Docat. Como agir? Doutrina Social da Igreja*, (Lisboa: Paulus editora, 2016), 106.

⁵⁶ Cf. Meuser, *Docat. Como agir? Doutrina Social da Igreja*, 105.

deixar o homem entregue à sua própria decisão» (Sir 15, 14). Portanto, garantir a liberdade individual e proteger contra interferências de outros, é essencial ter regras legais que orientem o bem comum. Essas regras ajudam a preservar a liberdade desejada, evitando pressões prejudiciais⁵⁷.

2.2.2.3. A justiça

Na Sagrada Escritura, a palavra “justiça” possui sentido polivalente e é aplicada quer no âmbito moral e religioso, quer no jurídica e social. A justiça é atribuída, em primeiro lugar, a Deus, mas também se atribui a pessoa humana como dom divino, pois ela é um conjunto de virtudes e se identificam com a santidade⁵⁸.

Segundo a formulação clássica, a justiça consiste na «constante e firme vontade de dar a Deus e ao próximo o que lhes é devido» (CDSI 201). Existe uma relação entre a justiça e a caridade; o respeito dos direitos da pessoa humana é a manifestação do amor e todo o tipo de injustiça é uma falta de caridade para com a pessoa humana (cf. CA 58), pois a como diz António Rodrigues «a própria justiça é uma forma do amor»⁵⁹ O Magistério social relembra as diferentes formas sociais da justiça, a saber: a justiça comutativa, a justiça distributiva e a justiça legal (cf. CDSI 201). Estas associando-se com a justiça participativa formam a justiça social. O exercício da justiça social supera qualitativamente a justiça legal, pois esta última, funciona na legalidade perante a lei e a justiça social possui um conteúdo de índole social na sua generalidade⁶⁰.

A justiça é extremamente importante nos dias de hoje, uma vez que a valorização da pessoa, a sua dignidade e os seus direitos estão seriamente ameaçados pela tendência generalizada de utilizar apenas critérios de utilidade e posse. Quando a justiça é baseada nesses critérios materiais, ela é considerada de forma limitada, enquanto na antropologia cristã ela adquire um significado mais pleno e autêntico. A Justiça não é apenas uma convenção humana, pois o que é justo não é originalmente determinado pela lei, mas sim pela identidade fundamental do ser humano (cf. CDSI 202).

A Doutrina Social da Igreja combina os valores da justiça e da solidariedade para alcançar a paz. Ora, a solidariedade é vista como a principal maneira para alcançar a paz,

⁵⁷ Cf. Meuser, 106.

⁵⁸ Cf. Enrique Colom, *Curso de Doutrina Social de la Iglesia*, (Madrid: Palabra, 2001), 83.

⁵⁹ Rodrigues, 113.

⁶⁰ Cf. Meuser, 106.

enquanto a justiça é vista também como o meio para alcançar a paz, isto é, a paz é resultado da solidariedade, como afirma a inspiração bíblica: (cf. Is 32, 17; Tg 3, 18). No entanto, para alcançar a paz, é necessário não apenas justiça social e internacional, mas também virtudes que promovam a convivência e nos ensinam a viver juntos em harmonia, para construir uma sociedade nova e um mundo melhor (cf. CDSI 203).

2.2.2.4. A caridade

A caridade segundo o Catecismo da Igreja Católica, é «a virtude teologal pela qual amamos a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a nós mesmos, por amor d'Ele» (1822). Amando os seus “até ao fim” (Jo 13, 1), Jesus empreende a caridade como o mandamento novo (cf. Jo 13, 34), amor recebido pelo Pai. Os discípulos, por sua vez amando-se uns aos outros, seguem o amor manifestado e exortados a viver pelo Mestre: “Assim como o Pai Me amou, também Eu vos amei. Permanecei no meu amor” (Jo 15, 9). E ainda: “É este o meu mandamento: que vos ameis uns aos outros como eu vos amei” (Jo, 15, 12). No entanto, «pela caridade, amamos a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a nós mesmos por amor de Deus: A caridade é o “o vínculo da perfeição” (Col 3, 14) e a forma de todas as virtudes» (CCE 1844).

Na *Caritas in veritate*, o Papa Bento XVI salienta que apesar da justiça ser fundamental em qualquer sociedade, *ubi caritas, ibi ius*, a caridade, que envolve dar ao outro além do que é devido, a supererrogação, é mais ainda importante. A caridade não descarta a justiça, todavia a completa, e as relações humanas devem ser baseadas não somente pelos direitos e deveres, mas também pela gratuidade, misericórdia e comunhão. Isso espelha amor de Deus e dá um valor teológico e salvífico à busca da justiça no mundo (cf. 6).

O Papa Francisco, na *Amoris laetitia*, estende a compreensão afirmando que a justiça encontra seu complemento na caridade, visto que ela só é completamente completa quando acompanhada pela caridade, que permite que a justiça seja aplicada com compaixão e empatia, considerando as necessidades e circunstâncias de cada pessoa envolvida (cf. 28). Enquanto a justiça estabelece um conjunto de regras e consequências, a caridade oferece a ocasião de manifestar compaixão e bondade em relação aos outros (cf. CDSI 206). Elas juntas colaboram para a edificação duma sociedade mais humana e justa.

Portanto, a caridade social e a política não se esgotam nas relações entre as pessoas, mas se desdobram na rede em que tais relações se inserem, neste caso na comunidade social e política e esta deve intervir e garantir o bem comum para a comunidade.

2.3. Vida e Amor: o Evangelho da Família

2.3.1. A família “célula” e fundamento da sociedade civil

A família, «“célula básica da sociedade”, “fundamento da sociedade civil”»⁶¹ é “a comunidade de vida de pais e de filhos, *societas naturalis parentalis*”, sejam consanguíneos ou agregado que partilham o mesmo teto⁶². Ela encontra o seu fundamento no matrimónio ou «pacto matrimonial pelo qual o homem e a mulher constituem entre si a comunhão íntima de toda a vida, ordenada, por sua índole natural, ao bem dos cônjuges e à procriação e educação da prole» (CIC 1055, 1).

A Igreja sempre considerou e ensinou que a família é o fundamento da sociedade, assim nos atesta a *Rerum Novarum*: «“Os filhos são alguma coisa de seu pai”; são de certa forma uma extensão da sua pessoa, e, para falar com justiça, não é imediatamente por si que eles se agregam e se incorporam na sociedade civil, mas por intermédio da sociedade doméstica em que nasceram» (6).

Portanto, o ser humano inserido na sociedade por meio da família, exercita a sua primeira sociabilidade natural no seio familiar até “tornar-se homem”, “tornar-se cidadão”, um processo de socialização que se faz inicialmente na família. Pois, é na família que se exercita «a educação dos hábitos morais e, entre esses, das virtudes cívicas, sociais e políticas: assim toda a sociedade civil e o próprio Estado “germinam” e desenvolvem-se na sociedade familiar»⁶³.

A família, considerada pelo Magistério como “célula mãe” e fundamento da sociedade, foi sempre um tema em destaque e de grande importância na Igreja. Pio XII designa a família: «a célula primária e essencial da sociedade» (SP 61); João XXIII assinala:

A família, baseada no matrimônio livremente contraído, unitário e indissolúvel, há de ser considerada como o núcleo fundamental e natural da sociedade humana. Merece, pois, especiais medidas, tanto

⁶¹ José Miguel Ibanes Langlois, *Doutrina Social da Igreja* (Lisboa: Editora Rei dos Livros, 1990), 119.

⁶² Cf. Langlois, *Doutrina Social da Igreja*, 119.

⁶³ Langlois, 120.

de natureza econômica e social, como cultural e moral, que contribuam para consolidá-la e ampará-la no desempenho de sua função (PIT 16);

O *concílio ecuménico Vaticano II* ressalta a ideia de «a família [...] constitui o fundamento da sociedade» (GS 52).

Daí, concluiríamos que “célula” e “fundamento” atribuídas à família é a qualidade moral de toda a sociedade⁶⁴ e como diz Leão XIII:

A família pode ser considerada o berço da sociedade civil, e é, em grande medida, no círculo da vida familiar que o destino dos Estados é fomentado [...] As mentes das crianças são mais influenciadas pela formação que recebem em casa. Se, nos seus primeiros anos, encontrarem dentro dos muros das suas casas a regra de uma vida reta e a disciplina das virtudes cristãs, o bem-estar futuro da sociedade estará em grande medida garantido (SCH 42).

Na *Mensagem de Pentecostes* de 1941, Pio XII frisa que: «na família encontra a nação a raiz natural da sua grandeza e potência» (RMSP 23). A Declaração *Gravíssimum educationis* acrescenta: «o dever de educar, que pertence primariamente à família, precisa da ajuda de toda a sociedade» (3). E a *Gaudium et Spes* afirma: «a família é como que uma escola de valorização humana» (52).

Contudo, tendo presente, a tese fundamental da Bíblia sobre a família apresentada por Herculano Alves que diz:

A família, e somente a família, é imagem mais perfeita possível de Deus, sobre a terra. É na família e em família que os seres humanos atingem o maior grau de perfeição [...]. Como família e em família é que o homem está em condições ideais para aceitar a proposta de Deus e responder-lhe num diálogo criativo⁶⁵.

A Igreja considera a Família um elemento crucial para a formação moral da sociedade e é responsabilidade de toda a comunidade cristã ajudar a família a cumprir seu dever de educar as crianças tendo em conta que «não se pode pretender uma sociedade “melhor” do que as próprias famílias que as compõem»⁶⁶.

2.3.2. Evangelizar a família/ Fortalecer a fé em Família

A família, imagem de Deus e comunhão de pessoas (AL 71) é um santuário de vida, onde esta é acolhida e bem cuidada. É uma contradição significativa quando a vida é negada e destruída dentro da estrutura familiar (cf. AL 83), pois Jesus que reconciliou todas as coisas em si mesmo e nos redimiou dos nossos pecados, elevou o matrimónio à dignidade de um sacramento, o sinal de seu amor para com a Igreja. É através da Igreja que o matrimónio e a

⁶⁴ Langlois, 120.

⁶⁵ Manuel Arantes et al., *A família. Ideal bíblico e realidade atual*, (Fátima: Difusora Bíblica, 2014), 22.

⁶⁶ Langlois, 121.

família recebem a graça do Espírito Santo para testemunhar o Evangelho do Amor de Deus (cf. AL 71).

A Igreja é convidada a subsidiar a família com a sua missão educadora, através de várias iniciativas pastorais. Pelo sacramento do matrimónio, os pais tornam-se ministros da educação dos seus filhos, edificando assim a Igreja (cf. AL 85).

O Papa Francisco exorta as famílias a se tornarem agentes da ação pastoral proclamando com clareza o Evangelho e testemunhando-o de várias maneiras, mormente ajudando os pobres, sendo abertas à diversidade das pessoas, protegendo o meio ambiente, mostrando solidariedade moral e material com outras famílias (especialmente as mais necessitadas) e empenhando-se na busca do bem comum e praticando obras de misericórdia tanto físicas quanto espirituais (cf. AL 290).

Sendo a família «a primeira célula não apenas da comunidade eclesial viva, mas também da sociedade» (EIA 80) dela advém um mundo melhor e uma “Igreja militante” adulta constituída por cristãos que vivam a sua fé de uma forma adulta, vivida na sua dimensão social. E é na família onde os valores do ensino social da Igreja são afirmados e ensinados. No entanto, constitui responsabilidade do Estado velar que seja garantida a segurança, a ajuda e encorajamento das famílias concorrendo assim para o bem-estar da sociedade⁶⁷.

A Igreja vê a família como base da sociedade destaca a importância de fortalecer a fé das famílias, para que sejam evangelizadoras uma das outras (cf. EIA 80). Jesus deseja «uma Igreja atenta ao bem que o Espírito derrama no meio da fragilidade» (AL 308), onde uma mãe não abdica a sua tarefa de expressar a sua doutrina e, ao mesmo tempo, «não renuncia ao bem possível, ainda que corra o risco de sujar-se com a lama da estrada» (AL 308).

A Igreja é a casa paterna que acolhe todos, independentemente de seus problemas. Às vezes, temos dificuldades em permitir o amor incondicional de Deus nas nossas atividades pastorais. Devemos evitar impor muitas condições à misericórdia de Deus, pois a misericórdia é a plenitude da justiça e a expressão mais luminosa da verdade de Deus (cf. AL 310- 1)⁶⁸.

Portanto, a família, a “Igreja doméstica”, é responsável pelo anúncio, pela celebração e pelo serviço ao Evangelho da vida. Ela celebra o Evangelho da vida através da oração diária,

⁶⁷Cf. Kevin E. Mckenna, *A Concise Guide to Catholic Social Teaching*, third edition, (USA: Ave Maria Press, 2019), 21.

⁶⁸ Cf. Mckenna, *A Concise Guide to Catholic Social Teaching*, 30.

feita individualmente e em família⁶⁹. Este estilo de vida familiar de amor e autoentrega, fortalece a fé da própria família e a das outras com as quais convivem, pelo seu testemunho.

2.3.3. A Família aberta à sociedade

A família ocupa um especial lugar na Doutrina Social da Igreja. Ela é o primeiro lugar onde a criança aprende os contornos da vida humana, desenvolve a sua identidade individual e descobre sua vocação no vasto mundo social. Os documentos da Igreja muitas vezes fazem referência à família como “Igreja doméstica”, isso porque é nela o primeiro lugar onde as crianças se encontram com Deus, formam a sua consciência e aprendem as virtudes morais. A Família é ainda considerada como “primeira célula da sociedade”, pois ela joga um papel insubstituível que nenhuma instituição poderá desempenhar no seu lugar. Os atos de justiça e de caridade, exortados a viver pelas encíclicas sociais, dependem das decisões tomadas dentro do contexto da vida familiar e ao nível doméstico⁷⁰.

O matrimónio transcende o casal, pois o seu propósito especial é a perpetuação da humanidade, daí, a família estende-se para além do lar e está voltada para a sociedade (cf. EIA 85). João Paulo II, na *Familiaris consortio* elucida a transcendência da família para a sociedade afirmando:

A família tem vínculos vitais e orgânicos com a sociedade, porque é o seu fundamento e a alimenta continuamente com o seu papel de serviço à vida: é da família que nascem os cidadãos e é nela que encontram a primeira escola de as virtudes sociais que são o princípio animador da existência e desenvolvimento da própria sociedade. Assim, longe de fechar-se em si mesma, a família está por natureza e vocação aberta às outras famílias e à sociedade, assumindo o seu papel social (FC 43).

Todavia, o Papa não deixa de salientar a reciprocidade de direitos e deveres entre a família e a sociedade, que não se deve ignorar

a íntima ligação entre a família e a sociedade, como exige que a família se abra e participe da sociedade e do seu desenvolvimento, também exige que a sociedade nunca falhe na sua tarefa fundamental de respeitar e promover a família [...] A sociedade, mais especificamente o Estado, deve reconhecer que "a família é uma sociedade por direito próprio" e, portanto, a sociedade tem uma grave obrigação em suas relações com a família de aderir ao princípio da subsidiariedade (FC 45).

Segundo Massaro, a vida saudável numa família é diretamente proporcional ao bem-estar numa sociedade, isto é: o bem-estar numa sociedade depende da vida saudável numa família, casais comprometidos e paternidade responsável. A vida familiar é o meio onde as pessoas aprendem valores como o amor e a compaixão, que as ajudam a lidar com as impiedosas

⁶⁹ Cf. McKenna, 23.

⁷⁰ Cf. Thomas Massaro, *Living Justice. Catholic Social Teaching in Action*, (Maryland: Rowman and Littlefield, 2016), 91.

competições e individualismos. Nas famílias, vemos atos de generosidade e perdão, refletindo o amor de Deus, promovendo a unidade e a construção do Reino de Deus⁷¹.

Portanto, as famílias, “igrejas domésticas” jogam um papel fundamental na contribuição para o progresso da sociedade, na direção de uma vida fraterna, transformando a sociedade, através do Evangelho (cf. EIA 85).

2.4. O trabalho humano: chamado à santidade e à evangelização

O discipulado cristão vivido na sociedade, requer a colaboração de cada indivíduo, apoiado pelos valores transmitidos tanto na família quanto na comunidade cristã. Essa colaboração é essencial para dar continuidade à obra iniciada pelo Criador (cf. Gn 1,28; 9,7), que deve ser realizada por meio do trabalho diário.

Na *Laborem Exercens*, o Papa João Paulo II escreveu: «O fundamento para determinar o valor do trabalho humano não é em primeiro lugar o género de trabalho que se realiza, mas o facto de aquele que o executa ser uma pessoa» (LE 6). Ele sugere que a valorização do trabalho seja baseada na noção de que cada indivíduo mereça ser tratado com dignidade e tenha seus direitos fundamentais reconhecidos.

Schlag estende a compreensão afirmando que «o trabalho faz parte do plano original de Deus, e constitui mesmo um caminho para a santidade»⁷²; ele deve concorrer para a realização da pessoa humana. Para tal, o trabalho não deve ser encarrado como um castigo embora seja exigente, cansativo e requeira sacrifício: Ele torna-se gratificante quando se o encara com amor e dedicação, e como obediência ao convite feito pelo Criador, de trabalhar a terra, e a cultivar e cuidar do jardim no qual o homem havia sido colocado (cf. Gn 2,15). A Criação é toda ela boa e foi feita para o bem da pessoa humana; o trabalho «faz parte desse bem, e Deus quer que cooperemos, através do nosso trabalho, na Criação a que Ele deu início»⁷³ (cf. CDSI 225, 662).

Daniel Finn, na mesma linha de pensamento, estende o raciocínio, dizendo que o trabalho que realizamos tem um significado religioso, enfatizando a dignidade mesmo nos trabalhos mais humildes. Além disso, a criação é um presente de Deus, e os cristãos reconhecem que o mundo em que vivemos não é resultado do acaso, mas sim de cuidado amoroso divino.

⁷¹ Cf. Massaro, *Living Justice. Catholic Social Teaching in Action*, 91.

⁷² Martin Schlag, «Trabalho humano, emprego e direitos dos trabalhadores», em *Manual da Doutrina Social da Igreja. Um guia para os cristãos no mundo*, Martin Schlag (cord.) (Cascais: Principia, 2018), 91.

⁷³ Schlag, «Trabalho humano, emprego e direitos dos trabalhadores», em *Manual da Doutrina Social da Igreja. Um guia para os cristãos no mundo*, 92.

Por isso, os bens que adquirimos através do nosso trabalho também são vistos como presentes de Deus, o que implica responsabilidades por parte da humanidade⁷⁴.

Portanto, o ser humano, por meio do trabalho partilha o amor e sabedoria divinos, revelando, assim, o plano de Deus a respeito da criação; transformando a matéria em bens de consumo, beneficia a humanidade e assim coloca a Criação ao serviço das pessoas, colaborando reciprocamente para o bem comum, privilegiando os mais necessitados, como desejou o Criador⁷⁵ (cf. CDSI 262-3, 266, 275).

Jesus Cristo ensinou o valor do trabalho à humanidade através do seu próprio exemplo de dedicação no trabalho, alertando também contra a ansiedade relacionada ao trabalho; incentivando a confiança em Deus, pois «quando as pessoas estão ocupadas e perturbadas por muitas coisas, correm o risco de negligenciar o Reino de Deus e a sua Justiça»⁷⁶ (cf. Mt 6,33; cf. CDSI 259-261).

Jesus, ao trabalhar para se sustentar e colaborando no sustento da sua família, reconhecia tanto o valor como a importância do dinheiro, e soube beneficiar-se da importância e alegria do descanso após o trabalho intenso. No entanto, ele também compreendia os perigos que advinham quando o dinheiro se torna o principal objetivo de vida e é explorado. Jesus tinha plena consciência da relação corrupta que se estabelece entre aqueles que possuem grande riqueza e desejam enriquecer a qualquer custo, e os trabalhadores que são explorados nesse processo. Por essa razão, ele enfatizou repetidamente em seus ensinamentos: «Não podeis servir a Deus e à riqueza» (Mt 6,24)⁷⁷.

A fé cristã valoriza o trabalho e considera-o uma responsabilidade humana. Todo o cristão capaz de trabalhar não tem o direito de se abster do trabalho e depender da generosidade dos outros para viver (cf. 2 Ts 3,6-12). Pois, «todos, antes, são exortados pelo Apóstolo Paulo a tomar como “um ponto de honra” o trabalhar com as próprias mãos de modo a não ser «pesados a ninguém» (1Ts 4, 11-12) e a praticar uma solidariedade também material, compartilhando os frutos do trabalho com “os necessitados” (Ef 4, 28)» (CDSI 264).

No entanto, o trabalho caracteriza a humanidade e oferece dignidade à pessoa humana (cf. PC 6); tendo em conta que Deus é a fonte da vida e o objetivo final do ser humano, o trabalho não se deve tornar uma idolatria para a humanidade (cf. CDSI 257). Pois, «o trabalho

⁷⁴ Cf. Daniel Finn, « Human Work in Catholic Social Thought», *American Journal of Economics and Sociology* 71, No. 4, (2012): 878-9.

⁷⁵ Cf. Schlag, 92.

⁷⁶ Schlag, 92-3.

⁷⁷ Cf. Anselmo Borges, *O mundo e a Igreja. Que futuro?* (Lisboa: Gradiva publicações, 2021), 125-6.

é essencial, mas é Deus [...] a fonte da vida e o fim do homem» (CDSI 257), isto é, o trabalho é para o homem e não o homem para o trabalho.

O trabalho diário do cristão, realizado com amor e unido à redenção, é considerado um meio de santificação e uma forma de animar as realidades terrenas no Espírito de Cristo (cf. CCE 2427). O Papa Francisco, na *Patris Corde*, afirma que qualquer pessoa que trabalhe, independentemente da tarefa que desempenha, colabora com Deus e torna-se, de certa forma, criadora do mundo ao seu redor. Portanto, o trabalho torna-se uma maneira de participar na obra da salvação e uma ocasião para acelerar a vinda do Reino (cf. PC 6).

2.5. Compromisso dos cristãos leigos na Doutrina Social da Igreja

A *Lumen Gentium*, define cristãos leigos, todos os fiéis, exceto os ordenados e religiosos aprovados pela Igreja, que compartilham múnus sacerdotal, profético e real de Cristo (cf. 31); eles receberam a tarefa de «por vocação própria, buscar o Reino de Deus ocupando-se das coisas temporais e ordenando-as segundo Deus» (LG 31; cf. CDSI 541).

Os leigos, instruídos pela catequese e alimentados pelos sacramentos de iniciação cristã recebidos, identificam-se com Cristo e tornam-se adultos na fé, e de seguida «enviado(s) para vivificar a criação e cada ser com a efusão do Seu Espírito» (CDSI 542) pois os fiéis leigos, através dos sacramentos, são discípulos de Cristo e têm um duplo papel: anunciar o Evangelho e testemunha-Lo na vida do dia-à-dia. Eles desempenham um papel ativo em várias áreas da vida secular, incluindo família, trabalho, cultura, pesquisa e responsabilidades sociais, económicas e políticas, contribuindo com sua fé e valores. É um dom divino que os capacita a serem profetas, sacerdotes e reis na sociedade (cf. CDSI 542-3), visto que «o estar e o agir no mundo são para os fiéis leigos uma realidade, não só antropológica e sociológica, mas também e especificamente teológica e eclesial» (CFL 15).

Portanto, o testemunho do leigo comprometido, discípulo de Cristo, surge como um presente gracioso, reconhecido, nutrido e aprimorado ao longo do tempo (cf. CFL 34). Ele é fortalecido na sua vida espiritual e moral, onde amadurece suas competências, em conformidade com os próprios deveres sociais, «fruto de um percurso dinâmico e permanente de formação, orientado antes de tudo a alcançar uma harmonia entre a vida, na sua complexidade, e a fé» (CDSI 546) uma vez que «não pode haver [...] duas vidas paralelas: por um lado, a vida chamada “espiritual”, com os seus valores e exigências; e, por outro, a chamada vida “secular”,

ou seja, a vida da família, do trabalho, das relações sociais, do empenhamento político e da cultura» (CFL 59).

Contudo, a prudência é crucial na vida do leigo comprometido, permitindo decisões realistas e responsáveis. Ela envolve discernir o bem, escolher meios adequados e aplicar princípios morais. A prudência tem três etapas: esclarece a situação, avalia à luz do plano de Deus e habilita a tomar decisões com base em lições passadas (cf. CDSI 547-8).

2.5.1.O serviço do fiel leigo em várias esferas da vida social

Na *Mater et Magistra*, João XXIII compreende que na sociedade, o fiel leigo caracteriza-se pelo seu serviço qualitativo e generoso manifestados na vida corrente nas suas áreas de atuação: «na vida familiar, cultural, profissional, econômica, política, segundo perfis específicos»; e ele demonstra a verdade de sua fé, e ao mesmo tempo, a verdade da doutrina social da Igreja, quando a materializa na resolução dos problemas sociais (cf. CDSI 551).

2.5.1.1. Serviço à pessoa humana

O serviço às pessoas, é uma das principais áreas de envolvimento social dos leigos. Promover a dignidade de cada indivíduo, que é o bem mais valioso que possuem, é a tarefa fundamental e central do serviço que a Igreja, incluindo os fiéis leigos, são chamados a oferecer à toda a humanidade (cf. CDSI 552; cf. CDL 37).

Os cristãos, de forma individual ou em comunidades, associações e organizações, são chamados a se empenharem «na defesa da pessoa humana e na tutela da sua dignidade» (CA 3; cf. CDSI 538). Para contribuir para a melhoria da sociedade, é essencial um compromisso com a renovação interior, seguindo os princípios e valores da Igreja. Isso implica uma busca por uma renovação do espírito cristão, visando promover a justiça e a caridade social. Essa transformação envolve uma “conversão dos corações” e aprimoramento das estruturas, respeitando a dignidade de todos os seres humanos através de meios legítimos (cf. CDSI 552). Promover a dignidade humana inclui garantir o direito a vida, desde a concepção até a morte natural, priorizando esse direito sobre todos os outros. Para tal, é necessário o reconhecimento efetivo da liberdade de consciência e religiosa, sendo um dos deveres mais importantes para garantir o bem da pessoa humana e da sociedade (cf. CFL 39; cf. CDSI 553).

Portanto, constatando a crise de valores, que a sociedade atual atravessa, que ferem o princípio da dignidade humana, oferecendo assim um mau serviço à pessoa humana, os fiéis cristãos são chamados a assumir com responsabilidade os serviços pastorais, pois «para superar a crise e para que a esperança não seja mera ilusão, *wishful thinking*, precisamos todos de ser fiéis às nossas responsabilidades e cumprir os nossos deveres»⁷⁸. Fazendo isso, estaremos a ser fiéis a nossa vocação de servir às pessoas, que é uma das principais áreas do nosso envolvimento social.

2.5.1.2. Serviço à cultura

A cultura é inerente para o desenvolvimento humano, e os cristãos e a Igreja devem estar ativamente presentes e envolvidos nesse espaço. Os cristãos leigos devem cultivar uma cultura social e política inspirada no Evangelho. É uma prioridade apresentar o patrimônio da Tradição Católica de forma atualizada e culturalmente relevante, transmitindo seu rico legado espiritual, intelectual e moral (cf. CDSI 554-5).

A *Gaudium et Spes*, salienta que os objetivos fundamentais da cultura são a busca pela realização pessoal e o bem-estar de toda a sociedade (cf. 59). Portanto, a importância da dimensão ética da cultura significa que os fiéis leigos devem priorizar a ética nas suas ações sociais e políticas (cf. CDSI 556).

O envolvimento social e político do cristão leigo no campo cultural, está assumindo direções específicas atualmente. Uma delas é assegurar que cada indivíduo tenha o direito a uma cultura humana e civil, que seja acessível a todos «de harmonia com a dignidade da pessoa humana, sem distinção de raça, de sexo, de nação, de religião ou de condição social» (GS 60); pois, os cristãos têm historicamente se preocupado com a educação e a verdade na ação social (cf. CDSI 557-8). Ela é «essencial para a cultura, porque permanece em “cada homem o dever de salvaguardar a estrutura de toda a pessoa humana, em que se destacam os valores da inteligência, da vontade, da consciência e da fraternidade” (GS 61)» (cf. CDSI 558). A capacidade de se abrir à verdade é principalmente garantida pelo fato de que «as culturas das diversas nações constituem fundamentalmente modos diferentes de enfrentar a questão sobre o sentido da existência pessoal» (CA 24).

Portanto, é importante para os cristãos reconhecer e valorizar a religião na cultura, pois isso melhora a qualidade de vida individual e social. Negligenciar a religião enfraquece a

⁷⁸ Borges, *O mundo e a Igreja. Que futuro?*, 108.

cultura. Os cristãos leigos têm um papel vital na promoção de uma cultura autêntica, especialmente nos meios de comunicação. Para tal, é necessário escolher com cuidado o conteúdo, com base no conhecimento e aplicação fiel das normas morais (cf. IM 4; cf. CDSI 560). A Igreja é detentora de «uma longa tradição de sabedoria, enraizada na Revelação divina e na reflexão humana» (cf. FR 36-48), cuja orientação teológica serve como importante corretivo «tanto no que se refere à solução “ateia”, que priva o homem de uma das suas componentes fundamentais, a espiritual, quanto no que diz respeito às soluções permissivas e consumistas, que buscam, sob vários pretextos, convencê-lo da sua independência de toda a lei e de Deus» (CA 55; cf. CDSI 560).

2.5.1.3. Serviço à economia e à política

Ribeiro, a respeito do serviço dos fiéis leigos à economia, afirma que «para que um sistema económico seja considerado digno pela Igreja e segundo os princípios cristãos, deve enquadrar-se nos cinco princípios maiores: (o Princípio da Destinação Universal dos Bens, o Princípio da Subsidiariedade, o Princípio da Solidariedade, Princípio do Bem Comum, e o da Dignidade da Pessoa Humana) ... e, mesmo que se enquadre apenas em alguns (digamos a maioria), ela ainda gozaria de aprovação eclesial enquanto mal menor ou como um bem possível »⁷⁹.

No contexto económico complexo atual, os cristãos leigos devem basear suas ações económicas nos princípios do magistério social, com foco na pessoa humana, refletidos criticamente sobre os modelos de desenvolvimento económico vigentes (cf. CDSI 563).

Os seres humanos são dotados de “logos” (razão e linguagem) e de “Zôon politikón” (animal social e político). Embora nem todos ajam eticamente, a política, gerida pelo Estado, é necessária para lidar com a propensão humana ao egoísmo e interesses corruptos. A ética deve desempenhar um papel central na vida humana para evitar uma dependência constante da política, das leis e da regulação. Uma “conversão ética” e formação ética, moral e social-cristã são cruciais para que os cristãos leigos possam basear suas ações em valores éticos e cristãos, reduzindo a necessidade de intervenção política constante e promovendo uma sociedade mais justa e harmoniosa⁸⁰.

⁷⁹ Ribeiro, 117.

⁸⁰ Cf. Borges, 123-4.

Na *Octogesima Adveniens*, Paulo VI afirma que o compromisso político, para os cristãos, é uma maneira avançada e rigorosa de viver o compromisso cristão no serviço ao próximo (cf. 46). E na *Chistifidelis Laici*, o Papa João Paulo II, reitera que «todos e cada um têm o direito e o dever de participar da política, embora de formas diversas, níveis, funções e responsabilidades» (42). Daí que é importante que cada cristão reserve uma parte do seu tempo e energia para contribuir para o benefício coletivo, independentemente da forma como escolhe fazê-lo e de acordo com as diferentes vocações.

Os cristãos leigos devem guiar suas ações políticas com base em sua fé, promovendo a justiça, a solidariedade, o diálogo e a paz. Isso ajuda na construção de uma sociedade mais justa e evita a desumanização das instituições sociais e políticas pelas «estruturas de pecado» (SRS 36). Os líderes devem exercer autoridade como serviço, respeitando as leis morais e buscando o bem comum. A ação dos cristãos em áreas como informação, pesquisa e economia deve seguir critérios que incluem a distinção entre ordem legal e moral, diálogo respeitoso com todos e a defesa de valores naturais e morais, com base nos princípios do Evangelho de Jesus Cristo. Esses princípios orientam sua participação saudável na sociedade (cf. CDSI 565-9).

Portanto, a *Gaudium et Spes*, esclarece-nos que o envolvimento político dos católicos é frequentemente relacionado à “laicidade”, que se refere à separação entre a esfera política e religiosa (cf. 76). A Igreja valoriza a separação entre religião e Estado, todavia, orienta os fiéis, especialmente os envolvidos na política, a promover o bem comum e a pessoa, sem interferir nos governos. Isso implica uma responsabilidade moral indivisível dos leigos no exercício das suas funções políticas (cf. CDSI 571).

Entretanto, Paulo VI destaca que os cristãos ao aderir a partidos políticos devem escolher com base em valores, caridade e bem comum, não esperando que um partido atenda plenamente as exigências da fé cristã. Eles devem usar o senso crítico e influenciar os partidos em direção ao bem comum, incluindo aspetos espirituais (cf. AO 46; cf. CDSI 573).

2.5.1.4. Discipulado e Serviço: compromisso com a ecologia integral

Na raiz da palavra ecologia, encontramos os termos *oikos*, que em grego designa *casa*, e *logos*, *razão*, *tratado*⁸¹; ecologia é o «tratado da casa, da casa de cada um, de cada família, de cada país, da casa comum da Humanidade»⁸².

⁸¹ Cf. Borges, 111.

⁸² Borges 111.

A “ecologia” e a “economia” estão intrinsecamente interligadas. Mais uma vez, encontramos presente na economia, *oikos, casa e nomos, lei, governo*; o dever de cada um de governar a sua casa, as suas famílias, e os países têm o dever de governar a casa de todos, a “casa comum da Humanidade”⁸³.

Nesta linha, em conexão com a ecologia e economia está a ética do *ethos*, que significa *uso, costumes e habitação*⁸⁴. No entanto, segundo Borges, das três palavras surge a questão: «que comportamento ter, para podermos todos habitar bem na casa comum da Humanidade?»⁸⁵.

O biólogo alemão discípulo de Darwin, criador da palavra ecologia, Ernest Haeckel, citado pelo recente livro de Leonard Boff, *Uma Ecologia Integral*⁸⁶, define ecologia como sendo «o estudo das relações de todos os seres vivos e não vivos entre si e com o seu ambiente. Todos vivem juntos na Casa Comum, que é a Terra, e juntos apoiam-se mutuamente para alimentar-se, reproduzir-se e co-evoluir»⁸⁷. Infelizmente, nos nossos dias, alcançar o ideal de justiça ambiental é um desafio devido às injustiças ambientais. Isso manifesta-se no desrespeito da natureza e na degradação dos recursos naturais, incluindo florestas, animais, água, ar e solo⁸⁸.

Na *Laudato si*, o Papa Francisco, realça que no coração da doutrina social da Igreja, reside a ecologia integral que anda de par com o humanismo integral (dignidade na solidariedade)⁸⁹; na *Octogesima Adveniens*, Paulo VI fala do “desenvolvimento integral” (31, 52); e na *Caritas in veritate*, Bento XVI, faz referência ao “desenvolvimento humano integral” incluindo as dimensões económica, ética e espiritual da realização humana autêntica (cf. CIV 11). No entanto, o Papa Francisco, considera este desenvolvimento integral humano indissociável da nossa relação com a criação (cf. LS 37).

A ecologia integral não só prioriza o humanismo integral, mas também estabelece diretrizes para reconhecê-lo por meio da mediação. Segundo a justiça, primeiramente reconhecemos a relação interna da “ecologia ambiental, económica e social” (cf. LS 238-42); de seguida, preservamos a solidariedade na “cultura ecológica”, salvaguardando as culturas indígenas por exemplo (cf. LS 143-6); e finalmente, aprimorar a “ecologia da vida diária” a fim

⁸³ Cf. Borges, 111.

⁸⁴ Cf. Borges, 111.

⁸⁵ Borges, 111.

⁸⁶ Cf. Borges, 111.

⁸⁷ Borges, 112.

⁸⁸ Cf. Borges, 113.

⁸⁹ William O’neill, *Catholic Social Teaching. A user’s Guide*, (New York: Orbis Books- Maryknoll, 2021), 45.

de que os ambientes urbanos, rurais e familiares sejam configurados de forma a garantir uma qualidade de vida digna (cf. LS 148, cf. LS 146-55)⁹⁰.

O Papa Francisco associa o grito do pobre ao da Terra. Mudança climática debilitante, perda sistemática da biodiversidade, poluição endêmica, pobreza generalizada, são na sua maioria de origem antropogénica. A degradação ecológica atual afeta desproporcionalmente os mais vulneráveis, embora sejam menos responsáveis por essa degradação. Nesta linha, a ética da ecologia integral convida-nos a um trabalho radical que considere as “raízes da situação presente”, uma vez que a humanidade traiu a responsabilidade bíblica do cultivo e cuidado do jardim do nosso mundo (cf. LS 14-5, 32, 53)⁹¹.

Uma das exigências da ecologia integral é que ela respeita as dimensões humana e social; pois a ecologia integral concorre para o bem comum e a dignidade da pessoa humana dando atenção privilegiada aos mais desfavorecidos da sociedade, os pobres (cf. LS 156-8).

No entanto, a ecologia ambiental, económica e social concretiza-se pela solidariedade intergeracional, na preservação e proteção da nossa “Casa Comum”. Uma solidariedade que parte das nossas próprias casas, considerando que o humanismo integral, está intrinsecamente ligado a uma compreensão holística do meio ambiente, e protege tanto a ecologia da cultura como a vida quotidiana; realça o Papa Francisco, que a natureza reflete a “Imagem de Deus”, está marcada pela Trindade; pois «toda a criatura traz em si uma estrutura propriamente trinitária» (LS 239)⁹².

O cerne do discipulado cristão é o amor ao próximo, que se estende às futuras gerações e ao bem-estar de todas as criaturas de forma a lidar com a crise ecológica. O amor cristão não faz exceção, abrangendo toda a humanidade e o planeta, enquanto trabalha por um futuro justo e sustentável, protegendo a Terra de abusos e garantindo que os mais pobres também sejam cuidados⁹³.

Neste sentido, para enfrentar a crise ambiental global, cada cristão e indivíduos de boa vontade devem agir com ações concretas. Diferentes grupos têm papéis específicos a desempenhar: cientistas, ambientalistas e economistas, devem ajudar a abordar desafios ambientais; professores e educadores devem enfatizar o amor pela criação de Deus nas suas aulas; pais devem transmitir o amor pela terra e natureza aos filhos, ensinando valores de cuidado ambiental; teólogos e éticos devem explorar a relação entre a tradição católica e o

⁹⁰ Cf. O’neill, *Catholic Social Teaching. A user’s Guide*, 46.

⁹¹ Cf. O’neill, 46.

⁹² Cf. O’neill, 47.

⁹³ Cf. Mckenna, 123.

ambiente; líderes empresariais devem proteger o meio ambiente e contribuir para o bem comum; membros da Igreja devem avaliar seu estilo de vida, comportamentos e políticas para proteger o meio ambiente; defensores do meio ambiente devem colaborar para a justiça ambiental; legisladores devem considerar a dimensão ética da política ambiental visando o bem comum a longo prazo; cidadãos devem se envolver em debates sobre como proteger a herança ecológica de suas nações, incluindo alocação de recursos e planejamento para o futuro⁹⁴.

Portanto, face a essa crise, os cristãos só conseguirão ultrapassá-la observando os valores da Sagrada Escritura e aceitando, com humildade, as suas limitações e suas falhas e de seguida, assumir o compromisso por uma ação comum em benefício de toda a Terra e dos mais vulneráveis. E isso passa por uma conversão, mudança de coração e *metanoia*⁹⁵. Assim, cada cristão inserido nos diversos grupos da sociedade, só poderá viver o seu discipulado maduro no serviço à ecologia integral, abrindo-se à conversão permanente e ao discernimento constante no usufruto da herança ecológica, respeitando-a e cuidando-a no seu dia a dia.

⁹⁴ Cf. Mckenna, 124.

⁹⁵ Cf. Mckenna, 125.

Capítulo 3. O PAPEL DA DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA NA FORMAÇÃO DO DISCIPULADO NA DIOCESE DE NACALA, MOÇAMBIQUE

3.1. Diocese de Nacala e sua contextualização

A diocese de Nacala foi oficialmente estabelecida pelo Papa São João Paulo II à 5 de novembro de 1991, por meio da bula *In Mozambicano Agro*. Antes dessa data, toda a história da Diocese estava ligada à Arquidiocese de Nampula, da qual se separou. O bispo auxiliar de Nampula, Dom Germano Grachane, foi designado como primeiro bispo residencial de Nacala. Essa diocese é constituída por 23 paróquias, agrupadas em 3 zonas Pastorais e dispõe de um centro catequético e de dois Minicentros catequéticos, para a formação dos seus agentes pastorais (cf. DPDN, 3).

Política e territorialmente, a Diocese de Nacala está localizada na Província de Nampula e abrange 10 distritos: Nacala, Nacala-a-Velha, Memba, Erati, Nacaroa, Monapo, Liupo, Mogincual, Ilha de Moçambique e Mossuril; e com uma população de cerca de 2,5 milhões. As áreas mais densamente povoadas são as cidades de Nacala e Ilha de Moçambique, além das vilas de Monapo e Namapa (cf. DPDN, 4).

Aproximadamente 95% da população na Diocese de Nacala pertence à etnia Macua, que é a maior etnia do país. Os macuas são de origem Bantu e têm uma forte tradição matrilinear, e estão organizados em clãs (nihimo) e linhagens (nloko). Apesar de terem uma base cultural comum, há algumas diferenças entre os macuas do interior e os que vivem na região costeira, devido à influência da cultura árabe-suaíli no litoral. Além dos Macuas, a Diocese conta também com alguns grupos significativos das etnias Maconde (originários da Província de Cabo Delgado), Lomwé- Chuabo (da Zambézia), Maravi (do Malawi, em Tubruto), e outros. Há também uma comunidade numerosa de indianos, paquistaneses e seus descendentes, assim como alguns europeus. Nos últimos anos, tem havido uma presença considerável de nigerianos e somalis (cf. DPDN, 4).

3.1.1. A situação sociopolítica e religiosa

A Maior parte da população de Nacala, depende da agricultura familiar e da pesca artesanal. Cerca de 90% dos habitantes são camponeses e pescadores. Os indianos e paquistaneses dominam o comércio formal na região. As principais infraestruturas económicas são o porto marítimo, o novo aeroporto de Nacala e algumas unidades industriais localizadas

em Nacala, Monapo, Ilha de Moçambique e Namapa. Além disso, destaca-se o projeto de reabilitação do corredor de Desenvolvimento do Norte, que inclui o terminal de carvão de Nacala-a-Velha. Esse projeto visa escoar o carvão de Moatize- Tete por meio de uma linha férrea de 912 km que conecta as duas cidades, e também inclui planos para a construção de uma refinaria no futuro, com um oleoduto associado. Esses elementos são relevantes para esta zona econômica especial (cf. DPDN, 4).

No âmbito das crenças religiosas, as religiões predominantes são a tradicional, o Islão e o Cristianismo. Entre os cristãos há um número significativo de Igrejas e Seitas. A diocese é a região mais islamizada do país em termos numéricos. Os muçulmanos, agrupados em pequenas comunidades chamadas confrarias, estão concentrados principalmente na parte litorânea, com destaque para a Ilha de Moçambique, Nacala-Porto, Mossuril, Monapo e Membra, representando um desafio a ser considerado (cf. DPDN, 4-5).

É importante considerar que, atualmente, o Islão está adotando uma abordagem missionária com países árabes interessados na islamização de Moçambique. Os muçulmanos já existentes no país estão divididos em dois grupos principais, nomeadamente o Conselho Islâmico, que é minoritário, mas influente, e o Congresso Islâmico, que possui o maior número seguidores, embora seja menos ativo. O país faz parte da Conferência Islâmica e possui um partido político declaradamente islâmico chamado (PIMO) (cf. DPDN, 5).

Na área de saúde, os serviços não abrangem toda a população. Apenas as sedes distritais têm hospitais, e alguns lugares têm postos de saúde. Pacientes graves são encaminhados para o hospital provincial. Muitas missionárias colaboram nesse sector, trabalhando em hospitais governamentais e religiosos (cf. DPDN, 5).

Na educação, apesar dos esforços do governo e Organizações Não Governamentais, o sistema ainda não atende totalmente às necessidades da população. Muitas crianças e jovens não têm escola e a qualidade do ensino é fraca. A taxa de analfabetismo chega a 70%. A diocese está contribuindo nessa área, estabelecendo escolas comunitárias, lares para estudantes e escolas secundárias gerais e técnicas através de equipas missionárias (cf. DPDN, 5).

3.2. O caminho de formação do discipulado na diocese de Nacala

Sem ignorar o papel fundamental que a família, “célula viva da Igreja”, tem no começo da caminhada de fé de cada indivíduo, a formação do discipulado na diocese de Nacala, é feita na comunidade cristã; inicialmente por meio da catequese de iniciação cristã (catecumenado),

realizado por etapas: pré-catecumenado, entrada no catecumenado, entrega do Credo, entrega do Pai-Nosso, eleição, escrutínios (cf. DPDN, 26-7). É um caminho de pelo menos três anos para ajudar os catecúmenos a conhecer bem Jesus Cristo, acreditar n'Ele como seu único Salvador, e mostrar na vida que O querem seguir. (cf. Act 10, 42-48) (cf. DPDN, 26).

O catecumenado, como percurso formativo inicial em preparação para a receção dos sacramentos da iniciação cristã, é uma responsabilidade de toda a comunidade cristã e os cristãos rezam pelos catecúmenos, auxiliam-nos na descoberta da sua fé em Jesus Cristo e por meio de exemplo de vida, mostram-nos o caminho, como irmãos mais velhos; com amor, quer através do exemplo quer das palavras, eles orientam os catecúmenos sobre os vícios que devem abandonar e as virtudes que devem praticar (cf. DPDN, 27).

Esta caminhada é inclusiva e nenhuma pessoa é excluída da mesma, mesmo os que gozam de uma má reputação (cf. Mt 9,1-8). A todos serão explicados que devem entrar num processo de conversão, pois espera-se que ao fim da catequese haja mudança nas suas vidas e só assim, admitidos aos Sacramentos (cf. DPDN, 26); visto que a «a catequese é sempre uma ocasião para ouvir a Palavra de Deus e daí iniciar um processo de conversão» (DPDN, 26).

Contudo, os catecúmenos, depois de ouvirem a Palavra (catequese); de se converterem (mudança de vida); e de receberem os Sacramentos (compromisso com Cristo e com a Igreja) é que se integraram na nova família (vida comunitária) (cf. Act 2, 37-41).

3.2.1. Desafios pastorais na formação do discipulado

O *Diretório Pastoral da Diocese de Nacala* apresenta um processo de formação do discipulado bem organizado e com planos de ação bem definidos, para ajudar a comunidade cristã a viver a sua fé de forma adulta. Porém, na caminhada formativa e de crescimento encontram-se elementos presentes na cultura e no seio das comunidades, que podem facilitar ou dificultar a caminhada, nomeadamente:

- a) fácil congregação e articulação entre o indivíduo e o coletivo, resultante do facto de as famílias serem alargadas e não celulares. A sociedade é permeada por um relacionamento familiar: o desconhecido é tratado por “irmão”, “tio”, “mamã”, “papá” conforme a idade. Contudo, este valor corre também o risco de ignorar o indivíduo em benefício do coletivo;
- b) Ritos de Iniciação Tradicional. Um elemento cultural que é veículo de transmissão dos valores tradicionais aos jovens; porém, alguns conteúdos veiculados não são compatíveis com os valores cristãos;

- c) Comunhão e veneração aos antepassados. Há uma profunda convicção de que a vida não termina com a morte, por isso, é preciso manter o relacionamento com aqueles que estão no outro mundo;
- d) A poligamia. Embora seja uma fonte reconhecida de conflitos inter-familiares, é um elemento que a tradição tolera, sendo uma grande tentação para os cristãos.
- e) A feitiçaria. Continua forte, até entre os cristãos, a crença de que as doenças e outras desgraças, incluindo a morte, é provocada por alguém. Isto resulta no medo ou dificuldade para exercer serviços públicos, receando ser enfeitado.
- f) elevado índice de analfabetismo, que dificulta a caminhada das comunidades, a formação dos ministérios laicais e aumenta a ignorância religiosa;
- g) uma fé em função da morte. Em muitos casos, os sacramentos e a própria fé são vividos como meios de acesso ao outro mundo, ou como caminho para conseguir um bom funeral religioso que facilitaria a entrada no outro mundo;
- h) Consolidação da Igreja e inculturação da fé. A busca duma fé inculturada e de caminhos para a autonomia económica e agentes pastorais locais qualificados;
- i) Juventude. Sendo a maior fatia dos membros das comunidades (mais de dois terços da população tem menos de 18 anos), os jovens são um desafio quanto à sua correta formação humana e religiosa e ao seu acompanhamento;
- J) Abertura e diálogo, num ambiente com várias sensibilidades religiosas, políticas e étnicas (cf. DPDN, 5-6).

3.2.2. Elementos culturais relevantes que dificultam o caminho do discipulado maduro

Tendo presente os desafios pastorais realçados anteriormente, identificamos os seguintes elementos da cultura macua pertinentes, segundo o nosso ponto de vista, e que serão a base da nossa reflexão. Estes, impedem os membros da comunidade cristã convertidos ao catolicismo de vivenciar plenamente sua fé cristã de forma madura. São eles: os ritos de Iniciação Tradicional, a poligamia e a feitiçaria.

3.2.2.1. Ritos de Iniciação Tradicional

O povo macua ama a vida e deseja a continuidade da mesma. Os pais e os membros da sociedade macua, veem no nascimento de uma criança, um ato festivo e de esperança, confirmando a presença ativa dos antepassados na sua vida e na sociedade⁹⁶. No decorrer da vida, a criança, passa necessariamente, por vários ritos de iniciação, que é o autêntico nascimento social da criança macua. Esses ritos são chamados em macua, no geral, *Winaliwa*. O Povo macua ritualiza a passagem de adolescência para a fase adulta, para ambos os sexos. Os ritos para os rapazes são chamados *Masoma* e para as raparigas *Emwali*⁹⁷.

São considerados adultos, na cultura macua, somente os que passaram pelos ritos de iniciação. Sendo iniciados, o jovem, torna-se adulto, ficando habilitado a participar em toda a vida da comunidade; participando assim nas atividades reservadas exclusivamente aos adultos (os iniciados), tais como: casar-se, participar nos sacrifícios tradicionais, sentar-se no meio dos adultos, intervir publicamente nas reuniões, participar ativamente nas festas e participar nos funerais⁹⁸.

Durante esse tempo de iniciação, tempo privilegiado para a ratificação da conduta social e para a preparação dos jovens para a vida adulta, os anciãos transmitem aos rapazes e raparigas, todo património cultural macua e a grande riqueza e diversidade na educação da prole (ensinamentos e conselhos, *Ikanó*), por meio de cantos e contos; fábulas e anedotas à volta da fogueira e ao brilhar do luar com o céu estrelado, bem como por meio de outros ritos: femininos para as raparigas e masculinos para os rapazes⁹⁹.

Portanto, os ritos realizados em adolescentes e jovens de ambos os sexos visam ensinar valores culturais e tradições dos ancestrais, mas atualmente estão sendo aplicados em indivíduos mais novos que não conseguem compreender adequadamente esses ensinamentos, resultando na perda do verdadeiro propósito dessas práticas culturais¹⁰⁰.

Ao longo dos anos, os ritos de iniciação, sempre foram um tema de acesa discussão no seio do Estado colonial, das Igrejas católica e protestantes, do Estado socialista pós-

⁹⁶ Cf. Francisco Lerma Matinez, *O Povo Macua e Sua Cultura- Análise dos valores culturais do Povo Macua no Ciclo Vital, Maúa. Moçambique (1975-1985)*, 2ª ed. (Maputo Paulinas Editorial, 2008), 79.

⁹⁷ Cf. Matinez, *O Povo Macua e Sua Cultura- Análise dos valores culturais do Povo Macua no Ciclo Vital, Maúa. Moçambique (1975-1985)*, 83.

⁹⁸ Cf. Martinez, 83.

⁹⁹ Cf. Pinho dos Santos Afonso Martins, *Religiões Tradicionais e cristianismo em diálogo. Caminhos para uma evangelização insculturada*, (Anchilo: Centro Catequético Paulo VI, 2003), 96.

¹⁰⁰ Cf. Alberto Vieira, *Educação Tradicional Macua. Ritos de iniciação (rapazes e Raparigas)* (Anchilo-Nampula: Centro Catequético Paulo VI, 2012), 30-1.

independência, bem como nos discursos proferidos pelo governo moçambicano e por organizações internacionais¹⁰¹.

Atualmente, os ritos femininos, em particular, são tidos como, a causa principal quer dos “casamentos prematuros”; quer da gravidez na adolescência, quer do analfabetismo das meninas, uma vez que no decorrer das cerimónias de iniciação, os ensinamentos oferecidos, sobre a vida sexual, giram em torno de «como “tratar” sexualmente os parceiros, porque são eles a garantia da sobrevivência cultural da comunidade em termos de reprodução das hierarquias e da conservação da coesão comunitária»¹⁰².

Segundo pesquisas feitas sobre os ritos femininos, constatou-se que as agentes orientadoras ignoram completamente, a transmissão da importância da escolarização e do trabalho humano no espaço público das jovens¹⁰³.

No tocante aos ritos de iniciação masculino, é notória a banalização de alguns critérios de submissão dos adolescentes, como: a) os ritos de circuncisão costumavam ser realizados em jovens e adolescentes com 14 anos ou mais, pois o foco era transmitir ensinamentos importantes durante a cerimônia, que envolviam segredos da vida e tabus na comunidade. No entanto, atualmente, crianças mais novas estão passando por esses ritos, o que dificulta sua capacidade de compreender e assimilar os ensinamentos e conselhos oferecidos durante a cerimônia; b) os iniciados tendem a agir como se nada tivesse mudado em suas vidas, uma vez que o foco é muitas vezes apenas ritual em si, em vez de abordar os aspetos mais fundamentais e significativos da vida; c) antigamente, os rituais de iniciação eram liderados por pessoas idosas respeitáveis e dignas. No entanto, hoje em dia, muitos que se autodenominam mestres e conselheiros são jovens sem educação, envolvidos em uso de drogas, e frequentemente usam linguagem insultuosa em público¹⁰⁴.

3.2.2.2. À luz dos ensinamentos da Igreja

Os ritos de iniciação tradicional para o povo macua, como vimos anteriormente, são de carácter obrigatório para os membros da cultura, visto que é passando pelos mesmos que o indivíduo se torna adulto e assim nasce para a sociedade. Todavia, como remarcamos, no desenrolar dos ritos, existem conteúdos e práticas que não favorecem uma vida que vá de acordo

¹⁰¹ Cf. Helena Santos Assunção, «Reflexões sobre perspectivas africanas de gênero», *cadernos pagu* 58 (2020), 15.

¹⁰² Assunção, «Reflexões sobre perspectivas africanas de gênero», 16.

¹⁰³ Cf. Assunção, 16-7.

¹⁰⁴ Cf. Vieira, *Educação Tradicional Macua. Ritos de iniciação (rapazes e Raparigas)*, 31-2.

com a dignidade do homem e da mulher e conseqüentemente lesam a vivência adulta da fé cristã dos cristãos convertidos que pertencem a este povo.

Segundo o Papa João Paulo II, é do olhar para dentro da cultura e conseqüentemente da descoberta das riquezas da mesma que se adquire a liberdade pura que nos levará a encontrar Jesus Cristo e nos deixar guiar por Ele, que é «o caminho, a verdade e a vida» (Jo 14:16) (cf. EIA 48).

Um elemento importante a salientarmos a este respeito, é a pertinência do diálogo ecumênico que deve ser feito, continuamente, com a religião tradicional africana (cf. EIA 49), onde se aborde a importância da família para a pessoa recordando que «na família dom recíproco de si por parte do homem e da mulher unidos em matrimônio cria um ambiente de vida no qual a criança pode nascer e “desenvolver as sua potencialidades, tornar-se consciente de sua dignidade e preparar-se para enfrentar o seu destino único e irrepitível» (CDSI 212); e de seguida, para a sociedade, em que «a família comunidade natural na qual se experimenta a sociabilidade humana, contribui de modo único e insubstituível para o bem da sociedade» (CDSI 213). Esses valores nunca serão alcançados num ambiente onde se prevaleçam “casamentos prematuros” e gravidez na adolescência.

3.2.2.3. A poligamia

A poligamia é praticada pelos homens, nesta cultura, devido a procura vertiginosa do prazer, a novidade motivada por uma vida económica ostentosa e ilusória, e o comportamento desregrado de um dos cônjuges¹⁰⁵.

A poligamia, na sociedade macua, é sustentada por uma série de fatores de âmbito social e histórico como: a) sinal de grandeza – os chefes, nos tempos antigos faziam-se rodear de várias mulheres para mostrar seu poder e sua gradeza; b) instrumento de defesa – contribuiu para o aumento numérico dos membros do povo, preservando a cultura, e daí, são os seus futuros defensores; c) razão económica – quanto mais mulheres tivesse, mais força de trabalho possuía; d) influência muçulmana – a islamização quase total do povo macua da zona costeira teve uma grande influência, primeiramente nos líderes e de seguida no povo¹⁰⁶.

¹⁰⁵ Cf. Martins, *Religiões Tradicionais e cristianismo em diálogo. Caminhos para uma evangelização insculturada*, 90.

¹⁰⁶Cf. Martinez, 145-6.

Uma outra causa que leva o homem a fazer recurso a poligamia, é o comportamento não hospitaleiro da esposa, em casa, em que ela não acolhe os amigos e os familiares do seu marido. Sendo assim, muitas vezes os homens polígamos passam a considerar mais a segunda esposa, desrespeitando a primeira e a sua família. E com o andar de tempo, os problemas intensificam-se e possivelmente chega-se ao divórcio¹⁰⁷.

A cultura permite a poligamia, caso a mulher seja estéril, ou tenha uma doença grave¹⁰⁸ e ainda quando ela se acha de idade avançada, e insatisfeita com o ato conjugal; ele pode procurar uma esposa auxiliar, chamada *Ekusho*¹⁰⁹. Isso evita que o homem procure outra mulher fora do clã da esposa e se preserva a riqueza¹¹⁰.

À luz da Doutrina da Igreja, no tocante a orientação canônica, só um homem e uma mulher, numa relação única e indissolúvel, são capazes de contrair matrimónio e de construir uma família (cf. CIC 1055-6; cf. CCE 1643-5). Uma das finalidades do matrimónio, é a procriação, na própria família e a educação dos filhos. Por isso, «o divórcio e as uniões de facto constituem uma grande ameaça a pessoa humana»¹¹¹ e a «fidelidade quotidiana à promessa da mútua doação total que o Matrimónio implica» (FC 19; cf. CCE 1644).

A importância do matrimónio e da família envolve incorporar a dimensão sagrada na vida diária. Isso não significa negligenciar o lado humano, cultural e social da família, mas sim reconhecer a presença de Deus em todos os aspetos da vida familiar, valorizando a contribuição de todos os seus membros. O discernimento evangélico, baseado na fé e na palavra de Deus, é essencial para dar sentido e valor à vida familiar cristã; pois a estabilidade na família e no relacionamento conjugal é concedida por Deus, e isso requer que a família e o casal reconheçam, experimentem e expressem esse vínculo com verdade¹¹².

Portanto, a poligamia é contrária a igual dignidade pessoal entre o homem e a mulher e ao amor conjugal bem como a fidelidade matrimonial, onde se entregam com amor total manifestando a unidade e exclusividade da mesma, de acordo com o estipulado na doutrina cristã (cf. CDSI 217).

¹⁰⁷ Cf. Martins, 90.

¹⁰⁸ Cf. Martinez, 146.

¹⁰⁹ É o nome dado a nova esposa procurada pela esposa mais velha quando ela se acha de idade avançada e que não lhe permite de “satisfazer” o marido no ato conjugal.

¹¹⁰ Cf. Martins, 90.

¹¹¹ Schlag, 81.

¹¹² Cf. António Marcelino, «Pastoral familiar à luz da Palavra de Deus», em *A família ideal bíblico e realidade actual*, ed. Manuel Arantes e al. (Fátima: Difusora Bíblica, 2014), 175-6.

3.2.2.4. A feitiçaria

Para melhor elucidarmos como é que a feitiçaria periga o caminho do discipulado maduro, importa-nos, falar primeiramente sobre a conceção macua da vida após morte.

3.2.2.4.1. A vida após morte

Para a cultura bantu, na qual faz parte a macua, a vida não tem fim; ela continua mesmo depois da morte física. Existe uma relação quer de convivialidade, quer de proximidade entre os mortos e os vivos, e são os mortos que conduzem o destino dos vivos¹¹³.

Os macuas, percebem que após a morte física, o defunto toma uma vida espiritual. No mundo pós-morte, para o povo macua existem três categorias, a saber: Deus, Antepassados (*Amuharoiye e Minepa*) e todos os defuntos¹¹⁴.

Duas são as categorias dos antepassados: a) Os *Amuharoiye* que literalmente significa: os que já foram. São todos os que morreram e que se encontram junto de Deus, Muluku, embora sejam ignorados pelas novas gerações, estes são antepassados imemoriáveis; e b) *Munepa* no singular ou *Minepa* no plural – são os antepassados que estão presentes na memória dos vivos, neste caso, estão presentes na lista dos antepassados memoriáveis¹¹⁵.

Nem todos os que morrem são considerados antepassados. Só o são aqueles que, quando em vida, tiveram um comportamento moralmente exemplar, os que morrem idosos, deixam uma descendência, têm uma morte digna (por doença e não por suicídio). Esses é que são evocados pelos vivos nos seus cultos¹¹⁶, pois os «antepassados são seres diante do Ser; criaturas diante do seu Criador, [...] sendo incorpóreos, [...] gozam do privilégio de estarem em relação directa com o Ser, O qual é Força que os criou»¹¹⁷.

Os antepassados são intermediários na comunicação entre o Homem e Deus e vice-versa. A relação do homem com Deus concretiza-se através do culto, mediante o sacrifício; e o de Deus para o homem, embora não necessária, é feita pela mediação dos antepassados. Os antepassados são os protetores dos vivos, porém em certas ocasiões eles permitem que certas

¹¹³ Cf. Miguel Combarros, *Dios en Africa. Valores de la Tradicion Bantu*, 3ª ed. (Madrid: Mundo Negro, 2000), 94.

¹¹⁴ Cf. Martins, 65.

¹¹⁵ Cf. Martins, 65.

¹¹⁶ Cf. Martins, 65.

¹¹⁷ Martins, 66.

desgraças possam atingir uma pessoa, família, tribo ou clã, reivindicando uma atenção especial, tais como uma campa ,ou um culto a Deus, *Muluku* por meio de um sacrifício¹¹⁸.

3.2.2.4.2. Os feiticeiros

Os feiticeiros, *Anakuru*, são seres incorpóreos, superiores aos vivos, como atesta o nome *Anakuru* “aqueles que têm muita força” (*ana* = aqueles que têm + *(i)kuru* = força). Portanto, entendemos por *anakuro*, os «seres superiores que não estando em comunhão com *Muluku* e com os antepassados, valem-se da própria força»¹¹⁹ criando desordem na vida dos vivos. Para estes não existe culto nem invocação, somente lhes é oferecida uma cerimónia para atenuar a sua zanga, por meio de incenso e outras substâncias aromáticas¹²⁰.

A figura do feiticeiro é ambivalente, sendo tanto respeitada quanto temida na cultura em que opera. O feiticeiro desempenha diversos papéis na sociedade, incluindo a possibilidade de causar doenças e desgraças, prevenir perigos e atribuir sorte e sucesso na vida das pessoas. Além disso, o curandeiro também desempenha um papel importante na cura de doenças, mas, assim como o feiticeiro, pode ser motivado pelo desejo de enriquecimento e atender a clientes que buscam prejudicar seus inimigos por inveja ou retaliação¹²¹.

Portanto, tanto o mundo mágico como o papel dos feiticeiros e curandeiros são complexos, influenciados por uma mistura de crenças, superstição, vingança e busca por benefício pessoais, refletindo assim a riqueza da diversidade cultural e das percepções sobre o sobrenatural em diferentes contextos sociais.

3.3. O medo

Segundo o Diretório Pastoral de Diocese de Nacala, a feitiçaria é um dos elementos que não contribui positivamente para o caminho de fé adulta dos cristãos. Ela continua forte no seio da sociedade macua e até entre cristãos. Alguns cristãos acreditam que as doenças e outras desgraças, incluindo a morte, são provocadas por alguém. Daí advém o medo de assumir os serviços de liderança no seio da comunidade cristã com receio de ser enfeitado (cf. 5-6) seja porque reconhecem a frequência do responsável cessante no curandeiro, seja porque o mesmo

¹¹⁸ Cf. Martins, 68.

¹¹⁹ Martins, 69.

¹²⁰ Cf. Martins, 68-9.

¹²¹ Cf. Combarros, *Dios en Africa. Valores de la Tradicion Bantu*, 112-3.

tenha prometido morte para quem ocupasse o seu lugar, pois o seu desejo é de perpetuar a liderança (sede de poder).

No entanto, concordaríamos com o cônsul florentino Niccoló Maquiavel quando diz que «é muito mais seguro ser temido do que amado»¹²², e o que salienta o pregador francês François Richelieu: «entre todos os princípios capazes de sensibilizar um Estado, o temor, que é fundado na estima e na reverência, tem esta força de dar a cada um mais interesse em cumprir o seu dever»¹²³. Os dois autores fazem referência ao uso estratégico do medo como uma ferramenta de governo e como meio de manter a estabilidade política e social. É certo que suas decisões refletem as realidades políticas de suas épocas e as complexidades do exercício do poder¹²⁴, mas destacam a importância do temor fundamentado na estima e reverência, sugerindo que o respeito baseado no medo pode motivar as pessoas a cumprirem seus deveres. É o que nos parece estar na base do medo que se instala nos membros da Igreja provenientes da cultura macua que acreditam na feitiçaria. É um medo prolongado que lhes pode levar à decadência moral¹²⁵, acrescentaríamos também a espiritual, onde se renuncia não só a correção fraterna entre os cristãos da comunidade (cf. Mt 18, 15-20), ocasionando o pecado de omissão, como também do compromisso nos vários serviços da igreja.

À luz da Doutrina da Igreja, a crença na feitiçaria é uma realidade contraproducente no percurso do discipulado. Esta crença envolve o medo e peca contra a dimensão social da fé cristã.

A feitiçaria, como já vimos, envolve crenças e rituais que não vão em consonância com a doutrina cristã, levando os fieis a marginalizarem-se dos ensinamentos da fé cristã. Ela busca poderes e meios sobrenaturais que não estão em conformidade com a dependência de Deus e a confiança na sua vontade, desviando assim os cristãos da crença em Deus como a única fonte de poder e de orientação das suas vidas (cf. Mt 4, 10; Mt16, 10; Lc 4, 8).

Os cristãos devem confiar no Senhor e ajudarem-se mutuamente a crescer sem ter medo uns de outros como Jesus, o Mestre exortou: «não temais aqueles que matam o corpo, mas não podem matar a alma; teme antes aquele que pode precipitar a alma e o corpo na geena» (Mt 10, 28). E são de igual modo convidados a testemunhar Cristo: «quem der testemunho de mim

¹²² Niccoló Machiavel, *O príncipe*, (São Paulo: Martins Fontes, 1996), 30.

¹²³ François Richelieu, *Testamento Político*, (Lisboa: Círculo de Leitores, 2008), 303.

¹²⁴ Cf. Maria Renata da Cruz Duran, «Medo e desejo na Modernidade: Como os pregadores aconselhavam seus Reis a lidar com os sentimentos?», *Libros dela Corte*, Monográfico 6, 9, (2017). 234, <https://dx.doi.org/10.15366/ldc2017.9.m6.012>.

¹²⁵ Cf. Duran, «Medo e desejo na Modernidade: Como os pregadores aconselhavam seus Reis a lidar com os sentimentos?», 234-5.

diante dos homens também eu darei testemunho dele diante do meu Pai que está nos céus» (Mt 10, 32).

O medo foi sempre um mal que bloqueia o anúncio do Reino e priva da liberdade e felicidade da pessoa humana. Jesus sempre quis libertar os discípulos do medo, oferecendo-lhes a paz e o Espírito Santo, e convidando-os não só a ter coragem (cf. Mt 14, 22-7; Jo 20, 19-23) como também a estar disposto a levar a própria cruz (cf. Mt 16,24) e testemunhar a sua fé madura, em Jesus Cristo que sofreu, morreu e ressuscitou, diante dos tribunais (Mt 10,32s)¹²⁶.

A Igreja, como evangelizadora, deve primeiro aprofundar sua fé para ser uma testemunha credível ao mundo. Assim foi destacado no Sínodo da África, que reconheceu a importância de compartilhar a Boa Nova com aqueles que ainda não conhecem Cristo, mesmo que professam outras religiões. A Igreja respeita essas religiões, mas acredita que toda a pessoa humana tem o direito de conhecer o mistério de Cristo, que enriquece a compreensão da vida, morte, verdade e busca espiritual (cf. EIA 47).

3.4. A ação eclesial e a Doutrina Social: uma abordagem paralela

A Doutrina Social Da Igreja oferece uma compreensão completa do ser humano, considerando sua dimensão pessoal e social, e destaca a dignidade inviolável de cada pessoa. Ela fornece uma perspectiva única sobre o trabalho, a economia e a política, inspirando o testemunho cristão em todas as áreas da vida. A doutrina social ilumina a moralidade em ações e busca promover o desenvolvimento humano e o verdadeiro bem da humanidade. A Igreja é convidada a auxiliar as pessoas a descobrir a verdade, a fazer escolhas conscientes e a testemunhar o evangelho através do serviço diligente e atencioso (cf. CDSI 522-5).

Contudo, a doutrina social estabelece princípios essenciais para a ação pastoral no campo social: proclamar o Evangelho, confrontar a mensagem evangélica com a realidade social e promover ações que buscam renovar essas realidades de acordo com os princípios da moral cristã. A ação pastoral da Igreja deve testemunhar a verdade sobre a natureza e focalizar-se na centralidade da pessoa humana (cf. CDSI 526-7).

¹²⁶ Cf. Leon-Dufourl, 441.

3.4.1. A Doutrina Social e Formação: Fortalecendo a Consciência Social

A Doutrina Social da Igreja é essencial e ponto de referência fundamental para a formação cristã abrangente. Infelizmente ela “não seja adequadamente ensinada e conhecida”. Contudo, ela é “fonte inspiradora do apostolado e da ação social” e constitui um excelente recurso formativo «sobretudo para os fiéis leigos, de várias formas empenhados no campo social e político, é absolutamente indispensável uma consciência mais exata da doutrina social da Igreja» (CFL 60; cf. CDSI 528).

O Diretório Geral para a Catequese afirma que «o valor formativo da doutrina social se reconhece melhor na atividade catequética» (30). Na *Catechesi tradendae*, o Papa João Paulo II escreve: «a catequese é o ensinamento orgânico e sistemático da doutrina cristã, dado com o fim de iniciar os fiéis na plenitude da vida evangélica» (18), com finalidade de «colocar alguém não apenas em contato, mas em comunhão, em intimidade com Jesus Cristo» (CFL 5) de maneira que «possa reconhecer a ação do Espírito Santo, da qual provêm o dom da vida nova em Cristo» (DGC 54). No entanto, para que se concretize na íntegra esse objetivo, “não se deve omitir” ou ignorar no processo de formação catequético este precioso conteúdo social, na educação à fé dos catequizandos (cf. CDSI 529). Daí que, torna-se necessário

oferecer uma apresentação integral do Magistério social, em sua história, nos seus conteúdos e em suas metodologias. Uma leitura direta das encíclicas sociais, efetuada no contexto eclesial, enriquece a sua recepção e aplicação, graças ao aporte das diversas competências e profissionalismos presentes na comunidade (CDSI 529).

Portanto, a catequese social pretende formar cristãos adultos na fé que respeitem a ordem moral e sejam defensores da verdadeira liberdade (cf. CDSI 530), cristãos que «julguem as coisas com critério próprio e à luz da verdade, que ordenem as suas atividades segundo o sentido da responsabilidade, fomentem tudo o que é verdadeiro e justo, associando de boa vontade a sua ação à dos outros» (DH 8). Trata-se de um processo aprofundado e contínuo de formação para não só fortalecer a consciência social dos fiéis, mas também capacitá-los a agir em conformidade com os princípios sociais da Igreja.

A formação para o discipulado não termina com a confirmação, é contínua. Portanto, é essencial criar oportunidades para compartilhar, refletir, estudar problemas atuais e desenvolver novas diretrizes continuamente; as “Semanas Sociais” católicas, são eventos valiosos incentivados pelo Magistério, onde os leigos podem se desenvolver e contribuir significativamente para a renovação da sociedade (cf. CDSI 532).

3.4.2. Os sujeitos da ação eclesial

Na *Redemptoris Missio*, Papa João Paulo II escreveu que «a missão compete a todos os cristãos» (2). São Paulo, prolonga a ideia realçando que cada cristão, de acordo com os dons e as formas de exercício próprias de sua vocação, deve corresponder ao dever de anunciar e testemunhar o Evangelho (cf. 1Cor 9, 16).

O Código de Direito Canônico, sobre os sujeitos da ação evangelizadora da Igreja diz o seguinte: «sendo toda a Igreja por sua natureza missionária e a obra da evangelização dever fundamental do povo de Deus, todos os fiéis, cômnicos da sua própria responsabilidade, assumam a sua quota-parte na obra missionária» (781). Ele recorda-nos a importância de todos os fiéis batizados, de tomar consciência da responsabilidade evangelizadora e participar ativamente nessa missão.

No âmbito social, a obra pastoral «é destinada a todos os cristãos, chamados a transformar-se em sujeitos ativos no testemunho da doutrina social e a inserir-se plenamente na consolidada tradição» (CDSI 538).

No entanto, atualmente os cristãos, de forma individual ou em comunidades, associações e organizações, são chamados a se empenharem «na defesa da pessoa humana e na tutela da sua dignidade» (CA 3; cf. CDSI 538). Isso passa pelo respeito mútuo e companheirismo, pois os seres humanos devem respeitar-se mutuamente e no relacionamento entre eles, deve haver compreensão¹²⁷.

Contudo, não deixaríamos de salientar que o Bispo é o primeiro responsável e o garante pelo compromisso pastoral de evangelização social na Igreja particular, «coadjuvado pelos sacerdotes, pelos religiosos e pelas religiosas, pelos fiéis leigos. O Bispo tem a responsabilidade de promover, com particular referência à realidade local, o ensinamento e a difusão da doutrina social, de que se ocupa mediante instituições apropriadas» (CDSI 539).

3.5. Dilema: sincretismo religioso e viver o discipulado de forma madura

No contexto da cultura macua, onde crenças em antepassados e feitiçaria, poligamia e ritos de iniciação são praticados em paralelo com a fé cristã (cf. DPPN 5-6), surge um dilema profundo que se estende ao sincretismo religioso e o desafio de viver o discipulado de maneira madura. Daí que a reconciliação entre tradições culturais profundamente enraizadas e os

¹²⁷ Cf. Borges, 109.

ensinamentos cristãos é uma questão que requer grande compreensão, séria reflexão e bom discernimento.

3.5.1. Sincretismo Religioso e Dilema Cultural

Em Moçambique, no seio da Igreja, nestes últimos anos, raramente se fazem reflexões sobre o tema da inculturação, a não ser no âmbito litúrgico; porém, é notória a existência de casos de sincretismo religioso em que os cristãos praticam em simultâneo o curandeirismo, a feitiçaria, a adivinhação, o culto aos espíritos dos antepassados e outras crenças que nem sempre são compatíveis com o Evangelho de Jesus Cristo¹²⁸; e a Igreja de Nacala não é exceção.

No contexto macua, em que a crença nos antepassados e em feitiçaria e a prática da poligamia são comuns, a vivência do cristianismo apresenta um desafio de sincronização, entre as crenças tradicionais e os valores propostos por Cristo (cf. DPPN 5-6). Daí o dilema, acreditar em Deus e em certos momentos cruciais da vida faz-se recurso a possíveis soluções aprendidas e vividas pelos membros da cultura macua que frequentam a Religião tradicional africana e que não são compatíveis com o Evangelho de Cristo.

3.5.2. Ritos de iniciação e Discipulado cristão

Os ritos de iniciação têm um papel significativo na cultura macua, como já nos referimos anteriormente, e marcam transições importantes na vida das pessoas. A vivência do cristianismo no ambiente cultural macua, onde alguns elementos dos ritos são incompatíveis com a fé cristã, torna-se difícil e ao mesmo tempo criam-se no seio dos crentes conflitos (cf. DPPN 5-6). Nesse contexto, para viver o discipulado de forma madura requer discernimento dos elementos da tradição que possam ser mantidos e os que devem ser modificados, afim de estar em conformidade com a fé cristã¹²⁹.

3.5.3. Vivendo o Discipulado de forma madura e testemunhando a fé cristã

Para fazer face a esse dilema do sincretismo religioso e viver o discipulado cristão de maneira madura, é crucial que a comunidade cristã macua busque a orientação e o ensino da

¹²⁸ Conferência Episcopal de Moçambique, *IV Assembleia Nacional de Pastoral. Reavivar o anúncio e o testemunho da Palavra de Deus hoje. Instrumento de trabalho*, (Maputo: CEM, 2023), 25.

¹²⁹ Cf. Conferência Episcopal de Moçambique, *IV Assembleia Nacional de Pastoral. Reavivar o anúncio e o testemunho da Palavra de Deus hoje. Instrumento de trabalho*, 29.

Igreja transmitidos pelas lideranças cristãs locais. A educação, o diálogo intercultural e a formação na doutrina cristã, são ferramentas essenciais para abordar esse desafio. O respeito pelas tradições culturais pode coexistir com o compromisso de seguir os princípios do evangelho (cf. DPPN 49-52).

Acreditamos que o envolvimento no discipulado cristão, dos membros da comunidade cristã macua, poderá tornar-se testemunha viva da transformação espiritual que a fé em Cristo oferece. Para que este testemunho seja eficaz é essencial que os cristãos não só tenham conhecimento das crenças e práticas das outras religiões, mas também estabeleçam relações construtivas com seguidores das mesmas, promovendo o respeito mútuo e a compreensão. O testemunho de fé do cristão deve ocorrer através do diálogo, onde as diferenças são reconhecidas e discutidas respeitosa¹³⁰.

Os cristãos, vivendo os ensinamentos de amor, compaixão, perdão, serviço, Justiça, solidariedade e promoção de reconciliação entre grupos religiosos em conflitos, respeito da liberdade religiosa de todos sem recurso a métodos coercitivos na promoção da fé, e apreço e aprendizagem dos valores e ensinamentos dos outros, podem influenciar positivamente a sua comunidade e permitir que outros vejam o valor e a profundidade cristã¹³¹.

Contudo, o desafio do sincretismo religioso no contexto macua, exige uma abordagem sensível e compassiva. Viver o discipulado cristão de forma madura envolve a busca contínua pela verdade, o compromisso com os valores cristãos fundamentais e a disposição de adaptar as tradições culturais de maneira aprofundada. Por meio do diálogo intercultural e do discernimento, os cristãos podem trilhar um caminho que honre seja sua rica herança cultural, seja sua fé em Jesus Cristo. todavia, não deixaríamos de mencionar o papel que a oração desempenha na busca da harmonia e compreensão e da unidade entre as religiões e da paz no mundo inteiro¹³².

¹³⁰ Cf. Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-Religioso, Conselho Mundial das Igrejas, Aliança Evangélica Mundial, *O Testemunho Cristão em um Mundo Multi-Religioso: Recomendações de Conduta*, Recomendações 2-3, acessado à 16 de Setembro de 2023, https://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/interelg/documents/rc_pc_interelg_doc_20111110_testimonianza-cristiana_po.html.

¹³¹ Cf. Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-Religioso, Conselho Mundial das Igrejas, Aliança Evangélica Mundial, *O Testemunho Cristão em um Mundo Multi-Religioso: Recomendações de Conduta*, Princípios 3-12.

¹³² Cf. Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-Religioso, Conselho Mundial das Igrejas, Aliança Evangélica Mundial, *Recomendações* 6.

3.6. Evangelização da cultura

A realização completa da humanidade ocorre quando as pessoas abraçam uma cultura e cultivam os elementos valiosos da natureza (cf. GS 53). A palavra “cultura”, no seu sentido lato, é

tudo aquilo por meio do qual o homem desenvolve e aperfeiçoa suas múltiplas qualidades corporais e espirituais; ele se esforça por seu conhecimento e seu trabalho, para trazer o próprio mundo sob seu controle. Humaniza a vida social tanto na família como na comunidade cívica, através da melhoria dos costumes e das instituições (GS 53).

A presença da cultura é vital para a existência humana, pois a nossa completa evolução como indivíduos estaria comprometida na sua ausência (cf. GS 53).

Existe uma diversidade de culturas. Esta decorre das diferentes perspectivas e comportamentos das pessoas em relação a diversas situações, influenciadas pelos valores que apoiam grupos variados¹³³.

A Nova evangelização convida todos os discípulos de Cristo, cada um segundo a sua chamada específica, a participar na divulgação da fé. Para efetivar esse propósito, é absolutamente necessário adaptar a fé às diferentes culturas, uma vez que «uma fé que não afeta a cultura de uma pessoa é uma fé “não totalmente assumida, não totalmente pensada, não vivida fielmente”» (CFL 59). Pois, a força transformadora do Evangelho revitaliza as dimensões culturais e sociais, tirando proveito dos aspetos positivos presentes nelas e eliminando os elementos prejudiciais¹³⁴.

A fé em Jesus Cristo vai em par com a cultura. Uma fé viva e adulta molda e infunde-se na cultura de dentro para fora. Dessa forma, ela revitaliza e limpa os hábitos e costumes bem como os comportamentos de uma sociedade (cf. CDSI 523).

Portanto, cabe a cada cristão, em geral e ao povo macua da diocese de Nacala, em particular, assumir, como batizados, o dever de difundir a doutrina social e de honrar e partilhar o dom da fé com os outros, sem cair na tentação de delegar a tarefa da evangelização e da inculturação da fé que deve ser feita no setor social. Todos os discípulos de Cristo são sujeitos ativos na descoberta da verdade, e no testemunho da verdade pelo exemplo prático de vida (cf. CDSI 525, 538). É um testemunho que o discípulo de Cristo presta a Cristo, seu Mestre e ao Evangelho; e se estende até a doação de si mesmo: no martírio (cf. Mc 8,35-37). É Cristo, «sinal de contradição» (Lc 2,34), «Cristo crucificado, escândalo para os judeus e loucura para os

¹³³ Cf. Héctor Felipe Álvarez, «Administración y la diversidad Cultural», Revista de la Agrupación Joven Iberoamericana de Contabilidad y Administración de Empresas (AJOICA), Nº 11 (2013): 119.

¹³⁴ Schlag, 171-2.

gentios» (1Cor 1,23) que é anunciado pelos discípulos de Cristo. Daí que, «a África pode gloriar-se dos seus mártires e santos na época moderna» (EIA 55).

No caso concreto em estudo, diríamos também, que os cristãos de Nacala podem gloriar-se dos seus mártires e santos, no tempo presente, livrando-se do medo das forças malignas provenientes da crença nos espíritos maus, abandonando a poligamia, um dos elementos pecaminosos influenciados pela cultura; evangelizando os ritos de iniciação (cf. DPPN 50-1) e adorando um Único Deus Pai, criador de tudo quanto existe, que quis salvar-nos enviando o seu Filho Jesus Cristo (cf. CCE 198-682), que veio para que todos tenham vida em abundância (cf. Jo 10,10).

Notamos que as práticas dos costumes mencionados têm suscitado sérios problemas pastorais sobretudo na vida sacramental, daí que, segundo os padres do sínodo sobre a África, haja necessidade de «permanecer fiel ao ensinamento da Igreja e, simultaneamente, respeitar as pessoas na justiça e com verdadeira caridade pastoral» (EIA 64). Também sugerem a formação de grupos de análise sobre o matrimónio, a honra dos antepassados e práticas espirituais, para uma análise abrangente dos desafios culturais em termos teológicos, sacramentais, rituais e canónicos (cf. EIA 64).

3.7. Importância da formação

Comungamos a ideia dos padres do sínodo africano, que apontam na necessidade vital da formação em todos os sectores da vida da Igreja, a fim de compreender a doutrina social e as implicações da fé professada, promovendo assim uma vivência consciente e madura da fé (cf. EIA 75).

A formação cristã (a catequese ou outros momentos de formação), não é apenas inicial, mas contínua e central na vida dos fiéis leigos. Ela é essencial para uma compreensão profunda da doutrina social e das implicações da fé. Esta formação capacita os cristãos a influenciar positivamente diferentes esferas da sociedade com princípios cristãos. Para isso, a formação deve desenvolver uma consciência adulta em cada membro da Igreja, que o faça assumir responsabilidades e ministérios de acordo com seus dons e sem medo uns dos outros (cf. EIA 75-7).

No entanto, para que essa formação seja eficaz, é crucial que os cristãos estejam dispostos a mudar, a se transformar interiormente e a crescer. Isso requer uma atitude de

docibilitas, uma disposição interior para aprender, adaptar-se e evoluir¹³⁵. A formação não é estática, mas dinâmica, e é fundamental para fortalecer a base da fé cristã e capacitá-la a enfrentar os desafios do mundo contemporâneo. Portanto, a busca constante pela formação e a abertura à mudança são pilares essenciais para a vivência autêntica da fé cristã.

3.8. A família, lugar privilegiado de formação

Na sociedade actual, apesar dos esforços para manter os valores cristãos, a ética, que busca o bem do indivíduo, da sociedade e da humanidade, tem perdido influência devido às mudanças na maneira de pensar e agir das pessoas. Com a modernidade, surgiu a ideia de alcançar felicidade na Terra, imediatamente. As filosofias materialistas, como o positivismo e o utilitarismo, enfatizaram o conhecimento e o poder, o que já indicava um enfraquecimento moral na sociedade¹³⁶.

Partindo da tese fundamental bíblica apresentada por Herculano Alves, que: «A família, e somente a família, é a imagem mais perfeita possível de Deus, sobre a terra. É na família e em família que os seres humanos atingem o maior grau de perfeição»¹³⁷; e da definição de Jaime Kemp, que «a família é a menina dos olhos do Senhor. Deus dispensa especial carinho e atenção a essa instituição»¹³⁸, compreendemos que a familiar é fundamental para ensinar valores morais, mas está passando por mudanças devido a influências educacionais, económicas, políticas e legais, exigindo maior atenção dos educadores¹³⁹.

Segundo Parolin, a família é vista como base fundamental do indivíduo. É um sistema que une as pessoas não apenas fisicamente no mesmo teto e com o mesmo sobrenome, mas principalmente através das ideias e concepções que desenvolvem ao compartilhar o dia -à- dia¹⁴⁰. No entanto, a família é o alicerce onde os valores, como amizade, verdade, felicidade, paz e justiça, são ensinados desde a infância, e onde moldam as atitudes e ações ao longo da vida. A família influencia o desenvolvimento emocional e ajuda a criança a crescer com amor,

¹³⁵ Cf. Rino Benzoni, «La formazione alla missione negli Istituti missionari Maschili», *Ad Gentes. Teologia e antropologia della missione*, periódico semestrale, anno 14, numero uno, primo semestre (2010): 29.

¹³⁶ Cf. Boris Fausto, *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano*, 4º vol. (São Paulo: Difel, 1984), 276.

¹³⁷ Herculano Alves, «A Instituição familiar na bíblia», em *A família. ideal bíblico e realidade atual*, ed. Manuel Arantes et al. (Fátima: Difusora Bíblica, 2014), 22.

¹³⁸ Jaime Kemp, Judith Kemp, *Bíblia da Família* (Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2006), 4.

¹³⁹ Cf. Romildo Alves dos Prazeres, José Neivaldo de Souza, «A Família e a formação de valores no espaço escolar», *Revista Batista Pioneira* vol. 6 n. 2 (2017): 405.

¹⁴⁰ Cf. Isabel Parolin, *professores formadores: a relação entre família, a escola e a aprendizagem* (Curitiba: Positivo, 2005), 50.

tolerância e generosidade¹⁴¹. A família é o ponto inicial onde as pessoas aprendem e praticam os valores religiosos e morais, sendo fundamental na transmissão desses valores. A Igreja africana busca refletir a união e o carinho das famílias na sua congregação, reconhecendo que a família é a base da sociedade para transmitir valores de geração em geração (cf. DPDN 48-9) que favorece o crescimento humano, a convivência harmoniosa e uma vida cristã adulta.

Fabrizia Raguso, na sua reflexão sobre “a família como espaço educativo”, reforça a ideia de ser a família um lugar privilegiado para a formação, dizendo que a «família precede a estrutura social e fundamenta-a»¹⁴² evidenciando assim, que a família é a base sobre a qual a estrutura social se ergue e a sua influência e presença são anteriores a qualquer organização. Portanto, a família não só precede a estrutura social, como também a fundamenta, desempenhando um papel crucial na formação e na continuação de uma sociedade saudável e equilibrada.

Na vida familiar quotidiana, nas suas relações veiculam-se os vários valores quer de forma consciente quer de forma implícita. O que irá garantir a formação dos membros da família é a qualidade de experiência vivida, os conteúdos e o estilo e princípios de vida pretendidos pela família¹⁴³. Este processo de crescimento, amadurecimento e de mudança acontece quer dos adultos para os mais novos, quer dos mais novos para os adultos¹⁴⁴, sugerindo que a evolução seja bidirecional, com trocas constantes de experiências, conhecimento e perspectivas entre gerações diferentes, e neste caso, entre os membros da família.

Portanto, tendo presente esta tese da evolução bidirecional e aprendizagem mútua e influência recíproca no desenvolvimento pessoal e interpessoal, estamos cientes de que, o crescimento no discipulado, acontece na família cristã onde os pais estejam abertos a acompanhar o percurso catequético dos seus filhos, deixando-se desafiar pelos mesmos quando estes desejam ver vividos os ensinamentos da doutrina social no meio familiar, pois a família é a «igreja doméstica» (EIA 92) e todos os membros da mesma, pais e filhos, sendo cristãos são convidados a crescerem todos os dias, na *sequela Christi*.

¹⁴¹ Cf. Prazeres, «A Família e a formação de valores no espaço escolar», 406.

¹⁴² Fabrizia Raguso, «A família como espaço educativo», em *A edificação do tecido eclesial. Formação de Agentes*, ed. Luís M. Figueiredo Rodrigues (Lisboa: Universidade Católica editora, 2021), 192.

¹⁴³ Cf. Raguso, «A família como espaço educativo», 198.

¹⁴⁴ Cf. Raguso, 198-9.

3.9. A Sagrada Família como modelo de vida cristã

A Sagrada família, Jesus, Maria e José é a família modelo de humanidade e de vida espiritual de todas as famílias cristãs (cf. EIA 81).

Paulo VI, em peregrinação na Terra Santa, afirma que é na Sagrada Família que entendemos a vida de Jesus, pois ela é a “escola do Evangelho”. Nela compreendemos a importância de ter uma disciplina espiritual para ser discípulo de Jesus Cristo (cf. EIA 81). Desta sua profunda reflexão sobre o mistério de Nazaré, destacam-se três lições, a saber o silêncio, a vida familiar e o trabalho. E nesta casa de Nazaré, cada membro da Sagrada Família vive em perfeita harmonia, cumprindo sua missão (cf. EIA 81), onde existe espaço de amor, união, aprendizagem e crescimento espiritual.

Nesta família realçamos o que é dito sobre Jesus que se sujeita a seus pais, Maria e José, e cresce em sabedoria, estatura e graça (cf. Lc 2,51-2). Isso põe em relevo a obediência e a humildade de Jesus, valores fundamentais para o discipulado maduro.

O relacionamento entre Maria e Jesus evidenciado em várias passagens bíblicas, como o milagre das bodas em Caná da Galileia (Jo 2,1-11), Maria demonstra preocupação pelo bem-estar dos outros, exemplo de amor, cuidado e intercessão¹⁴⁵.

José, pai de Jesus, é lembrado pelo seu papel protetor da Sagrada família, manifestado pela maneira como ele acolheu e cuidou de Maria e Jesus. A fuga da Sagrada Família para o Egito, para escapar da perseguição de Herodes (cf. Mt 2,13-15) manifesta sua capacidade de enfrentar desafios e dificuldades, tendo confiança em Deus e permanecendo unidos. Salienta também o carácter exemplar de quem sabe assumir as responsabilidades, afim de proteger e permanecer unido com aqueles que ama (cf. PC 3-5).

Jesus foi encontrado no templo, a discutir com os doutores da lei (Lc 2, 41-52), os pais manifestam sua dedicação em educar Jesus nos ensinamentos religiosos, ressaltando a relevância da educação espiritual na formação cristã para advir um discipulado adulto.

Jesus na última Ceia, compartilhou o pão e o vinho com os seus discípulos (cf. Lc 26,26-30), destacando a importância da comunhão e partilha na vida cristã e interpretado como um reflexo da comunhão que deve existir entre membros de uma família.

Concluindo, a Sagrada Família de Jesus, Maria e José é tomada como modelo de vida cristã pela vivência constante da obediência, amor, cuidado, educação moral e espiritual,

¹⁴⁵ Cf. Humberto M. Pasquale, *A virgem Maria na vida cristã* (Porto: Edições salesianas, 1980), 73-6.

perseverança e formação de uma comunidade de fé no seio da família. Maria é a primeira cristã e modelo de discipulado. Ela durante a sua missão, realizou tudo o que a Igreja é chamada a realizar ao longo do tempo. Antes da Igreja ela é santa e imaculada, une-se a Cristo, forma com Ele um só corpo, uma só vida, um só amor, comunga com Ele seus sofrimentos e coopera com a Redenção, é elevada ao céu, em corpo e alma, junto ao Ressuscitado. Ela já é Igreja, pois em Maria a Igreja começa a ser santa e imaculada, a ser incorporada a Cristo, a comungar com os mistérios e a ressuscitar com Ele¹⁴⁶. Nesta perspectiva a Igreja é convidada a seguir o seu exemplo, procurando estudar e aprofundar o conhecimento de Maria.

A figura de Maria, a mãe de Jesus, tem desempenhado um papel fundamental na tradição cristã ao longo dos séculos. O par formado pela anunciação (Lc 1,26-38) e a visitação a Isabel (Lc 1, 39-56) elucida como a fé se origina e se estende, de Deus ao próximo, da reflexão à ação, da audição à aplicação da Palavra, da relação com Deus na oração à relações de amor, misericórdia e cuidado dos necessitados¹⁴⁷. Seu exemplo de devoção, submissão à vontade divina e participação ativa na história da salvação torna-a um modelo de discípulo para os crentes.

Vários documentos da Igreja Católica destacam a importância de Maria como modelo de discipulado, oferecendo *insights* sobre sua vida e virtudes.

A *Lumen Gentium*, destaca Maria como o “modelo” da Igreja e reconhece nela a total submissão à vontade de Deus e a sua colaboração no plano de salvação da humanidade (cf. 52-4). Maria

supera em muito todas as criaturas, tanto no céu como na terra. Ao mesmo tempo, porém, por pertencer à descendência de Adão, ela é uma com todos aqueles que devem ser salvos. Ela é “a mãe dos membros de Cristo [...] tendo cooperado pela caridade para que fiéis nascessem na Igreja (53).

Por isso, os fiéis podem aprender com Maria a escutar a Palavra de Deus e a obedecer com simplicidade.

Na *Redemptoris Mater*, João Paulo II realça a relação o exemplo de discipulado de Maria, ao responder ao chamamento de Deus com total disponibilidade de fé:

aos pés da Cruz, Maria participa mediante a fé no mistério desconcertante desse despojamento. Isso constitui, talvez, a mais profunda «kénose» da fé na história da humanidade. Mediante a fé, a Mãe participa na morte do Filho, na sua morte redentora; mas, bem diferente da fé dos discípulos, que se davam à fuga, a fé de Maria era muito mais esclarecida (18).

¹⁴⁶ Cf. René Laurentin, *Breve tratado de Teologia Mariana* (Metropolis: Editora vozes limitada, 1965), 171.

¹⁴⁷ Cf. Jaldemir Vitorio, «Maria de Nazaré: Modelo de Discipulado cristão (Lc 1,26-56) – Narração da fé de uma Pequeninna», *Perspectiva Teológica* 50, n. 2 (2018), 290.

Portanto, a disponibilidade de fé de Maria para acolher o plano de Deus, é um paradigma para todos os discípulos missionários, os cristãos.

Na exortação Apostólica *Marialis Cultus*, Papa Paulo VI realça que na pessoa de sua Mãe, Jesus salienta o perfil do verdadeiro discípulo. Ela é modelo supremo de adoração, louvor e amor a Deus. A santidade exemplar da Virgem Maria serve de inspiração aos fiéis, pois ela é um modelo de virtudes sólidas e evangélicas, incluindo a fé, a obediência, a humildade, a caridade, a sabedoria, a piedade, a fortaleza, a pobreza digna, a solicitude pelo Filho e a pureza virginal, conforme descrito nas escrituras (cf. 57). Portanto, Maria viveu uma vida inteira de obediência e serviço a Deus, evidenciando o seu papel como discipula exemplar.

Na *Evangelii Gaudium*, Papa Francisco recorda que Maria é

a mulher de fé, que vive e caminha na fé, [...] e “a sua excepcional peregrinação da fé representa um ponto de referência constante para a Igreja”. Ela deixou-Se conduzir pelo Espírito, através dum itinerário de fé, rumo a uma destinação feita de serviço e fecundidade. Hoje fixamos n’Ela o olhar, para que nos ajude a anunciar a todos a mensagem de salvação e para que os novos discípulos se tornem operosos evangelizadores (287).

Portanto, uma vez que ela soube ouvir, discernir e agir de acordo com a vontade de Deus, ela é um exemplo de como os cristãos devem responder ‘à ação do Espírito Santo nas suas vidas.

Papa João Paulo II, ao introduzir os Mistérios Luminosos do rosário, na carta apostólica *Rosarium Virginis Mariae*, destaca que através dos mesmos, os fiéis contemplam momentos-chave da vida de Jesus e sua Mãe, incluindo o papel que ela desempenha como discipula que medita sobre a Palavra de Deus (cf. 15).

Na Encíclica *Deus Caritas Est*, Maria é indicada pelo Papa Bento XVI, como a mulher cuja a alma engrandece o Senhor (cf. Lc 1,46) e é totalmente dócil à Palavra de Deus, de um amor desinteressado, abrindo-se ao serviço a os outros, e cuidou do seu Filho Jesus (cf. 41). Portanto, com as suas ações, Maria representa o tipo de amor que os discípulos de Cristo também devem manifestar.

Maria é mãe dos homens e mãe da Igreja. Ela soube cooperar com o seu Filho para lhes dar a vida, e também a dar a humanidade, dando continuidade a obra da salvação através dos séculos. Ela ciente de que o seu papel não se esgotava no dom da vida de Deus, mas sim se estendia na educação amorosa dos filhos, deu à luz o Filho, a quem Deus constituiu primogénito entre muitos irmãos (cf. Rom 8,29), isto é, entre os fiéis em cuja geração e formação, Ela coopera com amor materno¹⁴⁸. Isso acontece sob duas formas: primeiro pela oração incessante,

¹⁴⁸ Cf. Louis Comte, *Maria mãe e educadora* (Porto: Edições Salesianas, 1972), 126-7.

inspirada pelo fervor do seu amor materno por cada um dos filhos e de seguida pela sua contribuição na educação dos filhos espirituais, um grande exemplo de perfeição do que ela é e da sua vida¹⁴⁹. Sendo assim, ela é digna de ser colocada acima de todos os seus filhos por ser a mais digna, a mais perfeita, o modelo de todos os seus filhos, de todos os seus fiéis da igreja¹⁵⁰.

Maria é a primeira cristã pela sua abertura a vontade de Deus, pois escutou e seguiu Jesus na construção do Reino de Deus¹⁵¹. Dos ínfimos dados existentes nos evangelhos, apresentaremos três etapas da vida de Maria do seu discipulado, a saber: a) Maria como Virgem-ela dialoga com Deus em corpo e alma com toda a transparência; b) a sua rutura messiânica- o seu total despreendimento traduzido em uma palavra de compromisso « Eis a escrava do Senhor»(Lc 1,38) faz com que abandone a velha família deste mundo e acolha a proposta de ser família de Jesus, pois para Maria «crer é responder a sua vocação»¹⁵² c) oferece-se ao serviço do Reino como animadora das bodas (Jo 2,1-12), é irmã e mãe dos cristãos da Igreja (Act 1, 14; Jo 19, 25-7)¹⁵³.

Maria é também o ideal de vida pessoal de cada cristão. Ela é exemplo de ideal de perfeição como atesta a *Lumen Gentium*:

a Igreja alcançou já aquela perfeição sem mancha nem ruga que lhe é própria (cf. Ef 5,27), os fiéis ainda têm de trabalhar por vencer o pecado e crescer na santidade; e por isso levantam os olhos para Maria, que brilha como modelo de virtudes sobre toda a família dos eleitos (65);

Tomando o exemplo de Maria, os fiéis leigos incorporam a espiritualidade que lhes é própria e manifestam características especiais de acordo com seu estado civil, saúde, profissão segundo os dons do Espírito Santo recebidos (cf. AA 4).

Para todos os que sofrem, Maria brilha como ideal da paciência e da fidelidade a Deus no meio das inúmeras e grandes provações, visto que ela manteve a sua fidelidade com o Filho até à cruz (cf. Jo 19, 25)¹⁵⁴. Para os pobres, ela fez “causa comum” com eles, pois sempre esteve sensível as suas necessidades e manifestou caridade: a) sua participação nas bodas de Caná, evidencia a sua proximidade dos simples e dos pobres; b) desde o nascimento de Jesus, Maria valorizou a inclusão de pastores humildes na alegria da chegada do Salvador, admirando como Deus revelou sua graça a pessoa simples, destacando a grandeza dos planos divinos

¹⁴⁹ Cf. Comte, *Maria mãe e educadora*, 127-8.

¹⁵⁰ Cf. Comte, 128-9.

¹⁵¹ Cf. Xabier Pikaza, *La madre de Jesús. Introcucción a la mariologia* (Salamanca: Ediciones Sígueme), 1990, 187.

¹⁵² Cf. José Garcia de Paredes, *Maria. A mulher consagrada* (Braga: Editorial A.O, 1983), 127.

¹⁵³ Cf. Pikaza, *La madre de Jesús. Introcucción a la mariologia*, 187.

¹⁵⁴ Cf. Comte, 153-4.

ocultos aos: «sábios e entendidos» (cf. Mt 11, 25)¹⁵⁵, mostrando assim que a beleza e a bondade do Reino de Deus manifesta-se no compromisso social no decurso da evangelização.

¹⁵⁵ Cf. Pasquale, *A virgem Maria na vida cristã*, 73-4.

CONCLUSÃO

O itinerário percorrido até aqui permitiu uma compreensão sobre o papel da Doutrina Social da Igreja na formação do discipulado na diocese de Nacala, Moçambique. Chegados a este ponto, torna-se necessário fazer um balanço conclusivo que procure não só evidenciar a ligação entre a dimensão social da evangelização, a Doutrina social da Igreja e o seu papel na formação do discipulado maduro na diocese de Nacala, como também mostrar a utilidade e a bondade da dimensão social do Reino para a Evangelização.

Com efeito, a presente investigação foi assumindo uma perspetiva aproximativa ao tema de estudo começando pelo Capítulo I apresentando a dimensão social da evangelização. Ele destaca que a fé cristã não deve ser dissociada das questões sociais e a vivência do Evangelho está intrinsecamente ligada à ação social. A figura de Jesus Cristo como Evangelizador é central na propagação do amor, compaixão e salvação, inspirando transformação pessoal e um testemunho de vida que molda a relação íntima com Deus¹⁵⁶. Sua mensagem, não apenas de difusão da Boa Nova, mas também de persuasão para aceitação do Evangelho¹⁵⁷. A fé despertada por Jesus é fundamental na jornada espiritual do cristão, incentivada pela ponderação do custo do discipulado e pela constante busca pela vontade divina.

A responsabilidade da Igreja, enquanto evangelizada e evangelizadora, é transmitir diligentemente a mensagem do Evangelho como poder de Deus para a salvação¹⁵⁸. Sua missão, marcada por uma história corajosa e santa, deixa um legado para as futuras gerações e o relacionamento da evangelização com a sociedade vai além da vivência individual da fé, abrangendo sua dimensão social¹⁵⁹.

A mensagem da Sagrada Escritura destaca o amor, vida, esperança, justiça e paz, buscando criar relações profundas entre Deus, a humanidade, os povos e a criação¹⁶⁰. A evangelização conforme alertado por Rodolfo Gaede, não se limita à espiritualização¹⁶¹, e o Magistério enfatiza a profunda relação entre a palavra de Deus e a justiça social, ressaltando que a evangelização se estende ao âmbito social. A prática da fé na sociedade é essencial, indo

¹⁵⁶ Cf. Sínodo dos Bispos, nº 18-24.

¹⁵⁷ Cf. Duque, 169.

¹⁵⁸ Cf. Stott, 43.

¹⁵⁹ Cf. Comissão de Justiça e paz e Integridade da criação, 65.

¹⁶⁰ Cf. Comissão de Justiça e paz e Integridade da criação, 65.

¹⁶¹ Gaede, 17.

além de discursos vazios, defendendo os oprimidos, falando contra as injustiças e promovendo a paz, conforme sublinhado por José Sebastião¹⁶².

O quarto capítulo da *Evangelii Gaudium* resume de forma concisa a Doutrina Social da Igreja, instando a aplicação prática dos princípios cristãos na resolução de problemas complexos e encoraja os líderes da Igreja a expressarem suas opiniões para promover o bem-estar integral da humanidade (cf. EG 182).

A reflexão do Papa, embasada em ideias antropológicas e teológicas¹⁶³, aborda duas questões atuais: a inclusão social dos menos favorecidos e a promoção da paz e do diálogo social (cf. EG 185). A ênfase do Papa na evangelização como ação de trazer a presença do Reino de Deus ao mundo destaca a importância crucial da dimensão social nesse processo. Ele adverte sobre o risco de distorção da missão evangelizadora sem essa dimensão enfatizando a necessidade de compreensão, por parte dos cristãos para viverem de maneira adulta e responsável em suas famílias, suas comunidades e na sociedade (cf. EG 176).

A confissão de fé do cristão implica o seu compromisso social, pois a vida em comunidade e o compromisso com os outros é ressaltada através da prática da caridade (cf. EG 177), uma vez que o objetivo do Evangelho é unir a humanidade a Deus e entre si, não apenas buscando redenção individual, mas também a restauração das relações sociais e a reconciliação com Deus (cf. EG 178). A misericórdia divina exemplificada no ensinamento de Jesus Cristo, incentiva à prática da misericórdia que consiste em não julgar, perdoar e ser generoso com os outros, considerados sinais de crescimento espiritual. Pois o serviço da caridade é uma dimensão essencial da missão da Igreja e expressão inegociável de sua essência (cf. EG 179).

Constitui uma preocupação pastoral significativa, o enfoque a consciencialização dos fiéis sobre a inclusão social dos desfavorecidos. A Igreja deve sair em busca das feridas de seus membros, evitando julgamentos e integrando todas as pessoas para que sintam a misericórdia e o amor incondicional de Deus em suas vidas (cf. AL297, AL 311). A inspiração para o cuidado com os mais negligenciados na sociedade provém da fé em Jesus Cristo, que sempre esteve próximo dos pobres. A Igreja reconhecendo sua responsabilidade de ouvir o clamor pela justiça, solidarizando-se com os necessitados, proporciona o que lhes é devido. Isso envolve promover mudanças estruturais, respeitar a independência das nações e cuidar do planeta. Pois, além de garantir comida e sustento, o objetivo mais amplo da pastoral cristã, é alcançar prosperidade

¹⁶² Cf. Sebastião, 130.

¹⁶³ Cf. Maradiaga, 1.

em todas as formas, incluindo acesso à educação, saúde e trabalho digno. Essa abordagem visa enriquecer a dignidade na pessoa humana (cf. EG 186-192).

A Igreja é chamada a cuidar dos pobres com amor, valorizando não apenas as suas necessidades materiais, mas também reconhecer e respeitar sua bondade, cultura e fé, desprovida de motivações ideológica ou política. Isso torna a divulgação do Evangelho mais eficaz, pois sem essa atenção, o Evangelho corre o risco de não ser acolhido pelo povo de Deus. No exercício dessa missão, a Igreja, não deve negligenciar o cuidado espiritual dos pobres, reconhecendo que frequentemente eles carecem de atenção religiosa que pode ser deixada de lado por outras responsabilidades (cf. 198-201).

Portanto, A evangelização é um empenho contínuo para a construção de uma sociedade onde reina o amor, justiça e paz (cf. Rm 14, 17). Este processo de edificação duma sociedade pacífica, justa e fraterna é um processo longo e laborioso que exige vontade de «querer integrar-se e aprender a fazê-lo até se desenvolver uma cultura do encontro numa harmonia pluriforme» (EG 220). Para que se alcance a esse reino desejado por Deus, é indispensável o diálogo, que é considerada como uma graça que amplia a compreensão da realidade e fortalece a comunidade cristã. Segundo o Papa Francisco, esta reflexão na comunidade cristã é feita em três campos: diálogo entre os Estados e a sociedade, diálogo entre as culturas e as ciências e diálogo com os outros crentes que não fazem parte da Igreja Católica (cf. EG 238).

Os cristãos devem ser membros ativos de uma comunidade que promova a identidade integral da humanidade. Eles são encorajados a se aproximar dos não-crentes, comprometer-se com a defesa da dignidade humana, construir convivência pacífica entre os povos e preservar a criação. Além disso, são instados a expressar a dimensão social do Evangelho através de palavras, atitudes e ações, engajando-se em trabalhos pela justiça social e paz, e participando ativamente da cultura e questões sociais. O objetivo é tornar a mensagem do Evangelho efetiva e presente no meio dos povos (cf. EG 258).

O Capítulo II ampliando o conceito fundamental da dimensão social da evangelização, aborda o discipulado na Doutrina social da Igreja, conectando a prática do discipulado à dimensão social e ressaltando sua relevância.

Jesus convida o discípulo com a expressão-convite: “segue-me!”. Os Evangelhos apresentam sempre o verbo seguir expressando a vinculação com a pessoa de Cristo (Mt 8,22; 9,9; Lc 9,57-62); seguir Jesus requer rompimento com o passado; exige escuta atenta das suas lições e conformidade de vida com a do Mestre e Salvador (Mc 8,34-38; 10,21.42-45; Jo 12).

Portanto, de acordo com Jesus, um discipulado verdadeiramente pleno requer vocação, compromisso e testemunho de vida consciente¹⁶⁴. Esse compromisso só poderá ser assumido com o conhecimento, estudo e difusão da Doutrina Social da Igreja (cf. CDSI 7), que é um conjunto de princípios e valores éticos fundamentados em filosofia e teologia, desenvolvidos pela Igreja Católica, com objetivo de orientar e promover uma organização económica e política mais justa e adequada para as sociedades humanas¹⁶⁵.

A Doutrina Social da Igreja é uma autoridade firme em seus princípios, capaz de adaptar-se às mudanças nas condições históricas e eventos que afetam a vida da pessoa humana e da sociedade, permanecendo sempre relevante e atualizada (cf. CDSI 85). Daí que, a difusão, o conhecimento e o estudo da mesma, contribuirá eficazmente na resposta positiva do chamamento de Cristo e na vivência da fé adulta dos cristãos enfim, no discipulado maduro.

O Capítulo IV do CDSI apresenta uma série de princípios e valores que orientam a ação e a vida social. Esses princípios incluem o bem comum, destino universal dos bens, a subsidiariedade, a participação, a solidariedade, a caridade e os valores fundamentais da vida social como verdade, liberdade e justiça. Esses princípios e valores são os fundamentos da doutrina católica e estão interligados, tendo como base a dignidade da pessoa humana (cf. CDSI 160-208). No entanto, limitando-nos aos princípios permanentes da doutrina social da Igreja, o Compêndio menciona, os que «constituem os verdadeiros e próprios gonzos do ensinamento social católico» (CDSI 160): o princípio da dignidade da pessoa humana, do bem comum, de subsidiariedade e de solidariedade (cf. CDSI 160).

A Igreja sempre considerou e ensinou que a família é o fundamento da sociedade (cf. RN 6). Pois, “célula” e “fundamento” atribuídas à família é a qualidade moral de toda a sociedade e como diz Leão XIII:

a família pode ser considerada o berço da sociedade civil, e é, em grande medida, no círculo da vida familiar que o destino dos Estados é fomentado [...] As mentes das crianças são mais influenciadas pela formação que recebem em casa. Se, nos seus primeiros anos, encontrarem dentro dos muros das suas casas a regra de uma vida reta e a disciplina das virtudes cristãs, o bem-estar futuro da sociedade estará em grande medida garantido (SCH 42).

Tendo presente, a tese fundamental da Bíblia sobre a família apresentada por Herculano Alves que diz:

a família, e somente a família, é imagem mais perfeita possível de Deus, sobre a terra. É na família e em família que os seres humanos atingem o maior grau de perfeição [...]. Como família e em

¹⁶⁴ Cf. Gonzaga, 85-6.

¹⁶⁵ Cf. Ribeiro, 715.

família é que o homem está em condições ideais para aceitar a proposta de Deus e responder-lhe num diálogo criativo¹⁶⁶;

a Igreja vê a Família como um elemento crucial para a formação moral da sociedade e é responsabilidade de toda a comunidade cristã ajudar a família a cumprir seu dever de educar as crianças tendo em conta que «não se pode pretender uma sociedade “melhor” do que as próprias famílias que as compõem»¹⁶⁷.

Todavia, não se deve ignorar a reciprocidade de direitos e deveres entre a família e sociedade como salienta o Papa:

a íntima ligação entre a família e a sociedade. Exige que a família se abra e participe da sociedade e do seu desenvolvimento, também exige que a sociedade nunca falhe na sua tarefa fundamental de respeitar e promover a família [...] A sociedade, mais especificamente o Estado, deve reconhecer que "a família é uma sociedade por direito próprio" e, portanto, a sociedade tem uma grave obrigação em suas relações com a família de aderir ao princípio da subsidiariedade (FC 45).

Daí que, as famílias, “igrejas domésticas” jogam um papel fundamental na contribuição para o progresso da sociedade, na direção de uma vida fraterna, transformando a sociedade, através do Evangelho (cf. EIA 85).

Portanto, os membros da família após receberem a catequese e os sacramentos de iniciação, tornando-se cristãos, leigos, discípulos de Cristo, identificam-se com Cristo, tornando-se adultos na fé e são enviados para vivificar a criação com o Espírito Santo (cf. CDSI 442). Desempenham um papel ativo em diversas áreas da vida secular como: família, trabalho, cultura, pesquisa e responsabilidades sociais, económicas e políticas. Como discípulos de Cristo, têm o duplo papel de anunciar o Evangelho e testemunha-lo na vida quotidiana, contribuindo com fé e valores. Essa participação ativa é considerada um dom divino que os capacita a serem profetas, sacerdotes e reis na sociedade, uma realidade teológica e eclesial (cf. CDSI 542-3, CFL 15).

O Capítulo III por sua vez, explorando o caminho de formação do discipulado na diocese de Nacala, no contexto da Cultura Macua, evidenciando como a dimensão social do reino é aplicada de maneira específica nessa diocese, considerando o contexto socio-eclesial e os elementos culturais macua.

De facto, a preparação do discipulado, neste contexto, vai além das dimensões espirituais abarcando também a incorporação prática dos princípios sociais transmitidos pela

¹⁶⁶ Alves, 22.

¹⁶⁷ Langlois, 121.

Igreja, uma vez que a evangelização é fundamental para o desenvolvimento integral da pessoa e da sociedade (cf. EG 187).

O *Directorio Pastoral da Diocese de Nacala* apresenta um processo de formação do discipulado bem organizado e com planos de ação bem definidos, para ajudar a comunidade cristã a viver a sua fé de forma adulta. Porém, na caminhada formativa e de crescimento encontram-se elementos presentes na cultura e no seio das comunidades, que podem facilitar ou dificultar a caminhada. Dos vários elementos destacamos os seguintes elementos da cultura macua pertinentes, segundo o nosso ponto de vista, que impedem os membros da comunidade cristã convertidos ao catolicismo de vivenciar plenamente sua fé cristã de forma madura: os ritos de Iniciação Tradicional, a poligamia e a feitiçaria.

Os ritos de iniciação, por onde todos os jovens macuas devem passar para se tornarem adultos¹⁶⁸, é tempo privilegiado para a ratificação da conduta social e para a preparação dos jovens para a vida adulta, os anciãos transmitem aos rapazes e raparigas, todo património cultural macua e a grande riqueza e diversidade na educação da prole¹⁶⁹. Todavia, ao longo dos anos, os ritos de iniciação, sempre foram um tema de acesa discussão no seio do Estado colonial, das Igrejas católica e protestantes, do Estado socialista pós-independência, bem como nos discursos proferidos pelo governo moçambicano e por organizações internacionais¹⁷⁰, pois existem conteúdos e práticas que não favorecem uma vida que vá de acordo com a dignidade do homem e da mulher e conseqüentemente lesam a vivência adulta da fé cristã dos cristãos convertidos que pertencem a este povo. Por isso que o diálogo ecuménico é o elemento importante e pertinente que continuamente deve existir com a religião tradicional africana (cf. EIA 49). A família desempenha um papel fulcral visto que ser «na família dom recíproco de si por parte do homem e da mulher unidos em matrimónio cria um ambiente de vida no qual a criança pode nascer e “desenvolver as sua potencialidades, tornar-se consciente de sua dignidade e preparar-se para enfrentar o seu destino único e irrepitível» (CDSI 212); e para a sociedade, em que «a família comunidade natural na qual se experimenta a sociabilidade humana, contribui de modo único e insubstituível para o bem da sociedade» (CDSI 213). Esses valores nunca serão alcançados num ambiente onde se prevaleçam “casamentos prematuros” e gravidez na adolescência.

¹⁶⁸ Cf. Martinez, 86.

¹⁶⁹ Cf. Martins, 93.

¹⁷⁰ Cf. Assunção, 15.

A poligamia masculina, na sociedade macua é impulsionada pela busca de prazer, atração por uma vida econômica ostensiva, comportamento desregrado de um cônjuge¹⁷¹, aspetos sociais e históricos¹⁷². A falta de hospitalidade da esposa, que não acolhe amigos e familiares, também está na base do recurso à poligamia. No entanto, a cultura permite poligamia em casos de esterilidade ou grave doença da mulher¹⁷³, revelando uma complexidade de razões para essa prática. Portanto, segundo a Doutrina da Igreja, a poligamia é contrária a igual dignidade pessoal entre o homem e a mulher e ao amor conjugal bem como a fidelidade matrimonial, onde se entregam com amor total manifestando a unidade e exclusividade da mesma, de acordo com o estipulado na doutrina cristã (cf. CDSI 217).

O DPDN destaca a prejudicial presença da feitiçaria no amadurecimento da fé dos cristãos na sociedade macua. Mesmo entre os fiéis, o medo de assumir liderança na comunidade devido à ameaça de feitiçaria por parte de líderes gananciosos de poder cessantes, persiste (cf. 5-6). A utilização estratégica do medo como ferramenta de governo é destacada, mostrando a complexidade do exercício do poder. No contexto macua, o medo relacionado à feitiçaria pode levar a uma decadência moral e espiritual, refletida na renúncia à correção fraterna e ao compromisso nos serviços da Igreja, resultando num pecado de omissão. O medo arraigado na crença na feitiçaria tem impactos significativos na vida e prática dos cristãos na comunidade macua¹⁷⁴.

A Doutrina da Igreja desaprova a crença em feitiçaria, considerando-a prejudicial ao discipulado cristão. Essa crença gera medo, contradiz a dimensão social da fé e desvia os fiéis dos ensinamentos cristãos, afastando-os da dependência em Deus (cf. Mt 4, 10; Mt16, 10; Lc 4, 8). Para manter a fidelidade à doutrina, os cristãos são instados a confiar no Senhor, crescer mutuamente e superar o medo, seguindo o exemplo de Jesus, que ensinou a não temer ameaças ao corpo, mas sim à alma (Mt 10, 28).

Portanto, constatamos que é sempre necessária que a fé seja evangelizada, uma vez que a fé em Jesus Cristo vai em par com a cultura. Uma fé viva e adulta molda e infunde-se na cultura de dentro para fora. Dessa forma, ela revitaliza e limpa os hábitos e costumes bem como os comportamentos de uma sociedade (cf. CDSI 523); e a formação Cristã joga um papel incontornável no percurso do crescimento Maduro. Uma formação permanente que parta das famílias, estenda-se à catequese até ao fim da vida, pois a família desempenha um papel

¹⁷¹ Cf. Martins, 90.

¹⁷² Cf. Martins, 145-6.

¹⁷³ Cf. Martins, 146.

¹⁷⁴ Cf. Duran, 234-5.

fundamental, sendo o ponto inicial onde os indivíduos aprendem e praticam valores religiosos e morais, e ela «precede a estrutura social e fundamenta-a»¹⁷⁵. Tanto a Igreja universal quanto a africana buscam refletir a união e afeto das famílias em sua congregação, reconhecendo a família como base da sociedade na transmissão de valores de geração em geração (cf. DPDN 48-9). Essa transmissão contribui para o desenvolvimento humano, uma convivência harmoniosa e a maturidade na vida cristã.

Um exemplo claro que nos é proposta pela Igreja é a Sagrada Família de Jesus, Maria e José, vista como modelo ideal de humanidade e espiritualidade para as famílias e segundo Paulo VI, é a “escola do Evangelho” e nela ressalta a disciplina espiritual essencial para o discípulo de Jesus Cristo (cf. EIA 81). O silêncio, vida familiar e trabalho, vividas harmoniosamente em Nazaré, proporcionando amor, união, aprendizado, crescimento espiritual (cf. EIA 81), a submissão e humildade de Jesus à Maria e José conforme registrado em Lc 2, 51-2, enfatizam a importância desses valores para um discipulado maduro.

Maria é o ideal de vida pessoal de cada cristão. Ela é exemplo de ideal de perfeição como atesta a *Lumen Gentium*:

a Igreja alcançou já aquela perfeição sem mancha nem ruga que lhe é própria (cf. Ef 5,27), os fiéis ainda têm de trabalhar por vencer o pecado e crescer na santidade; e por isso levantam os olhos para Maria, que brilha como modelo de virtudes sobre toda a família dos eleitos (65).

Portanto, tomando o exemplo de Maria, os fiéis leigos incorporam a espiritualidade que lhes é própria e manifestam características especiais de acordo com seu estado civil, saúde, profissão segundo os dons do Espírito Santo recebidos (cf. AA 4).

Concluimos reconhecendo a robustez do conteúdo do DPDN, que apresenta um processo de formação do discipulado bem organizado, com planos de ação bem claro, para auxiliar a comunidade cristã a viver sua fé de maneira adulta (cf. DPDN 23-73). No entanto, destacamos a dificuldade encontrada pelos cristãos formados em aplicar responsabilmente o conhecimento adquirido (cf. DPDN 5-6). É crucial que as comunidades cristãs persistam no engajamento da formação permanente, priorizando a reflexão sobre temas relacionados à Doutrina Social da Igreja e realçando a importância da Dimensão Social da fé. A maturidade da fé é alcançada através do envolvimento responsável dos cristãos em questões sociais. Conscientes da dificuldade económica que atravessam as Igrejas Moçambicanas e em particular, pela de Nacala, é também importante que atualizar o DPDN, podendo incluir os novos desafios apresentados pelo Magistério, nomeadamente a “ecologia integral” (LS 229-42),

¹⁷⁵ Cf. Raguso, 192.

uma vez que no cerne da doutrina social da Igreja reside a ecologia integral, em consonância com o humanismo integral (dignidade na solidariedade)¹⁷⁶. A questão que fica em aberto para uma posterior reflexão é a de saber se a DSI é suficientemente conhecida e aplicada na diocese.

¹⁷⁶ Cf. O'neill, 45.

Bibliografia

1. Documentos do Magistério da Igreja

Assembleia Arquidiocesana de Nampula. *Síntese do trabalho preparatório da IV Assembleia Nacional de Pastoral*. Nampula: Centro Catequético de Anchilo. Junho de 2022.

Assembleia Diocesana de Pastoral. *Síntese do trabalho preparatório da IV Assembleia Nacional de Pastoral da diocese de Nacala*. Nampula: Centro Catequético de Anchilo. Junho de 2022.

Assembleia Diocesana de Pastoral. *Síntese do trabalho preparatório da IV Assembleia Nacional de Pastoral da diocese de Lichinga*. Nampula: Centro Catequético de Anchilo. Junho de 2022.

Bento XVI. «Carta encíclica Caritas in Veritate». 29 de junho de 2009, acedida a 20 de junho de 2023, https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/es/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20090629_caritas-in-veritate.html.

Bíblia Sagrada, Portugal: Editorial Missões, 2005.

Catecismo da Igreja Católica. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1993.

Comissão de Justiça e paz e Integridade da criação. *Justiça e Paz- Manual para Animadores da Justiça, da Paz e da Integridade da Criação*. Portugal: Editorial Missões, 2001.

Conferência Episcopal de Moçambique. *IV Assembleia Nacional de Pastoral. Reavivar o anúncio e o testemunho da Palavra de Deus hoje. Instrumento de trabalho*. Maputo: CEM, 17 - 21 de maio de 2023).

Concílio Ecuménico Vaticano II. «Decreto sobre os meios de comunicação Inter Mirifica». acedido a 21 de junho de 2023, https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19631204_inter-mirifica_po.html.

_____. «Constituição dogmática sobre a Igreja Lumen Gentium». acedido a 23 de junho de 2023, https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19641121_lumen-gentium_po.html.

_____. «Constituição pastoral sobre a Igreja no mundo contemporâneo Gaudium et Spes». acedido a 19 de junho de 2023,

https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html.

_____. «Decreto sobre as relações da Igreja com as Religiões não cristãs Nostra Aetate». acessado a 20 de junho de 2023, https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decl_19651028_nostra-aetate_po.html.

_____. «Decreto Apostolicam Actuositatem». acessado a 17 de julho de 2023, https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19651118_apostolicam-actuositatem_po.html.

_____. «Decreto Ad Gentes». acessado a 17 de julho de 2023, https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19651207_ad-gentes_po.html.

_____. «Declaração sobre a liberdade religiosa Dignitatis Humanae». acessado a 19 de junho de 2023, https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decl_19651207_dignitatis-humanae_po.html.

Congregação para o Clero. «Diretório Geral para a Catequese». acessado a 17 de julho de 2023, https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccclergy/documents/rc_con_ccatheduc_doc_17041998_directory-for-catechesis_po.html.

Conselho pontifício «Justiça e Paz». *Compêndio da Doutrina Social Da Igreja*. Cascais: Principia, 2005.

Diretório Diocesano de Pastoral- Diocese de Nacala, 3ª Edição. Nacala: 2015.

Francisco. «Exortação Apostólica Pós-sinodal Amoris Laetitia», acessado a 19 de junho de 2023, https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20160319_amoris-laetitia.html.

João XXIII. «Carta encíclica Mater et Magistra». acessada a 20 de junho de 2023, https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_15051961_mater.html.

_____. «Carta Encíclica Pace in Terris». acessido a 20 de junho de 2023, https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_11041963_pacem.html.

João Paulo II. «Carta encíclica Laborem Exercens». acessido a 23 de junho de 2023, https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_14091981_laborem-exercens.html.

_____. «Exortação apostólica pós-sinodal Familiaris Consortio». acessido a 21 de julho de 2023, https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii_exh_19811122_familiaris-consortio.html.

_____. «Exortação Apostólica Pós-sinodal Christifidelis Laici». acessido a 19 de junho de 2023, https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii_exh_30121988_christifideles-laici.html.

_____. «Carta encíclica Redemptoris Missio». acessido a 20 de junho de 2023, https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_07121990_redemptoris-missio.html.

_____. «Encíclica Centesimus Annus». acessido a 19 de junho de 2023, https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_01051991_centesimus-annus.html.

_____. «Encíclica Fides et Ratio». acessido a 10 de agosto de 2023, https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_14091998_fides-et-ratio.html.

_____. Exortação apostólica Pós-sinodal «Ecclesia in Africa». sobre a Igreja em Africa e sua missão Evangelizadora rumo ao ano 2000. Lisboa: Editora Rei dos Livros, 1995.

Leão XIII. «Carta Encíclica Sapientiae Christianae». acessido a 20 de junho de 2023, https://www.vatican.va/content/leo-xiii/en/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_10011890_sapientiae-christianae.html.

Lombardia, Pedro e Juan I. Arrieta. *Código de Direito Canónico*. Edição anotada. Braga: Edições Theologica, 1984.

Papa Francisco. *A Alegria do Evangelho- Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*. Braga: Editorial A.O., 2013.

_____. *Com o Coração de Pai- Carta Apostólica Patris Corde*. Águeda: Paulinas editora, 2020.

_____. *Louvado Sejas-Carta Encíclica Laudato Si*. Braga: Editorial A.O, 2015.

Paulo VI. «Carta Apostólica Octogesima Adveniens». Acedido a 20 de junho de 2023, https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/apost_letters/documents/hf_p-vi_apl_19710514_octogesima-adveniens.html.

_____. «Exortação Apostólica Marialis Cultus». Acedido a 10 de setembro de 2023, https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/apost_exhortations/documents/hf_p-vi_exh_19740202_marialis-cultus.html.

Pio XI. «Carta Encíclica Quadragesimo Anno». Acedido a 20 de junho de 2023, https://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno.html.

Pio XII. «Carta Encíclica Summi Pontificatus». Acedido a 23 de junho de 2023, https://www.vatican.va/content/pius-xii/en/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_20101939_summi-pontificatus.html.

_____. «Radiomensagem na Solenidade de Pentecostes de 1941». Acedido a 20 de junho de 2023, https://www.vatican.va/content/pius-xii/pt/speeches/1941/documents/hf_p-xii_spe_19410601_radiomessage-pentecost.html.

Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-Religioso, Conselho Mundial das Igrejas, Aliança Evangélica Mundial. *O Testemunho Cristão em um Mundo Multi- Religioso: Recomendações de Conduta*. Acedido à 16 de setembro de 2023, https://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/interelg/documents/rc_pc_interelg_doc_20111110_testimonianza-cristiana_po.html.

Secretariado Geral do Episcopado. *Deus é Amor - Carta Encíclica de Bento XVI*. Portugal: Paulinas, 2006.

Sínodo dos Bispos. *A Nova Evangelização para a Transmissão da fé cristã. Instrumenti Laboris. XIII Assembleia Geral ordinária*. Cidade de Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2012. Acedida a 10 de junho de 2023, https://www.vatican.va/roman_curia/synod/documents/rc_synod_doc_20120619_instrumentu_m-xiii_po.html.

2. Monografias

Alves, Herculano. «A Instituição familiar na bíblia». Em *A família - ideal bíblico e realidade atual*, editado por Manuel Arantes et al., 11- 62. Fátima: Difusora Bíblica, 2014.

Arantes, Manuel et al. *A família - Ideal bíblico e realidade atual*. Fátima: Difusora Bíblica, 2014.

Borges, Anselmo. *O mundo e a Igreja. Que futuro?* Lisboa: Gravida publicações, 2021.

Caro, Edmundo Alarcón e Bruno Van der Maat. *Introducción a la Doutrina Social de la Iglesia*. Espanha: Arequipa, 2011.

Clemente, Manuel. *O tempo pede uma Nova Evangelização*. Águeda: Paulinas, 2013.

Colom, Enrique. *Curso de Doutrina Social de la Iglesia*. Madrid: Palabra, 2000.

Combarros, Miguel. *Dios En Africa. Valores de la tradición bantú*. 3ª Edición. Madrid: Editorial Mundo Negro, 2000.

Costa, J. Almeida, A. Sampaio e Melo. *Dicionário da língua Portuguesa*. 5ª ed. Porto: Porto editora, 1982.

Comte, Louis. *Maria mãe e educadora*. Porto: Edições Salesianas, 1972.

Da Siva, José Antunes. *Inculturação- desafios à Igreja de hoje*. Lisboa: São Paulo, 1994.

Duque, João M. «Formar para o estilo cristão, como forma de habitar o mundo». Em *A edificação do tecido eclesial. Formação de Agentes*, editado por Luís M. Figueiredo Rodrigues (Cord.), 163-175. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2021.

Fausto, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Republicano. 4º vol.

São Paulo: Difel, 1984.

Fisichella, Rino. *A Nova Evangelização. Um desafio para sair da indiferença*. Lisboa: Paulus, 2012.

Fontes, Paulo. *Questões Sociais, desenvolvimento e Política. Curso de Doutrina Social da Igreja- Doutrina Social da Igreja Numa Perspectiva Histórica*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 1994.

Freedman, David Noel. «Kingdom of God». Em *The Anchor Bible Dictionary*. vol.3 (H-J). New York: Doubleday, 1998.

- Gaede, Neto Rodolfo. *A diaconia de Jesus: contribuição para a fundamentação teológica da diaconia na América Latina*. São Leopoldo: Sinodal, 2011.
- Hughes, Gerard W. *Deus de Surpresa*. 2ª Edição. Braga: Editorial A.O., 2012.
- Kemp, Jaime e Judith Kemp. *Bíblia da Família*. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2006.
- Langlois, José Miguel Ibanes. *Doutrina Social da Igreja*. Lisboa: Editora Rei do Livros, 1990.
- Laurentin, René. *Breve tratado de Teologia Mariana*. Metropolis: editora vozes limitada, 1965.
- Leon-Dufourl, Xavier. *Vocabulário de Teologia Bíblica*. Brasil: Editora vozes, 1972.
- Machiavel, Niccóló. *O príncipe*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- Maradiaga, Oscar Andrés Cardeal Rodríguez. *A Dimensão Social da Evangelização*. Conferência em Braga (7 de abril de 2015): 1-6, acessado a 10 de fevereiro de 2023, https://www.diocese-braga.pt/media/contents/contents_oeF__7/Maradiaga_Braga.pdf.
- Marcelino, António. «Pastoral familiar à luz da Palavra de Deus», em *A família ideal bíblica e realidade actual*, editado por Manuel Arantes et al., 163-190. Fátima: Difusora Bíblica, 2014.
- Maritain, Jacques. *La personne et le bien commun*. Paris: Desclée, 1947.
- Martinez, Francisco Lerma. *O Povo Macua e Sua Cultura- Análise dos valores culturais do Povo Macua no Ciclo Vital, Maíua-Moçambique (1975-1985)*. 2ª ed. Maputo: Paulinas Editorial, 2008.
- Martins, Pinho dos Santos Afonso. *Religiões Tradicionais e cristianismo em diálogo. Caminhos para uma evangelização insculturada*. Anchilo: Centro Catequético Paulo VI, 2003.
- Massaro, Thomas. *Living Justice. Catholic Social Teaching in Action*. Maryland: Rowman and Littlefield, 2016.
- Matteo, Armando. *Converter Peter Pan- o destino da fé na sociedade da eterna juventude*. Portugal: Paulinas editora, 2022.
- Mckenna, Kevin E. *A Concise Guide to Catholic Social Teaching*. third edition. USA: Ave Maria Press, 2019.
- Meuser, Bernhard (cord.). *Docat. Como agir? Doutrina Social da Igreja*. Lisboa: Paulus editora, 2016.
- Nell-Breuning, Oswald. *Baugesetz der Gesellschaft: Solidarität und subsidiarität*. Freiburg im Breisgau: Herder, 1990.

- O'neill, William. *Catholic Social Teaching. A user's Guide*. New York: Orbis Books-Maryknoll, 2021.
- Paredes, José Garcia. *Maria. A mulher consagrada*. Braga: editorial A.O, 1983.
- Parolin, Isabel. *Professores formadores: a relação entre família, a escola e a aprendizagem*. Curitiba: Positivo, 2005.
- Pasquale, Humberto M. *A virgem Maria na vida cristã*. Porto: edições salesianas, 1980.
- Pikaza, Xabier. *La madre de Jesús. Introcucción a la mariologia*. Salamanca: Ediciones Sígueme, 1990.
- Policarpo, J. *Evangelização, anúncio de liberdade (O futuro do Evangelho em Portugal à luz do sínodo)*. Lisboa: Multinova, 1975.
- Raguso, Fabrizia. «A família como espaço educativo», em *A edificação do tecido eclesial. Formação de Agentes*. Editado por Luís M. Figueiredo Rodrigues (cord.), 191-203. Lisboa: Universidade Católica editora, 2021.
- Richelieu, François. *Testamento Político*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2008.
- Rodrigues, António dos Reis. *Doutrina Social da Igreja*. Pessoa, Sociedade e Estado. Lisboa: Rei dos Livros, 1991.
- Schlag, Martin (cord.). *Manual da Doutrina Social da Igreja. Um guia para os cristãos no mundo*. Cascais: Principia, 2018.
- _____. «Trabalho humano, emprego e direitos dos trabalhadores». m *Manual da Doutrina Social da Igreja. Um guia para os cristãos no mundo*. Editado por Martin Schlag (cord.), 91-104. Cascais: Principia, 2018.
- Scudeler, Luis Gonzaga. *Doutrina Social da Igreja e Vaticano II*. São Paulo: Paulus, 2014.
- Stott, John. *The Lausanne covenant, the Lausanne movement. Complete text with study guide*. Hendrickson: Peabody Mass, 2009.
- Vieira, Alberto. *Educação Tradicional Macua. Ritos de iniciação (rapazes e Raparigas)*. Anchilo-Nampula: Centro Catequético Paulo VI, 2012.
- Zanon, Darlei (Org.). *Vaticano II- 50 anos, 50 olhares*. Brasil: Paulus editora, 2012.

3. Publicações periódicas

Abbuzzese, Salvatore. «Vangelo e società a partire dalla Evangelii gaudium. La dimensione sociologica dell'evangelizzazione». *Apulia Theologica* 4, n.2 (2018): 343-359.

Albarello, Duilio. «La grazia suppone la cultura». *Teologia* 41, n.2 (2016): 222-248.

Álvarez, Héctor Felipe. «Administración y la diversidad Cultural». *Revista de la Agrupación Joven Iberoamericana de Contabilidad y Administración de Empresas (AJOICA)* 11 (2013): 117-138.

Aquino Júnior, Francisco. «Evangelização e promoção humana». *Teocomunicação* 48, n.1 (2018): 35-47. DOI: 10.15448/1980-6736.2018.1.31227.

Atido, Georges Pirwoth. «Le mandat de l’Eglise à l’engagement social et ses implications pour le contexte de la République Democratique du Congo». 17-22, acedido a 10 de outubro de 2023, http://www.globalmissiology.org/francais/docs_pdf/atido_mandat_eglise_engagement_social_2_2009.pdf.

Assunção, Helena Santos. «Reflexões sobre perspectivas africanas de gênero». *Cadernos pagu* 58 (2020): 1-25.

Ballano, Vivencio. «Inculturation, Anthropology, and the Empirical Dimension of Evangelization». *Religions* 11, n.101 (2020): 1-15. Doi:10.3390/re111020101.

Benzoni, Rino. «La formazione alla missione negli Istituti missionari Maschili». *Ad Gentes. Teologia e antropologia della missione* 14, n.1 (2010): 22-39.

Blandenier, Jacques. «Motivations bibliques à l’engagement social de l’Eglise ». *Fac-réflexion* 25 (1993): 17-22.

Duran, Maria Renata da Cruz. «Medo e desejo na Modernidade: Como os pregadores aconselhavam seus Reis a lidar com os sentimentos?». *Libros dela corte*, Monográfico 6, 9 (2017): 233-55. <https://dx.doi.org/10.15366/lde2017.9.m6.012>.

Finn, Daniel. « Human Work in Catholic Social Thought». *American Journal of Economics and Sociology* 71, n. 4 (2012): 874-85.

Furtado, Maria Cristina Silva. «Papa Francisco e as pessoas LGBTQI: mudanças e Perspectivas». *Horizonte* 19, n. 59, (2021): 675-702.

- Galli, Carlos M. «La teología Pastoral de Evangelii Gaudium en el Proyecto Misionero de Francisco». *Teología- Pontificia Universidad Católica Argentina*, Vol. 50 Issue 114 (ago 2014): 23-59.
- García, Beltrán Ginés. «La dimensión social de la evangelización en la Exhortación Apostólica Evangelii Gaudium». *Scripta Theologica* 46 n. 2 (2014): 461-480.
- Gonzaga, Waldecir, Crespim C. B. Baraja. «O discipulado maduro na Epístola de Judas 20-23». *Pesquisas em Humanismo Solidário* 3, n. 3 (2023): 80-112.
- Leslie, Ben. «Ethical perspectives on the tenth commandment». *An International Baptist Journal* 113, n. 4 (2016): 538-545.
- McBride, Jennifer M. «Christ Existing as Concrete Community today». *Theology Today* 71, n. 1 (Apr 2014): 92-105.
- Mgr Jaoudé, George Bou. «La dimension sociale de l'Évangélisation». *Vincentiana* (2014): 285-9, acedido a 25 de setembro de 2023, <https://cmglobal.org/fr/files/2019/08/VT-2014-03-09-FRA-MGR-GEORGES-BOU-JAUDE.pdf>.
- Naro, Massimo. «La dimensione sociale dell'evangelizzazione a partire dalla Evangelii gaudium». *Apulia Theologica* 4, n. 2 (2018): 361-372.
- Ogbonnaya, Joseph. «Globalization and African Catholicism: Towards a New Era of Evangelization». *e-Journal of Theology* 22, n. 1 (2015): 19-32.
- Prazeres, Romildo A., José Neivaldo de Souza. «A Família e a formação de valores no espaço escolar». *Revista Batista Pioneira* 6, n. 2 (2017): 403-414.
- Ribeiro, Rizzi A., Ricardo da Silva Carvalho, José Luis Oreiro. «A Doutrina Social da Igreja Católica, o novo desenvolvimentismo e a economia social de mercado: diálogos possíveis?». *Revista de Economia Política* 39, n. 4 (2019): 710-35.
- Sebastião, José A.; Kilpp Nelson. «O papel de transformação social da igreja angolana pós-guerra civil», *Protestantismo em Revista* 43, n. 1 (2017): 121-136. <http://dx.doi.org/10.22351/nepp.v43i01.2862>.
- Tawfik, Wedad A. «Discipleship Transforming the World: A Coptic Orthodox Perspective». *International Review of Mission* 106, n. 2 (2017): 268-279. DOI: 10.1111/irom.12185.

Villas Boas, Alex. «A dimensão social da evangelização na *Evangelii Gaudium* e o discernimento da caridade». *Revista de Cultura Teológica* 22, n. 84 (2014): 13-25.

Vitorio, Jaldemir. «Maria de Nazaré: Modelo de Discipulado cristão (Lc 1,2 6 -5 6) – Narração da fé de uma Pequenina». *Perspetiva Teológica* 50, n. 2 (2018): 289-306.